

VERSO



LOMBADA

**PATRÍCIA DOS SANTOS REDE POLÍTICA E INSERÇÃO
INTERNACIONAL DA CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA EM
GUARAPUAVA-PR**

FRENTE

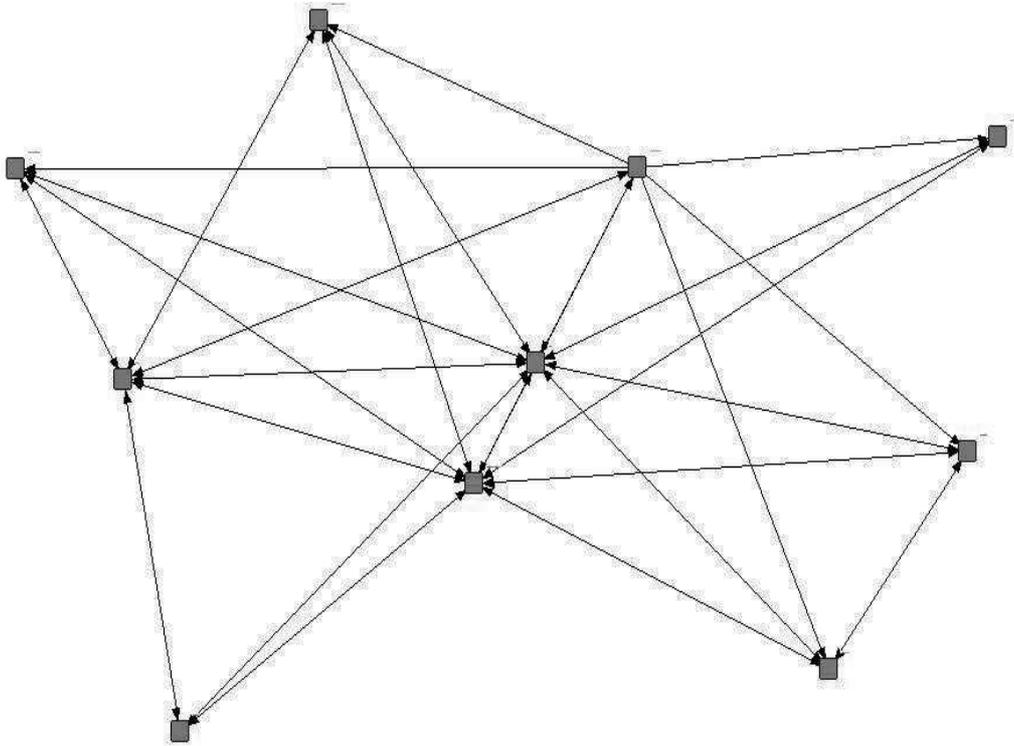
**REDE POLÍTICA E INSERÇÃO
INTERNACIONAL DA CADEIA
PRODUTIVA DA MADEIRA EM
GUARAPUAVA-PR**

PATRÍCIA DOS SANTOS

GUARAPUAVA

2015

PATRÍCIA DOS SANTOS



**REDE POLÍTICA E INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CADEIA PRODUTIVA
DA MADEIRA EM GUARAPUAVA-PR**

GUARAPUAVA, 2015

PATRÍCIA DOS SANTOS

**REDE POLÍTICA E INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CADEIA PRODUTIVA
DA MADEIRA EM GUARAPUAVA-PR**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito Parcial à obtenção de grau de Mestre em Geografia, Curso de Pós Graduação em Geografia, área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da UNICENTRO.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia da Silva

**GUARAPUAVA/PR
2015**

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da Unicentro, Campus Cedeteg

S237c Santos, Patricia dos
Rede política e inserção internacional da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava-PR / Patrícia dos Santos. -- Guarapuava, 2015
xix, 186 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2015

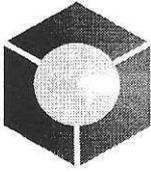
Orientadora: Márcia da Silva

Banca examinadora: Sergio Fajardo, Elisa Pinheiro de Freitas

Bibliografia

1. Geografia. 2. Território. 3. Cadeia produtiva da madeira. 4. Rede política. 5. Inserção internacional. 5. Guarapuava-PR. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CDD 551.48



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



TERMO DE APROVAÇÃO

PATRICIA DOS SANTOS

REDE POLÍTICA E INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CADEIA PRODUTIVA DA
MADEIRA EM GUARAPUAVA-PR

Dissertação **APROVADA** em 26/03/2015 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Márcia da Silva – Presidente
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Sérgio Fajardo
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof.^a Dr.^a Elisa Pinheiro de Freitas
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Patricia dos Santos

Guarapuava (PR), 26 de março de 2015.

DEDICATÓRIA

As maravilhas de Deus estão a nosso dispor por toda a vida, basta que lutemos para conquistá-las o espaço que é nosso no mundo. Dedico este trabalho a vocês que sempre me fizeram acreditar nisso: aos meus pais, minha família e meu amor. Obrigada a todos que fizeram parte desta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Encontrei diversos desafios pelo caminho desta dissertação. Tensão, medos, frustrações, mas nenhum deles me permitiu desistir, pois contei com o apoio de pessoas queridas. Nesse sentido, não poderia deixar de mencionar àquelas que fizeram toda a diferença para que esta pesquisa realmente se concretizasse.

Em primeiro lugar, a Deus, Senhor todo poderoso, o qual nos faz sempre pensar na missão que viemos a desempenhar neste mundo, motivo pelo qual não somos meramente humanos sem propósitos.

Aos meus pais por tudo que sou e por sempre acreditarem em mim, mesmo eu querendo provar o contrário. Obrigada por acreditarem no meu progresso, nos meus objetivos. À minha mãe por toda a preocupação e por proporcionar sempre aquele “agradinho” (almoço, café da tarde) para revigorar os estudos. Enfim, ao amor dedicado incondicionalmente.

Não poderia deixar de dizer “obrigada” pelas intensas e reflexivas discussões ao meu irmão Rodrigo, sempre encorajando-me a continuar o desafio lançado no início de meu ingresso no mestrado, e por permitir compartilhar as angústias e as alegrias deste momento. Ao meu irmão Patrick pelo apoio.

Ao meu esposo, Sandro... O que falar do seu apoio e dedicação, muitas vezes preparando nosso jantar porque eu estava debruçada em livros e preocupada em tentar fazer o melhor sempre. Obrigada pelas palavras de incentivo quando eu pensava em desistir e me sentia menor diante dos problemas que se apresentavam. Não à toa você aprendeu um pouco da tão famosa Geografia. Amo você!

À minha orientadora, Profa. Márcia da Silva, ou conhecida por seus filhos orientandos de “dotorona”, por um dia acreditar em mim. Em meio as minhas lágrimas de tristeza, você me acolheu, “juntou meus pedaços” e me fez acreditar novamente. “Sapatadas” doem, mas melhor que sejam as suas, como você mesma diz. Obrigada minha amiga, posso chamá-la assim... é uma honra ter dividido contigo este trabalho. Deus a abençoe.

A profa. Karla pelo apoio e atenção quando de nossas conversas, caronas... obrigada pela amizade construída ao longo destes dois anos de mestrado. Deus a abençoe.

A todos os professores e funcionário do PPGG da Unicentro, na figura do secretário Alceu, pelo apoio sempre ofertado as nossas solicitações enquanto alunos, sempre disposto a ajudar. Obrigada pela amizade. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de mestrado.

Aos professores Sandra Videira e Sérgio Fajardo pelas contribuições na banca de qualificação. À Professora Elisa Pinheiro e professor Sérgio Fajardo pelas contribuições na banca de defesa.

Às mestrandas, colegas e amigas que conquistei nestes dois anos de convivência, Gilmara e Líamar, pelo carinho, atenção e companheirismo. Obrigada!

À amiga e agora colega de mestrado Tatielen pela ajuda com os dados na prefeitura, sempre atenciosa e disposta. Muito obrigada!

Obrigada à Mariângela Sauka pela ajuda com as tabelas, quadros e gráficos. Ao Robson pelo apoio com a elaboração de mapas para o trabalho.

A todos os entrevistados pelo carinho com que me receberam para a aplicação dos questionários, de grande importância para a pesquisa.

À minha amiga Sandra, obrigada pelos cafés da tarde, convidativos em meio à loucura das ideias deste trabalho.

A todos Muito Obrigada!!!

SUMÁRIO

Lista de tabelas	xi
Lista de quadros	xiii
Lista de figuras	xiv
Lista de mapas	xv
Lista de gráficos	xvi
Lista de Siglas e abreviaturas	xvii
Resumo	xviii
Abstract	xix
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I: O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE PODER NA ANÁLISE GEOGRÁFICA	23
1.1. O território em análise: um espaço socialmente construído	23
1.2. O poder político: um debate para as relações sociais	32
1.3. O poder local e descentralização política, econômica e social no território.....	37
CAPÍTULO II: ELEMENTOS PARA ANÁLISE DA CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA EM GUARAPUAVA-PR.....	44
2.1. A cadeia produtiva: uma análise do cenário mundial da madeira	44
2.2. A cadeia produtiva: uma análise do cenário brasileiro da madeira	55
2.3. Dinâmicas históricas e atuais do setor da madeira no Paraná	73
2.3.1. O setor florestal e o industrial no estado do Paraná: elementos para análise das atividades madeireiras	76
2.4. As atividades madeireiras em Guarapuava: uma análise da madeira a partir do local e da inserção internacional	84
CAPÍTULO III: A REDE POLÍTICA DA CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA EM GUARAPUAVA-PR: DINÂMICA A PARTIR DA INSERÇÃO INTERNACIONAL.....	106
3.1. A rede em suas abordagens com o território	106
3.2. A rede política: uma análise particular de rede	111
3.2.1. A rede política: dimensões da rede e elementos para análise.....	112
3.3. A rede política da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava: contextos e sujeitos ...	119
3.3.1. Os <i>atores</i> e os recursos políticos e econômicos	128
3.3.2. As <i>funções</i> dos atores na rede: o acesso à informação e às decisões.....	130

3.3.3. <i>Estrutura das relações e Institucionalização</i> da rede política.....	133
3.3.4. <i>Distribuição do poder</i> a partir dos grupos de atores: os recursos	135
3.3.5. <i>As estratégias e ações</i> dos atores na rede	138
3.3.6. <i>Integração política</i> na cadeia produtiva da madeira: os grupos de interesses.....	139
3.3.7. <i>Distribuição interna dos recursos</i> políticos, econômicos e tecnológicos: o controle da rede.....	140
3.3.8. <i>Inserção Internacional:</i> o caso das empresas exportadoras de madeira em Guarapuava.....	142
3.4. O cenário da madeira e as redes: o perfil dos atores a partir das <i>dimensões de análise</i> ...	144
3.5. A análise da rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, e a inserção internacional	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICES	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Países com as maiores áreas florestais nativas e plantadas (2010)	51
Tabela 2 – Principais países importadores de madeira brasileira (2012-2013).....	53
Tabela 3 – Exportações brasileiras de madeira por segmentos (2012-2013)	54
Tabela 4 – Brasil: estados com florestas plantadas de eucalipto e pinus (2012).....	61
Tabela 5 – Brasil: Comparativo do Estoque de Emprego por Setores da Indústria no Mercado Formal (2011-2014)	63
Tabela 6 – Brasil: Comparativo de Crescimento da Produção Industrial (2011-2014).....	66
Tabela 7 – Brasil: Principais estados exportadores de produtos da Cadeia da Madeira (2013)	68
Tabela 8 – Brasil: Comparativo da Produção anual de papel e celulose (2007-2013)	70
Tabela 9 – Brasil: Quantidade e Valor de exportação dos principais produtos do setor madeireiro (2011-2013).....	72
Tabela 10 – Brasil: Evolução das florestas plantadas com eucalipto (2009-2012)	77
Tabela 11 – Brasil: Evolução das florestas plantadas com pinus (2009-2012)	78
Tabela 12 – Paraná: Evolução das áreas de plantios florestais (pinus e eucalipto) (2004-2012).....	80
Tabela 13 – Paraná: Comparativo das áreas dos principais cultivos agrícolas (2010-2012)..	81
Tabela 14 – Participação dos principais estados brasileiros nas exportações de madeira (2012)	83
Tabela 15 – Guarapuava: Comparativo de florestas nativas e reflorestadas (exóticas) (2002-2008)	87
Tabela 16 – Guarapuava e microrregião: área de florestas plantadas com eucalipto e pinus (2010)	88
Tabela 17 – Guarapuava: Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades (2011)	89
Tabela 18 – Guarapuava: Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas (2012).....	90
Tabela 19 – Guarapuava: Quantidade e participação das dez principais atividades industriais segundo as atividades econômicas (2009).....	91
Tabela 20 – Guarapuava: Relação e quantidade de empresas por atividades relacionadas a madeira (2014).....	92

Tabela 21 – Guarapuava: principais produtos exportados (2014).....	99
Tabela 22 – Paraná: Principais empresas exportadoras (2013)	102
Tabela 23 – Guarapuava: destinos das exportações (2014).....	105
Tabela 24 – Características das empresas madeireiras exportadoras de Guarapuava (2014).	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Brasil: Linhas e programas de crédito florestal (2010).....	59
Quadro 2 – Guarapuava: Empresas cadastradas na FIEP (2014).....	93
Quadro 3 – Guarapuava: Empresas exportadoras da cadeia da madeira (2014).....	103
Quadro 4 – Características de análise em uma rede política.....	112
Quadro 5 – Dimensões de análise e características da rede política.....	114
Quadro 6 – Dimensões, Descritores e Indicadores para análise da rede política.....	118
Quadro 7 - Guarapuava: Empresas exportadoras cadastradas pela FIEP (2014).....	124
Quadro 8 – Empresas exportadoras em Guarapuava cadastradas pela FIEP (2014).....	125
Quadro 9 – Atores visitados com a aplicação de questionário para a composição da rede política da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava (2014).....	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma – Elementos da análise: Poder, Território, Atores e as Relações	35
Figura 2 – Cadeia Produtiva da Madeira - Segmentos	47
Figura 3 – Fluxo da cadeia produtiva dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros	49
Figura 4 – Fluxograma geral da cadeia produtiva da madeira no estado do Paraná	76
Figura 5 – Atores da cadeia produtiva da madeira e suas relações em rede	147

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de localização do município de Guarapuava	85
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da área de plantios florestais no Brasil por gênero (2012).	57
Gráfico 2 – Quantidade (m ³) de produtos madeireiros fabricados, por ano e por segmento madeireiro.....	71

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIG	Associação Comercial e Industrial de Guarapuava
ABIMCI	Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente
ABIPA	Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira
ABRAF	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAO	Food and Agriculture Organization
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro
SINDUSMADEIRA	Sindicato das indústrias da madeira, Serrarias, Beneficiamentos, Carpintaria e Marcenaria, Tanoarias, Compensados e Laminados, Aglomerados e Embalagens de Guarapuava
SBF	Sociedade Brasileira de Florestas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SNIF	Sistema Nacional de Informações Florestais

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a configuração da rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava – PR, a partir da inserção internacional. Guarapuava, que na década de 1940 foi polo representativo da madeira, ainda permanece com as atividades industriais madeireiras, embora de maneira menos expressiva. Hoje o setor se alavanca pelas pretensões de inserção internacional, a partir das práticas de exportação, conformada por vários atores com poderes diferenciados e que se relacionam a partir de uma rede política. Diante disso, a abordagem do conceito de território possibilitou o estudo de um espaço que é dotado de relações de poder, neste caso o território da madeira. Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, formalizaram-se de caráter exploratório-descritivo, por se tratar de um estudo de caso, a cadeia produtiva da madeira, sendo o universo da pesquisa a rede política estabelecida pela própria cadeia. Para tanto, a pesquisa pautou-se de fundamentação teórica, aplicação de questionários, utilização do software UCINET (Software de Análise de Redes Sociais) e coleta de dados secundários. Considerou-se, assim, que a rede política da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava-PR ainda se apresenta de forma frágil, pois as relações de seus atores, em muitos casos, ocorrem de forma independente, uma vez que as entidades de classe representativas do setor não apresentam recursos políticos suficientes para possibilitar ações para consolidar as empresas em cadeia.

Palavras-chaves: Território, Cadeia produtiva da madeira, Rede política, Inserção internacional, Guarapuava-PR.

ABSTRACT

The present study was to analyze the political network of the productive chain of wood in Guarapuava - PR, from the international insertion (export practices). Guarapuava that in the 1940s was polo representative of wood, still remains its industrial activities wood, although less expressive. Today the search industry to leverage the international insertion of claims, from the export practices, made up of several actors with different powers and that relate from a political network. Moreover, the approach of the concept of territory allowed the study of a space that is endowed with power relations, in this case the territory of the wood. In the methodological procedures adopted formalized is an exploratory-descriptive, because it is a case study, in the wood production chain, and the world of research policy network established by the chain. For both, the research was guided by theoretical, questionnaires, using the UCINET (Software for Social Network Analysis) software and secondary data collection. It was considered, therefore, that the political network of the productive chain of wood in Guarapuava, still is submitted in a fragile, because, the relations of its actors, in many cases occur independently, since the class entities representing the industry, do not have political resources sufficient to allow actions for companies in chain.

Key-words: Territory, productive chain of wood, political network, international insertion, Guarapuava - PR

INTRODUÇÃO

A realidade econômica mundial vem acompanhada de novos cenários e novos espaços, especialmente no que tange a relacionamentos internacionais. Posto isso não se dá somente considerando o Estado como soberano, mas com espaços para outros atores, especialmente os locais. A partir disso, a rede acaba por desempenhar papel fundamental frente às atuais dinâmicas.

A partir desses atores e da importância de um dos setores mais representativo do município de Guarapuava – PR, o madeireiro, o presente trabalho tem por objetivo verificar a configuração da rede política da cadeia produtiva da madeira, neste município, a partir da inserção internacional, observando os principais atores e as relações estabelecidas na rede política.

Este estudo busca, ainda, delinear sua importância teórica e de investigação da realidade, em razão de o setor industrial madeireiro concentrar grande parte da geração de renda e de movimentação da economia do município de Guarapuava. Durante os anos de 1940-1970, Guarapuava foi polo madeireiro no Paraná, sendo importante destacar que, apesar da madeira não ter o mesmo significado econômico na atualidade, tal qual como naquele período, ainda possui importância econômica no setor industrial. O ramo madeireiro é um dos que apresenta maior significância local, tanto na produção, quanto na geração de empregos.

Portanto, justifica-se a abordagem pela expressividade do segmento, bem como da cadeia produtiva da madeira, uma vez que se observa a produção para exportação das empresas ligadas ao setor, principalmente as de médio e grande portes.

Embora as atividades madeireiras, em Guarapuava, não se apresentem como destaque, como foi entre os períodos de 1940 a 1970, o que se evidencia como recente, neste processo, é a inserção internacional, por meio das empresas madeireiras exportadoras, de modo a relacioná-las a uma rede política de múltiplos interesses.

Assim, compreende-se que a análise da rede política da cadeia produtiva da madeira se faz pertinente, buscando nos atores suas funções e interesses para a inserção internacional do município.

Quanto aos procedimentos metodológicos, formalizaram-se os de caráter exploratório-descritivo, por se tratar de um estudo de caso - a cadeia produtiva da madeira, sendo o universo da pesquisa a rede política estabelecida pela própria cadeia. Para tanto, a

pesquisa pautou-se a partir da fundamentação teórica, aplicação de questionários e coleta de dados secundários.

A discussão teórica centrou-se no conceito de território. A análise procurou definições do conceito fundamentada a partir dos estudos de diversos autores, como Raffestin (1993), Sack (1986), Haesbaert (2004), entre outros. Neste sentido, entendemos que o território é dotado de relações de poder e que estas podem ser identificadas a partir de cada ator presente na rede.

A análise da rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, em termos metodológicos, está fundamentada nas dimensões e descritores da análise de rede política proposta por Malagolli (2010). Neste sentido, a abordagem pautou-se nos resultados da aplicação de 10 questionários (anexo 1) com atores vinculados a esta cadeia.

Os questionários foram organizados por grupos de atores (entidades de classe, prefeitura e empresas) no sentido de propor questões que apontassem para o estabelecimento de uma rede política. Os questionários foram nomeados e, portanto, personalizados para cada ator na rede, sendo um modelo para as empresas, um modelo para as entidades e um modelo para a prefeitura. Essa distinção nos tipos de questionários permitiu avaliar questões mais específicas de cada ator. Cada questionário foi dividido em *dimensões* de análise, conforme proposto nos estudos de rede por Malagolli (2010), acrescidos de uma dimensão específica, a da “inserção internacional” que permitiu, assim, esboçar um cenário da rede política na cadeia produtiva da madeira em Guarapuava.

Para o trabalho com a rede, coube ainda à utilização do programa UCINET 6.109 (Software para análises de redes sociais), que teve a função de estabelecer uma rede a partir do número de ligações entre os atores, permitindo análises qualitativas e quantitativas para as relações entre os sujeitos.

Para a delimitação dos atores, procurou-se entidades que relacionavam à madeira em suas atividades, como sindicato, associações e prefeitura, bem como empresas madeireiras. Para a escolha das empresas estabeleceu-se, a partir das entidades, um perfil de empresas que realizava práticas de exportação, detendo-nos, assim, a um número mais restrito de empresas que, de alguma forma, contribuem para a inserção internacional do município.

Os dados secundários deram suporte à abordagem do ramo da madeira nas suas várias esferas, da global à local, proporcionando, assim, elementos para a realização da análise da cadeia da madeira e, posteriormente, da própria rede.

Para tanto, o conteúdo desta dissertação apresenta-se dividido em três capítulos.

No **Capítulo I** buscou-se discutir o conceito de território enquanto importante nos estudos da ciência geográfica, além dos conceitos de poder e poder local, procurando definir, também por eles, o território vinculado às relações de poder. Desta forma, foi realizada a discussão a partir de autores como Claude Raffestin, Robert Sack, Rogerio Haesbaert, Marco Aurélio Saquet, entre outros.

No **Capítulo II** procurou-se apresentar o cenário da madeira em suas variadas esferas até adentrar à municipal, com a Cadeia da Madeira em Guarapuava. Nesta análise estabeleceram-se relações com dados de instituições vinculadas ao setor madeireiro, em suas funções e ações. Os dados e informações foram compilados em tabelas, gráficos e quadros, permitindo discorrer sobre a atividade da madeira em diversas escalas, mas com destaque para sua importância na escala local.

O **Capítulo III** apresenta uma análise no sentido de estabelecer uma rede política da Cadeia produtiva da madeira em Guarapuava. Inicialmente realizou-se uma breve discussão sobre os estudos de rede e como essas, em suas diversidades, poderiam ser constituídas, especialmente para a cadeia produtiva da madeira, bem como nos rebatimentos no município de Guarapuava. Foram utilizados, assim, os dados e informações resultantes da aplicação de questionários com os atores identificados na Cadeia Produtiva da Madeira, em Guarapuava, permitindo estabelecer a criação da própria rede política. A inserção internacional nesta rede, através dos atores/empresas que realizam exportação de seus produtos, foi o enfoque diferenciador para o estudo.

Neste ínterim, buscou-se demonstrar que a rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, ainda se apresenta de forma muito tímida e frágil, pois as ações de seus atores, em muitos casos, ocorrem de forma independente, uma vez que as entidades representativas de classe do setor não apresentam recursos políticos suficientes para possibilitar ações para que as empresas atuem em cadeia.

Verificou-se, ainda, que novas iniciativas para o setor madeireiro devem ser tomadas no sentido de promover às atividades madeireiras para além de sua importância econômica, sendo a prefeitura o ator fundamental no sentido de apresentar políticas voltadas para o setor que possibilitem efetivamente a formação de uma cadeia produtiva da madeira (completa) no município de Guarapuava.

CAPÍTULO I

O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE PODER NA ANÁLISE GEOGRÁFICA

As discussões sobre território são amplas e complexas, uma vez que apresentam diversas possibilidades de abordagem, sendo que estas podem ser marcadas pelos posicionamentos de alguns autores, como Claude Raffestin, Robert Sack, Rogério Haesbaert, Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, entre outros. Neste sentido, este capítulo busca realizar uma análise do conceito de território, entendendo-o no sentido relacional, indicando o elemento poder como base para estas relações.

As relações de poder, ao reconfigurarem o território, mudam os interesses de seus atores, o que por vezes leva a conflitos que permitem o estabelecimento de novas relações. Se o poder se apresenta em todas as relações este poder também pode ser entendido em suas diferentes instâncias espaciais de análise, no nosso caso, o local. Neste sentido o território é percebido como o cenário das práticas espaciais de poder e representa o cenário das relações no qual os atores definem práticas espaciais de poder. É esta a abordagem que se realiza na sequência.

1.1. O território em análise: um espaço socialmente construído

O momento histórico de velocidade dos fenômenos socioespaciais, resultado de processos de globalização e de fragmentação, expressos pela fluidez do meio técnico-científico-informacional, propiciou o debate sobre as transformações no território, que se reconfigura constantemente (CRESPO, 2010).

As discussões sobre o território, ao longo do caminho de formação da geografia enquanto ciência, não despertavam muito o coletivo nos debates, pois enfocavam, quase sempre, apenas a visão naturalista. As abordagens de cunho espacial, no entanto, só foram sendo retomadas com maior ênfase quando do entendimento da importância da dimensão social na análise. Nesta abordagem, a opção pelo conceito de território torna-se elemento indispensável, uma vez que se busca, neste, a base para as análises geográficas da sociedade, entendendo-o como um espaço dotado de relações sociais. Assim, o conceito

contribui para o entendimento do tema rede política, uma vez que seus atores estabelecem relações, sendo estas também relações de poder.

As discussões em torno do conceito apontam para análises políticas, bem como de observações espaciais e sociais, destacando-se, primeiramente, no início da década de 1970, com os estudos de Milton Santos e, mais tarde, objeto de aprofundamento por parte de Claude Raffestin, na década de 1980 e 1990.

Segundo Haesbaert (2012, p. 37), nos estudos geográficos, as discussões de território procuram avançar no sentido da espacialidade humana, ainda que permeie por outras áreas:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder; a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”).

Desta forma, cada ciência, bem como cada autor, de acordo com suas concepções teórico-metodológicas, dispõe de determinados elementos para as discussões em torno do conceito de território (assim como para outros conceitos).

A ciência geográfica propõe, também um entendimento sobre o mesmo a partir de definições políticas e de relações de conflito, de poder e de contra poderes. Nos séculos XVIII e XIX, no início dos estudos geográficos, com Ratzel, o conceito assumiu dimensões naturalistas. O período mais recente requer relacionar elementos de dimensões econômicas e sociais atrelados ao político. Para tanto, retoma-se as discussões sobre território a partir de alguns autores que recentemente trouxeram contribuições para a geografia.

Vindo até autores mais recentes, mas já tornados clássicos, como Claude Raffestin e Robert Sack, parece haver um consenso de que a dimensão política, para além de sua perspectiva jurídica e estatal, é a que melhor responde pela conceituação de território (HAESBAERT, 2012, p.38).

É evidente que não há uma definição exata quanto ao conceito de território, mas um conjunto de elementos que passam a ser discutidos a partir deste, nos variados campos do conhecimento. O território ganhou tradição especialmente no campo das questões políticas (HAESBAERT, 2012).

Segundo Haesbaert (2012), Milton Santos foi o geógrafo que mais estimulou o debate sobre o território e a desterritorialização, na década de 1990. Para Santos (1978), o território concebido é um território usado, num complexo onde se tece uma trama de relações que ao mesmo tempo se complementa e se conflita.

[...] um Estado-nação é essencialmente formado por três elementos: 1. O território; 2. Um povo; 3. A soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania (SANTOS, 1978, p. 115).

Percebe-se, neste sentido, uma análise sobre as relações de poder voltadas à figura do Estado, que foi também utilizada durante muito tempo nos estudos de território. Entretanto, importa também focar outras formas de análise deste conceito, permitindo entendê-lo a partir de outras perspectivas.

Segundo Saquet e Sposito (2009), abordar o conceito de território a partir de Milton Santos, ainda que para este último sua centralidade esteja calcada na definição de espaço, possibilita novas elaborações teórico-metodológicas para a Geografia e, especialmente, para o entendimento do território, sendo os primeiros avanços pós década de 1970.

Desta forma, para Santos (1978, p. 33):

[...] a utilização do território pelo povo cria o espaço'; imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.

Segundo Sposito (2004), cabe considerar, ainda, que o *território*, quanto à sua relação com o *espaço*, muitas vezes acaba por ser confundido, sendo que é preciso entender que estes percorrem caminhos próximos. De acordo com Raffestin (1993), entender que o espaço é pré-existente ao território torna-se essencial para a busca do uso

do conceito à medida em o espaço torna-se território e como se dão suas relações. É esse uso que propicia o entendimento da rede política da cadeia produtiva da madeira¹.

Para Raffestin (1993, p. 147), o espaço representado não é mais o espaço em si, dado, mas a própria imagem deste, o território vivido. De certa forma é “o espaço que se tornou território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação”. Portanto, o uso do conceito de território nos estudos geográficos, com ênfase na análise das relações de poder, se dá a partir do momento que se entende o território juntamente às relações sociais. É neste sentido, do seu uso pelos atores identificados a partir das relações de poder, que o presente trabalho procura sua abordagem, identificando, especialmente, no território da rede, o poder exercido conforme indica Raffestin (1993), ou seja, por meio dos atores sociais nas atividades madeireiras em Guarapuava.

Percebe-se, desta forma, a existência de diferentes concepções do conceito de território e, por isso, a escolha da concepção a ser utilizada é importante para a compreensão do estudo da realidade. Portanto, a presente pesquisa procura se aproximar da abordagem de Raffestin (1993), uma vez que este autor entende o território em um sentido relacional, ou seja, em sua abordagem sobre o território considera-o enquanto dotado de relações sociais. A abordagem, aqui, se dá no sentido de compreendê-lo como resultado das relações sociais, econômicas e políticas de seus atores que, neste caso, perfazem uma rede, a chamada rede política, pois são os atores quem formam o território para a configuração de uma rede de relações.

Dentro da concepção enfatizada por Raffestin (1993, p. 128), pode-se definir território juridicamente como: “à base geográfica de um Estado, sobre o qual ele exerce a sua soberania e que abrange o conjunto de fenômenos físicos (rios, mares, solos) e dos fenômenos decorrentes das ações da sociedade (cidade, portos, estradas...)”. No entanto, o território vai além da sua jurisdição física e, enquanto limite, ele também é fonte de recursos. Assim, só pode ser entendido quando abordado nas relações com a sociedade que se manifestam de várias maneiras, conforme a sociedade se utiliza ou se apropria e transforma esse meio em recursos.

Para Raffestin (1993, p. 128):

¹ Embora as atividades madeireiras, em Guarapuava, não possam ser configuradas efetivamente como uma cadeia produtiva em virtude de não apresentar todas as etapas (base florestal à produtos finais, passando por empresas fornecedoras de máquinas específicas para a elaboração de produtos madeireiros etc), o termo “cadeia produtiva da madeira” será utilizado nesta pesquisa, uma vez que as entidades de classe (FIEP e Sindusmadeira), bem como as referências bibliográficas consultadas, como RIBAS (2009), SELMANY (1993) abordarem à questão da madeira em suas análises a partir do referido termo.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço.

Desta forma, para Raffestin (1993), o espaço aparece antes do território, pois este entende que o território se forma a partir das materializações do homem no espaço, ou seja, este último já está dado, portanto, é com as produções do espaço que o território se materializa, sendo um instrumento de poder.

Enfocar as diferentes formas de uso do território é o que torna a análise do conceito mais complexa, sendo que é nesta complexidade que nos aproximamos de abordagens conceituais que possibilitam uma “Geografia do Poder”, explicada por Raffestin (1993), pela qual o território é relacional, envolvendo, além das relações, as próprias representações que estas demonstram ou mesmo produzem.

Como já indicado, o uso de outros autores também é importante, como é o caso de Sposito (2004), que retoma algumas concepções abordadas na ciência geográfica como a natural, a individual e a espacial. A primeira delas fundamenta-se em uma concepção naturalista, enquanto elemento de luta e conquista de nações e exércitos, historicamente, e que, ainda hoje, com as guerras de conquistas, se sustenta. Pode-se apontar, ainda, uma definição pautada no Estado enquanto campo de poder, o que pode ser visto na ideia de Geopolítica discutida por Raffestin (1993).

A segunda abordagem pauta-se no território do indivíduo, “seu espaço” de relações, limites de apreensão da realidade. A evidência está na territorialidade que, de acordo com o autor, assume diferentes significados, por exemplo, para uma tribo indígena, uma comunidade islâmica, entre outros.

A terceira abordagem realiza um comparativo entre os conceitos de território e espaço, sendo que o primeiro vai além do espaço mais simples, quando é definido pelas transformações que a sociedade impõe a natureza. Para o autor, antes de definir o conceito de território necessita-se entender o espaço.

Para Santos (1978) o espaço é compreendido como amplo e complexo, tornando o entendimento do território, a partir do viés espacial, também complexo. Ao relacionar território com a ideia de poder, nas variadas manifestações, projeta-se elementos no espaço.

Assim, é com base na segunda e terceira abordagens que o objeto deste estudo aproxima-se no sentido de entender o território também a partir das suas territorialidades,

ou seja, suas estratégias, bem como do território criado a partir do espaço, neste caso um território da madeira ou das indústrias madeireiras.

Para Saquet e Sposito (2009), assim como para Raffestin (1993), se entendermos o conceito de território como definido pelas relações de poder que tem como centro o Estado, incorremos no erro de desconsiderar outras formas de seu uso. Entretanto, para Saquet e Sposito (2009) há muitos atores e muitas relações entre seus pares e não somente a figura do Estado.

Desta forma, a abordagem territorial de Saquet e Sposito (2009, p. 31) segue no sentido de que:

[...] o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

É neste sentido, do território envolver uma gama cada vez maior de atores que mudam suas ações historicamente, definidas a partir de variados tipos de relações de poder e da realidade, que os estudos mais recentes sobre território se diferem daqueles realizados por Ratzel, no início da definição da Geografia enquanto ciência.

Ratzel, quando analisou o Estado, apontou uma forte ligação deste com o solo, inaugurando essa tendência nomotética na Geografia. Assim, o que Ratzel propôs foi entender que o elemento que formou o Estado foi o enraizamento no solo de comunidades que exploravam as potencialidades do território. A questão principal de Ratzel era evidenciar o Estado enquanto única forma de emanar poder sobre o território, embora, reconheceu que comparar o Estado como instituição desenvolvida, não se apresentava produtivo, uma vez que os métodos essencialmente naturais não dariam conta das inquietações, diante de uma perspectiva sociopolítica.

Para tanto, Ratzel conseguiu verificar o papel que as representações geográficas e mesmo as ideias religiosas e nacionais poderiam influenciar na evolução do Estado e, por isso, centrou-se nos conceitos espaciais e na posição, considerados elementos essenciais na análise da geografia política. Haesbaert (2012, p. 66) afirma, ainda, que de “qualquer forma, em Ratzel, é no elo indissociável entre uma dimensão natural, física e uma dimensão política do espaço que o território se define”.

O território, desta forma, enquanto limite, também é fonte de recursos e, assim, pode ser entendido quando abordado nas relações com a sociedade, especialmente as mais recentes (no século XXI), a partir de diferentes manifestações, conforme a sociedade se utiliza ou se apropria e transforma esse meio em recursos.

Nestas manifestações há de se considerar a forma de apropriação dos recursos pelos atores, nas relações sociais, nas quais o poder é o elemento importante, o que pode ser percebido com Raffestin (1993) e Saquet (2004), quando estes inserem em suas discussões sobre território a ideia de poder.

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação (SAQUET, 2004, p. 81).

Saquet e Silva (2008) complementam e apontam o território como delimitado, construído e desconstruído pelas relações de poder que envolvem inúmeros atores que territorializam as ações no tempo. Essa delimitação, bem como as relações sociais, manifesta-se e modifica-se diferentemente, num jogo cada vez mais dinâmico. Assim, este trabalho segue a concepção de Raffestin (1993) quando acompanha a problemática do poder atrelado as relações que se estabelecem no território. Portanto, parte da perspectiva da análise de que todos os atores, não somente o Estado, produzem território, consequentemente relações de poder e também de forma assimétrica

Segundo Badie (1995, apud SPOSITO, 2004, p. 114), mesmo com o efeito da mundialização e o desenvolvimento tecnológico, os territórios não se perderam, mas sim se modificaram, uma vez que: “a concepção política do território não para de se organizar constantemente e de se tornar um dos elementos codificantes da cena mundial”.

Souza (1995, p. 11) também se aproxima de uma definição de território que compreende este como dotado de relações de poder. Para o autor: “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”.

Em contrapartida, a crítica de Souza (1995), em especial a Raffestin (1993), está em não perder, neste caráter relacional, o papel da espacialidade na formação das relações sociais, pois, segundo ele, Raffestin (1993) não diferenciou o território do espaço social em

si, ou seja, não apresentou o território como campo de forças das relações de poder de forma espacialmente delimitada.

Afirma Souza (1995) que o território também está definido numa relação de processos sociais e materiais. Portanto, os questionamentos de Souza à Raffestin se dão na ausência da materialidade, ou na pouca atenção para esta, quando das relações em sociedade.

Outras contribuições quanto à questão territorial podem ser percebidas com Haesbaert (2012). Para este autor há uma polissemia de definições do conceito, apesar de preferir compreendê-las a partir de três abordagens: a jurídico-político, a culturalista e a econômica, sendo a primeira a mais debatida em trabalhos geográficos. Embora Haesbaert (2002), em trabalhos posteriores, evidencie uma visão de território a partir do enfoque materialista (enquanto recurso natural), idealista (relacionado à cultura) e integrador às dimensões sociais (naturalista, biológica, relações de poder e econômica), este salienta que sua visão engloba as três esferas, pois acredita em uma conceituação de território pela qual ele é relacional, ligado a movimentos e conexões englobando estas várias dimensões.

Para Haesbaert (2002), é pertinente, nestas discussões, não dividir as esferas de análise para o entendimento do território. Cabe considerar que as dimensões jurídico-política, a econômica e a cultural estão relacionadas, ainda que uma ou outra prevaleça, tudo dependerá do eixo que se pretende investigar.

Nesse sentido, para Haesbaert (2012, p. 74), o território precisa ser visto a partir de uma análise integradora: “um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural”.

Para Santos (1978), o que torna o território objeto de análise social é o uso e não o território em si mesmo, portanto, o contexto histórico ainda precisa ser acrescido nas relações sociais, propondo, assim, uma análise também híbrida onde “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2012, p. 75).

Cabe considerar que, dentro deste universo de abordagens, especialmente a de caráter político ao conceito: “A Geografia, como seria de se esperar, ao contrário da Antropologia, tende a enfatizar muito mais a dimensão material do território” (HAESBAERT, 2012, p. 70).

Desta forma, pôde-se evidenciar que a busca pela definição de território permite apontar elementos políticos, econômicos e sociais acrescidos da condição espacial que a

Geografia proporciona, enquanto ciência, no trabalho de estabelecer a rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava.

Para autores como Saquet (2007, p. 83), que busca elementos de Haesbaert nas suas abordagens, o território compõe: “fluxos, movimento, mudanças e permanências, desterritorialização, reterritorialização”. Visualiza-se um entendimento do território enquanto relacional diante das proposições de Raffestin, integrador nas dimensões de análise em Haesbaert e tendo como base a espacialidade dinâmica, como aponta Saquet.

Outro autor que se aproxima desta característica da abordagem, a de enfatizar as relações sociais, é Sack (1986), que compreende o território em controle de acesso, ou seja, território é a forma construída pelas relações sociais, onde os efeitos dependem de quem controla e com quais interesses.

Em contrapartida às proposições anteriores de Haesbaert e Raffestin, Sack ainda aponta que nem toda a relação de poder é considerada territorial ou proporciona a territorialidade, posto trabalhar com a questão do “não território”, que para ele acontece quando não há delimitação de uma área. Assim, para que um território exista é necessário ter uma delimitação de área, ou seja, um controle e uma forma de poder, sendo que os resultados de controle e de poder dependem de quem os controla. Acrescenta, ainda, que os “territórios são construídos socialmente, seus efeitos e resultados dependem de quem está controlando quem e para quais propósitos” (PLEIN *et al.*, 2009, p. 52). Assim, o território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir pessoas (SACK, 1986, p. 20). O autor ainda salienta que o local pode ser percebido como território em determinados momentos e, em outros, não, pois o controle da área depende dos interesses de quem o controla e determina as relações. Quanto à territorialidade, Sack (1986) e Raffestin (1993) corroboram e a compreendem como a expressão geográfica básica do poder social. Sack (1986) considera a territorialidade como estratégias no território, o que Haesbaert (2012) também evidencia em suas análises. Para Sack (1986, p.20) “território é o resultado de relações sociais, e a territorialidade as estratégias para estabelecer graus diferentes de acesso às pessoas, coisas e relações”.

Considera, ainda, que os territórios não são mutáveis, mas que se redefinem de acordo com as estratégias, ou seja, de acordo com as territorialidades. Para Sack (1986, p. 87) a territorialidade é definida pela “tentativa, por um indivíduo ou grupo de atingir, afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

Raffestin (1993, p. 265), neste sentido, propõe uma visão mais ampla da territorialidade, considerando-a como “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem, enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos.” Para o autor são as relações sociais dos atores que geram a territorialidade, sendo o território informacional mais significativo do que o território concreto, em termos de territorialidade. É nesse sentido que a discussão proposta da rede amplia a análise dos atores que também fazem parte deste território informacional proposto por Raffestin (1993).

Diante dessas discussões, Haesbaert (2012, p. 93) propõe traçar um panorama para mais atual para a definição de território:

Podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico- política.

O autor acrescenta, ainda, a proposta de estudo de construção de territórios em movimento, ou os chamados territórios-rede, para entender a dinâmica destas esferas territoriais, mesmo que o elemento chave das relações para o entendimento do conceito apresente-se fundamentado na análise do poder.

Tendo como subsídios estas concepções sobre o conceito de território, especialmente enquanto resultado das relações de poder, cabe evidenciar, ainda, as múltiplas faces do poder, expressas e materializadas a partir das ações de diversos de atores. Para tanto, discutir esse poder político que se manifesta nas relações faz-se pertinente, conforme sequência do texto, uma vez que possibilita entender a construção do território.

1.2. O poder político: um debate para as relações sociais

O fato principal do estabelecimento de poder nas relações é a da convivência em sociedade, sendo esta proporcionada pelas relações sociais entre os sujeitos e instituições. O poder, conforme Raffestin (1993), primeiramente não é dado, nem adquirido, mas sim exercido nas relações, estabelecendo um sistema chamado por este de soma não nula, o que

representa um jogo em que um ou mais atores acabam por exercer poder sobre outro(s) ator(es). É nesse sentido que o poder é exercido e não se apresenta igual.

Para Raffestin (1993), para exercer seu controle o poder se apropria dos chamados trunfos, elementos que dão sentido à sua existência. O primeiro deles é a população, pois é de onde se realiza a ação na qual residem as ações de transformação. Também é nela que reside a informação que o Estado exerce sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre este. A população, portanto, é entendida enquanto um recurso, apesar do também poder de reação diante da manipulação e resistência, manifestando-se como um jogo de poder. O segundo é o território, que é o campo de ação do poder, é o lugar, a cena das relações, mas que, sem a população, não se realiza. Assim, é o espaço do poder por excelência, pois é nele que as relações se estabelecem e, desta forma, o poder. E terceiro são os recursos que definem as ações para que o interesse seja alcançado, o que condiciona para a ação.

De acordo com Silva (2009), o poder é incitado através da relação social e pela posição dos atores no território. Sendo o poder político o campo que se destaca quando existem diferentes interesses.

Dessa forma, podemos entender que as múltiplas faces do poder se manifestam em estruturas político-econômicas, que de uma forma direta e indireta interferem no poder local, constituindo formas contraditórias que demonstram a fragmentação do poder. O poder que aqui analisamos é o composto por interesses político-econômicos que dão um conteúdo diferenciado nas relações dos atores sociais (SILVA, 2009, p. 3).

Neste sentido, o poder e suas variadas faces manifestam-se em diferentes escalas, promovendo formas diferenciadas de interesses e relações entre seus pares e, por isso, para Santos (1996), o poder torna-se instável e obriga que as relações se refaçam na sociedade. Durante muito tempo, o poder esteve vinculado ao Estado como maior forma de sua representação na sociedade, especialmente vinculado à Geopolítica. Conforme os estudos avançaram no sentido das diferentes relações que a sociedade se apresenta, e com base em Raffestin (1993), o Estado passa a ser compreendido como uma das instituições de poder, mas não única.

Embora o poder apresente-se em determinados momentos como um poder exercido e de forma imposta, ainda assim este não deve ser confundido como efeito repressor e negativo. Neste sentido nos apoiamos em Foucault (1979, p. 7):

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder, identifica-se o poder a uma lei que diz não (...) Ora creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo o mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa como uma força que diz não, mas de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

Assim, o poder é exercido sem muitas das vezes haver consentimento, corroborando com a abordagem de Raffestin (1993) quando afirma que ele é simplesmente exercido. Raffestin (1993) ainda entende a violência como forma extrema e brutal do poder, diferente de Souza (1995), que entende o poder e a violência de forma oposta, onde um atuando de forma absoluta o outro não aparece. Essa relação de poder e violência é percebida quando se entende que “o poder ao sair das mãos, busca a violência para mantê-lo” (Galvão *et al.*, 2009, p. 40).

Para Castro (2005), o poder atende sempre a esfera da ação, a capacidade de agir sobre coisas, pessoas e mesmo vontades. Assim, diante dos interesses e conflitos gerados no território, o poder ajuda a entender a organização do espaço de maneira geral.

Buscando entender as relações de poder no território com fundamento em Raffestin (1993), elaborou-se o organograma (figura 1) no qual os elementos presentes nesta abordagem, quais sejam, o poder, que envolve o político e o econômico – que materializa no território – que é dotado de atores que configuram rede, que produzem intenções e estabelecem relações pelo exercício do poder.

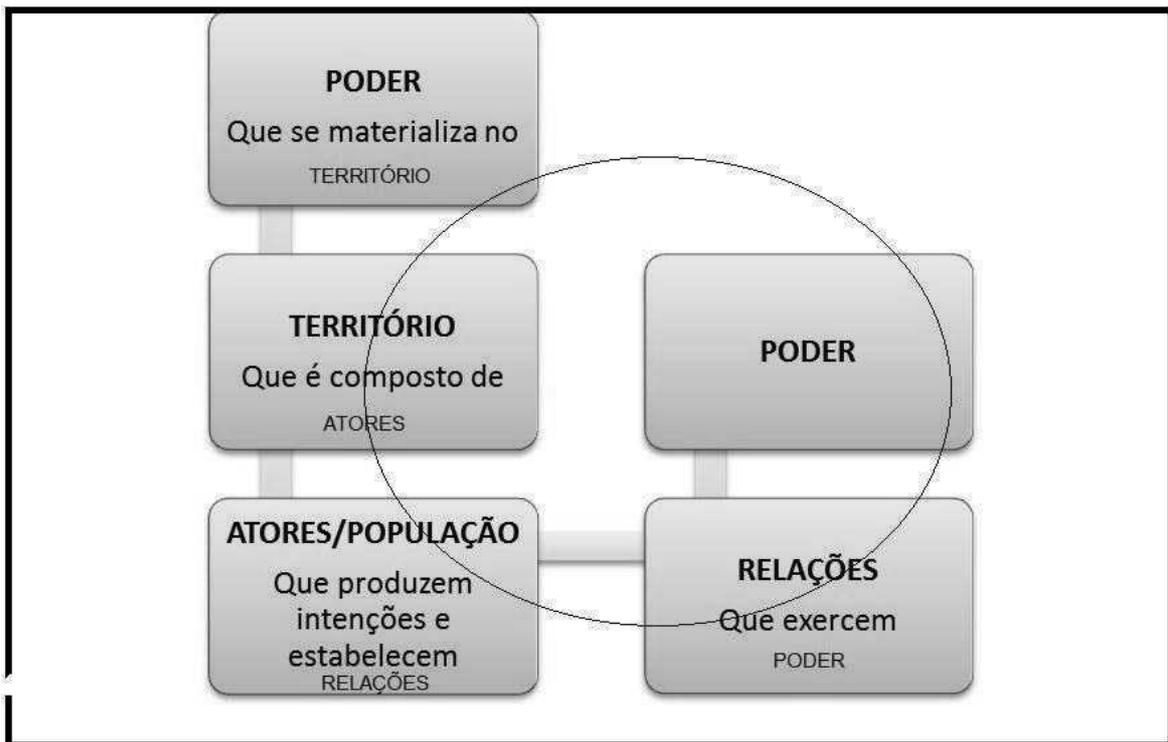


Figura 1: Organograma – Elementos da análise: Poder, Território, Atores e Relações.
Fonte: RAFFESTIN, C. (1993).
Org.: SANTOS, P. (2014).

A dinâmica dos elementos nas relações de poder, conforme organograma da figura 1 permite constituir eixos sobre cada um destes elementos na análise das relações: poder, território, atores/população.

Foucault (1979) também apresenta uma posição quanto a esta relação, ao focalizar o poder que, para ele: 1. Não se adquire, e sim é exercido, o que é compactuado e reafirmado por Raffestin (1993); 2. Não estão em exterioridade às outras relações, como as econômicas, mas sim imanentes, ou seja, embora uma ou mais delas se sobressaiam nas análises, elas se completam; 3. As relações de poder são intencionais, pois cada grupo irá reafirmar o poder exercido sobre outros a partir de intenções definidas antecipadamente. Finalmente, onde há poder há resistências resultantes de conflitos gerados pelos grupos dominantes e dominados pela busca/permanência no poder.

Portanto, o que fundamenta o poder, de acordo com Raffestin (1993), é a possibilidade que os homens possuem de transformar-se a partir do trabalho e das suas relações sociais. Para o autor, o poder exerce o controle e a dominação sobre coisas e pessoas, na retomada da visão tripartida na Geografia Política, quanto à análise das relações de poder em estudo: a população, o território e os recursos. A população: onde

procede a ação; O território: cena do poder e o lugar das relações; E os recursos: horizontes possíveis de ação.

Quanto à população/atores nas relações, Raffestin (1993) evidencia que conhecer a população de um território também é uma forma de controlá-la. Para tanto, se apresentam as diversas formas de dominação da população colocadas pelo autor: a demográfica, a da revolução industrial, a de controle sobre os vivos e mortos e a da distribuição desta população, a mobilidade, etc., pois sem população, de acordo com Raffestin (1993), não existe a relação.

O território, nas relações de poder, é o espaço onde se projetou trabalho, ou seja, energia e informação, e que, assim, revela relações marcadas pelo poder.

Portanto, para Raffestin (1993), o território não pode ser somente político, mas uma interação do econômico, social e cultural, num jogo proporcionado por indivíduos e grupos, o que conduz a sistemas de malhas, de nós e rede que se exprimem no espaço e que constituem, desta maneira, o território. Portanto, é neste sentido que o estabelecimento da rede política da cadeia produtiva da madeira se configura nesta pesquisa, dotada de inúmeros atores numa interação política e econômica de seus grupos, proporcionando a formação de nós, destas relações, no território. Desta forma, Raffestin (1993, p. 137) afirma que:

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território.

O estabelecimento de tessituras, nós e rede de maneira organizada e hierárquica assegura o controle sobre o que é distribuído no território e, assim, determina a ordem. “Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 135), onde a ação deste, no território, exprime o limite de ambos.

Esses limites também comportam níveis que são relacionados às funções que os atores exercem na rede, nas malhas ou tessituras. Assim, a “tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes” (RAFFESTIN, 1993, p. 138).

Castro (2005) corrobora com essas proposições e afirma que as questões e conflitos de interesses dos grupos surgem das relações sociais e materializam-se nas disputas de interesses de cada grupo, portanto, à escala de poderes. Na malha política, de acordo com a

autora, o poder legitimado não se desfaz facilmente, enquanto as relações econômicas são mais dinâmicas e se adaptam. Com isso, basta dizer que as estratégias dos atores são numerosas.

Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 142).

Assim, de acordo com Silva (2009), o exercício de poder é a manifestação de reorganização de forças advindas de variados atores, demonstrando que o poder se dá na relação de maneira instável, onde os conflitos acontecem e permitem, assim, a realização de novas relações constantemente na sociedade, resultando na fragmentação em esferas que vão além de uma questão política, mas também econômica e social, portanto, uma análise do poder apresentado como local.

1.3. O poder local e descentralização política, econômica e social no território

O universo político, marcado por transformações ao longo de sua existência, demonstra que algumas das mais importantes delas são relativamente recentes, permeadas pelas múltiplas facetas do poder, desde o poder institucionalizado do Estado até o poder de grupos na sociedade e que, de certa forma, também representam parte do Estado. Nesse sentido, Vainer (2001) corrobora com Raffestin (1993) entendendo que, nos campos global e local, o Estado não é o único na ação política, sendo que outras instâncias e dinâmicas passaram a ser elementos de discussão, especialmente quanto à distribuição de novas dimensões de poder na sociedade.

Portanto, as cidades, no contexto da globalização, da fluidez, da rede e de outras dinâmicas, acabam por desenvolver novos papéis, especialmente sociais, e cada vez mais e recentemente inserem-se em possibilidades que extrapolam uma hierarquia federal. No entanto, segundo Vigevani (2006), muitas vezes os governos locais acabam por se ver impedidos não apenas de assumir esses novos papéis e funções, como também a coordenação e a articulação com a administração das diferentes escalas de governo.

A revisão do debate sobre as escalas da ação política não poderia completar-se, contudo, sem uma menção à resistência dos que reivindicam a centralidade da escala nacional como única capaz de

propiciar resistência efetiva ao processo de dissolução de soberanias e, mais que isso, de dissolução cultural e societária a que parece nos condenar a globalização (VAINER, 2001, p. 144).

Segundo Vainer (2001), a ideia de que a escala global se amplia frente à escala local pode ser notada quando percebemos os efeitos da globalização, o elemento que marca as sociedades atuais, principalmente na esfera da ação política, pois esta esfera não consegue contornar os desafios impostos por esta nova realidade.

Reconhece-se, entretanto, que a promulgação da Constituição de 1988 possibilitou que os governos locais se revestissem de autonomia em diversos setores, apesar de também comprometerem-se com a responsabilidade em geri-la, principalmente quanto às finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Portanto, a esfera local de acordo com Vainer (2001), está além da administração de um município, pois deve gerar certa autonomia na escala da ação política.

Nesse sentido, para entender a esfera local para além da administração, é importante assinalar uma diferenciação no tratamento dos termos “poder local” e “governo local”, que estão pautados a partir de determinados aspectos.

Para Brito (2009), o governo local representa uma das esferas administrativas da divisão do Estado: federal, estadual e local, resultado da descentralização. O poder local vai além da esfera do governo, posto ser a projeção do poder que é político, bem como econômico e social, espaço de aproximação do cotidiano para a resolução das disputas e dos conflitos. Corroborando com Brito (2009), para Nunes (1996), seria mais um processo de “centralização política com descentralização administrativa”. Portanto, o governo local permitiu o surgimento ou aparecimento ou mesmo ascensão do poder local.

Nas palavras de Fischer (1992, p. 106) o local:

[...] remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas.

Concorda-se, ainda, que o poder local alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto (FISCHER, 1992). Assim “como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído” (FISCHER, 1992, p. 106-107).

O poder local, sejam os poderes social e político está ligado à questão da institucionalização do poder, onde a sociedade é poder. As outras formas de exercício do poder, as controladas pelo conjunto de atores da sociedade civil organizada, exercem poder como socioeconômico (NUNES, 1996). Portanto:

Esse poder, que se faz por alianças, define práticas diferenciadas entre atores sociais que participam da mesma escala de poder, ou melhor, dizendo, que possuem interesses comuns. Pode carregar também conflitos internos que permitem verificar fragmentos de interesses e, posteriormente, afetar a relação de poder (NUNES, 1996, p. 34).

É neste sentido, com a prática de alianças entre os atores, que o estudo da rede política da madeira busca identificar as relações a partir dos interesses postos pelos seus atores em escala local, embora as buscando por meio da inserção internacional e projeções globais.

O poder local, embora não o seja, ainda é percebido como apenas uma instância de governo, sendo representado na sua forma escalar na relação federal, estadual e local. Ao poder local são transferidas parte das responsabilidades no âmbito governamental, especialmente as sociais e econômicas, ao espaço próximo dos cidadãos, ou seja, as cidades. Desta forma, percebe-se uma autonomia aos governos, considerada fictícia, especialmente marcada pela responsabilidade do local com relação à arrecadação de recursos próprios ter se tornado uma dificuldade. Vislumbra-se, também, uma democracia ainda frágil, pois certos acordos e contratos precisam passar pelo aval da esfera federal, bloqueando a autonomia local condicionada, em parte, pela Constituição de 1988, a qual delegou mais descentralização aos municípios.

Neste sentido que o presente trabalho busca entender o poder local como base para as discussões das influências de diversos atores e instituições, sem considerar apenas o Estado como a instância administrativa. Iniciativas de representantes dos poderes local e estadual que procuraram adaptar-se, criando secretarias ou segmentos administrativos específicos são apresentadas, pois tudo que acontece no plano global tende a atingir, de alguma maneira, a situação local ou é influenciado por ele.

Os atores, como as empresas, vão muito além da influência do local, pois estabelecem relações voltadas ao setor econômico, mas perpassadas pelo político, quando buscam no global a dimensão de tomada de decisões que, de certa forma, também refletem no espaço local e, assim, alteram a dinâmica da rede de atores que pertencem também ao local, pois suas posições, interesses e decisões se dão na dialética global-local.

Para Vainer (2001), a aposta no campo da identidade local é a forma mais eficaz que qualquer outro nível escalar para promover a competitividade das empresas. Nunes (1996), para explicar os elementos desta discussão sobre o local propõe, ainda, desmistificar certos elementos do discurso do poder local, tais como relacionar a proximidade do cidadão com o fato da democratização e da participação popular, embora persista aceitar que o poder federal, ainda é uma abstração para o desenvolvimento dos municípios.

O poder local não se refere somente ao fato das classes populares buscar seus direitos de participação política, mas um poder relacionado a uma instância espacial que procura meios para se articular com o global, propiciando à população local, em consequência, sua participação política e econômico-social neste cenário. Segundo Vainer (2001), globalistas, nacionalistas e localistas buscam na cidadania a base para suas explicações sobre o poder local. Para os globalistas é na cidadania que se encontraria suporte para não se fragmentar o mundo. Os nacionalistas buscam o tradicional. Para a abordagem localista, o local seria a melhor esfera para o desempenho da cidadania, pois é onde o cidadão vive.

Visualizar, de maneira diferente, mas concomitantemente complementar, que cada esfera atua de uma forma é, para Vainer (2001, p. 145), propor uma perspectiva transescalar: “Eu vivo cotidianamente no mundo e no meu local, no meu município, na minha cidade, no meu país”, uma vez que as relações ultrapassam os limites dos territórios e se fazem em uma articulação entre a escala global e a local, tratando-se de estratégias de desenvolvimento econômico, especialmente as marcadas pela base territorial das cidades. Os efeitos da globalização permitem expor esta situação, bem como, as novas competências que o local tem adquirido nesta rede de relações.

Para Santos (1999), o poder local serve a um modelo administrativo federal que, em grande parte é administrado por grupos que servem aos interesses do Estado e, ao mesmo tempo interferem, buscando realizações pessoais, promovendo uma articulação entre as escalas de poder e uma materialização de interesses no território.

Nesse sentido, são processos com suas dimensões escalares quase sempre transescalares: “As escalas não estão dadas, mas são, elas mesmas, objeto de confronto, como também é objeto de confronto a definição das escalas prioritárias onde os embates centrais se darão” (VAINER, 2001, p.146).

Para Souza (1996), essa busca pela descentralização também representa uma crise do Estado, tanto no sentido político quanto econômico, que busca artimanha para

permanecer superior e detento de poder em vários cenários, e ainda, transferir carências que não mais dão conta de solucionar. Há assim, uma transferência de poder a grupos de escalas menores, mas que se favorecem e pouco contribuem para a participação popular, portanto, é uma alternativa tendenciosa.

É neste sentido, que se apresente no local, de forma mais evidente o papel que os atores e seus interesses e relações expressam no território, uma vez que:

A utilização do conceito de território pelos diferentes atores sociais caracteriza a luta pelo poder que envolve conflitos por definições de territórios. As práticas reveladoras de interesses dentro do campo de poder envolvem interesses contrários e convergentes (SILVA, 2007, p. 2).

O território representa o espaço das relações onde os atores definem práticas espaciais de poder. Este espaço representa um campo de forças de poder de diferentes grupos, alguns até mesmo se unem, a exemplo de sindicatos, movimentos de bairros etc para partilhar o poder no território. Assim, a resposta para o questionamento sobre a que grupos serve o poder local pode ser pensada a partir de Andrade (1996, p. 35), quando afirma que:

O território construído pela empresa se superpõe ao território construído pelo Estado ou pelos estados, apresentando conflitos e complementações. O Estado, sobretudo autodenominado Estado liberal, está a serviço das empresas, e conseqüentemente, do jogo de interesses e da capacidade de cooptação das mesmas que disputam territórios e mercados.

Neste cenário, a descentralização, no sentido de criação do poder local, está mais a serviço de uma condição do capital de adentrar espaços antes não formalizados do que atender as necessidades da população e, por isso, é visto como um poder que não favorece a democratização e à cidadania. Diante deste processo de descentralização e do debate em torno da aproximação dos cidadãos é que os municípios tornam-se fundamentais para o entendimento desta dinâmica do local. Eles não existem sozinhos, pois estas formas de dominação e de exploração aparecem nas articulações regionais, nacionais e cada vez mais nas internacionais: “Qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2001, p. 147).

Davidovich (1993) discorre sobre a questão observando o papel das indústrias, as quais, mesmo estando no local e gerar empregos, ainda se apresentam condicionadas a

interesses de fora e a serviço do capital.

Reportando-nos a Tussie e Paglieri (2004) é possível indicar o entrelaçamento entre a capacidade de firmar políticas locais de desenvolvimento, a ação coordenada em nível nacional e a intervenção em escalas geográficas cada vez mais interdependentes. Este aspecto, no entanto, não é estrutural, pois depende das relações políticas, das tendências de governos e das forças partidárias e sociais que tornam, por outro lado, cada realidade ímpar. Assim, a conjunção da flexibilidade com as singularidades locais podem estimular novas posturas na busca de alternativas de desenvolvimento, facilitando a instauração de projetos, buscando atrair investimentos e utilizando capacidades já existentes.

Duchacek (1990) menciona a relevância que a escala local tem adquirido no que se refere à presença internacional, indicando que esta pode ser compreendida como novo agente social, ainda que não tenha autonomia direta para assinar acordos, atributo este específico do Estado nacional. Para Vainer (2001, p. 147), “o que faz a força das corporações multinacionais está menos em sua globalidade que em sua capacidade de articular ações nas escalas global, nacionais, regionais e locais”.

Barreto (2004, p. 78) afirma que, “assim, foi-se caracterizando a interface global-local: embora a competição ocorra nos mercados globais, as capacidades competitivas foram sendo construídas nos níveis locais”.

Os estudos demonstram que a tendência é uma participação em rede, por exemplo através do comércio, bem como de mudanças que se estruturam no plano mundial.

De outro, o imperativo de projeção e inserção na economia global exigiu que os governos locais desenvolvessem novas relações bilaterais e multilaterais, assumindo assim uma nova condição de atores políticos no sistema internacional (VIGEVANI, 2006, p. 8).

Dessa forma, para esta dissertação, a relação do poder local com a rede política demonstra que a esfera local é que determina os atores que estão na rede política, embora ela possa ultrapassar tal delimitação física. Nessa relação cabe ao poder econômico local suas relações com o poder político, com a análise do poder local na vinculação com elementos de uma discussão que ainda remete ao chamado governo local, pois as políticas do poder local adotadas permitem identificar uma tendência a favorecer grupos de poder em detrimento da participação política e econômica da população, de maneira geral, ainda que a intenção seja uma autonomia maior aos grupos sociais locais.

Embora compreenda-se que a descentralização administrativa do Estado nada mais

é do que uma válvula de escape na tentativa frustrada de solucionar problemas e conflitos que se tornam mais presentes na escala local, é também um poder mantido por determinados grupos à escala dos municípios, e que mostram os conflitos e interesses de forma mais próxima e representativa, mas não de forma única.

É com esta perspectiva de análise das relações de poder e do território (enquanto relações) que se busca caracterizar a cadeia produtiva da madeira (atividade agroindustrial - base silvicultura e monoculturas de pinus e eucalipto), enquanto cenário para a presença das ações dos atores políticos do cenário local, de Guarapuava, o qual é abordado no capítulo 2.

CAPÍTULO II

ELEMENTOS PARA ANÁLISE DA CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA EM GUARAPUAVA-PR

As atividades voltadas à utilização da madeira perduraram em determinados períodos e momentos da história do país, seja enquanto exploração proveniente de florestas nativas ou das propostas alternativas sustentadas no cultivo de florestas exóticas plantadas de pinus e eucalipto.

No sentido de verificar o funcionamento da cadeia produtiva da madeira, bem como esta se apresenta nas diferentes esferas, mundial, nacional, estadual e municipal é o objetivo deste capítulo. A análise está apoiada em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outros órgãos que compilam dados e informações sobre a madeira. Procurou-se, ainda, apontar a relevância que a matéria prima madeira adquiriu ao longo da história no município de Guarapuava.

2.1. A cadeia produtiva: uma análise do cenário mundial da madeira

O mercado da fotossíntese, como colocado por Porto-Gonçalves (2006), veio cada vez mais ganhando espaço no cenário mundial, diante da grande demanda pela madeira na sociedade atual, caracterizada como capitalista e consumista. A ideia inicial de conter os avanços predatórios sobre as florestas nativas e atender o mercado consumidor, fez se elevar a prática de cultivos florestais. A prática da silvicultura, conhecida popularmente como “reflorestamento”, com gêneros exóticos, especialmente pinus e eucalipto, veio para atender a cadeia da madeira (indústrias do segmento de papel e celulose, siderúrgicas, móveis, dentre outras) surgindo, assim, a diversificação de atividades em torno de uma única matéria-prima, a madeira.

A busca por novas formas de ampliar o desenvolvimento local, dando possibilidades às empresas em grupos e não de forma isolada, abriu a possibilidade da formação de arranjos produtivos, e/ou de cadeias produtivas. Essas novas formas de concorrência no mercado determinaram, também, uma nova dinâmica para as empresas. Assim:

A abertura dos mercados e a intensificação da competição observadas nos últimos anos, em diversos países, levaram as empresas à busca de novas fontes e formas de obtenção e manutenção de vantagens competitivas e de alternativas para compartilhar os crescentes riscos e suas decisões. Nesse processo, as mudanças na esfera das relações entre as empresas aparecem como centrais (DIEESE, 2005, p. 15).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2005), tanto as cadeias produtivas quanto os arranjos produtivos são espaços econômicos que possuem características e dinâmicas próprias e merecem uma abordagem neste trabalho.

Os arranjos produtivos consistem em “um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e que compartilham formas de cooperação e algum mecanismo de governança” (DIEESE, 2005, p. 17).

Quanto às cadeias produtivas, estas podem ser definidas “como uma sequência de empresas ou setores econômicos unidos por relações significativas de compra e venda. Divide o trabalho entre si, cada um realizando uma etapa do processo de transformação e transferência dos insumos” (DIEESE, 2005, p. 13).

Desta forma, a ideia de cadeia está relacionada, principalmente, com a indústria de transformação, em que se percebem as ligações das etapas nos processos produtivos. Os arranjos produtivos, bem como as cadeias produtivas são objeto de estudo em vários estudos de diversas áreas, mas, aqui, a referência está nas cadeias produtivas e, em especial, na cadeia produtiva da madeira.

Segundo o Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF, 2014), a cadeia produtiva compreende um conjunto de etapas consecutivas pelas quais o produto vai se transformando e transferindo insumos, desde a fase inicial até o consumo final. São vários os tipos de cadeias produtivas como, por exemplo, a cadeia produtiva da borracha, do trigo. É com esta concepção que a cadeia produtiva da madeira tem se apresentado frente não apenas ao rol de discussões de preservação, pautadas na questão ambiental, como também

como fonte de energia para o abastecimento de diversas indústrias que utilizam a madeira como matéria-prima.

Essa dinâmica da cadeia produtiva, como vinculada à agroindústria, também pode ser entendida a partir do processo histórico que a deu origem. Com a introdução, no campo, do modo de produção industrial, passam a ocorrer diversas transformações no setor agropecuário, no Brasil, com novas e modernas formas de produção agrícola que foram modificadas com a introdução dos chamados complexos agroindustriais, ou seja, a articulação entre agricultura, indústria produtora e processadora de produtos (MAZALLI, 2000).

Como a cadeia produtiva compreende vários *segmentos*², desde o segmento de base florestal, com os cultivos de pinus e eucalipto, até os segmentos da produção de laminados e compensados, bem como o segmento moveleiro, como produtos finais. No caso das atividades madeireiras em Guarapuava, vale ressaltar que, como enfoque de estudo, a cadeia não se realize de maneira completa, ou seja, não apresenta todos os segmentos.

Para Mazzali (2000) é somente na década de 1990 que se realiza um processo de reorganização do campo, agora em dinâmica mais aproximada de constituição de rede, o que permite uma maior inter-relação entre empresas de um mesmo segmento de produção surgindo, assim, com maior destaque, as cadeias produtivas, os arranjos produtivos e outros, como os circuitos de produção.

O caso da madeira é bem ilustrativo, uma vez que as novas culturas surgidas com esse processo, não levaram em consideração o consumo da população brasileira, mas sim os interesses econômicos que se encontravam envoltos na recente dinâmica de produção.

A cadeia produtiva da madeira é marcada por atividades econômicas complexas e diversificadas e, assim, para melhor entender sua dinâmica apresenta-se, na figura 2, os vários segmentos dentro de sua dinâmica maior.

Na figura 2 pode-se perceber que o setor florestal, base para a cadeia produtiva, compreende duas divisões: produtos madeireiros e produtos não-madeireiros, ambos provenientes de florestas plantadas. Para tanto, em cada uma delas, a madeira apresenta funções variadas, que vão muito além do uso no setor industrial, como lenha, carvão, madeira serrada, processada ou celulose, e mesmo o setor florestal de não-madeireiros,

² Torna-se importante mencionar algumas subdivisões adotadas quando o estudo da cadeia produtiva da madeira. O *setor* madeireiro compreende todas as atividades industriais voltadas a madeira dentro da cadeia, em contrapartida quando abordamos *os segmentos*, estamos tratando de formas distintas do trabalho com a madeira de acordo com sua finalidade, por exemplo: o segmento de papel e celulose, o segmento de madeira processada mecanicamente, o segmento de madeira em tora, entre outros.

sendo comercializado na indústria de alimentos, farmacêuticos, oriundos de florestas plantadas nativas ou de exóticas. Dentro do próprio segmento de produtos madeireiros visualiza-se uma infinidade de usos da madeira ou de seus derivados, como no caso da celulose. Portanto, a finalidade é determinada como elemento inicial, tendo como destino final tanto o mercado nacional quanto o internacional.

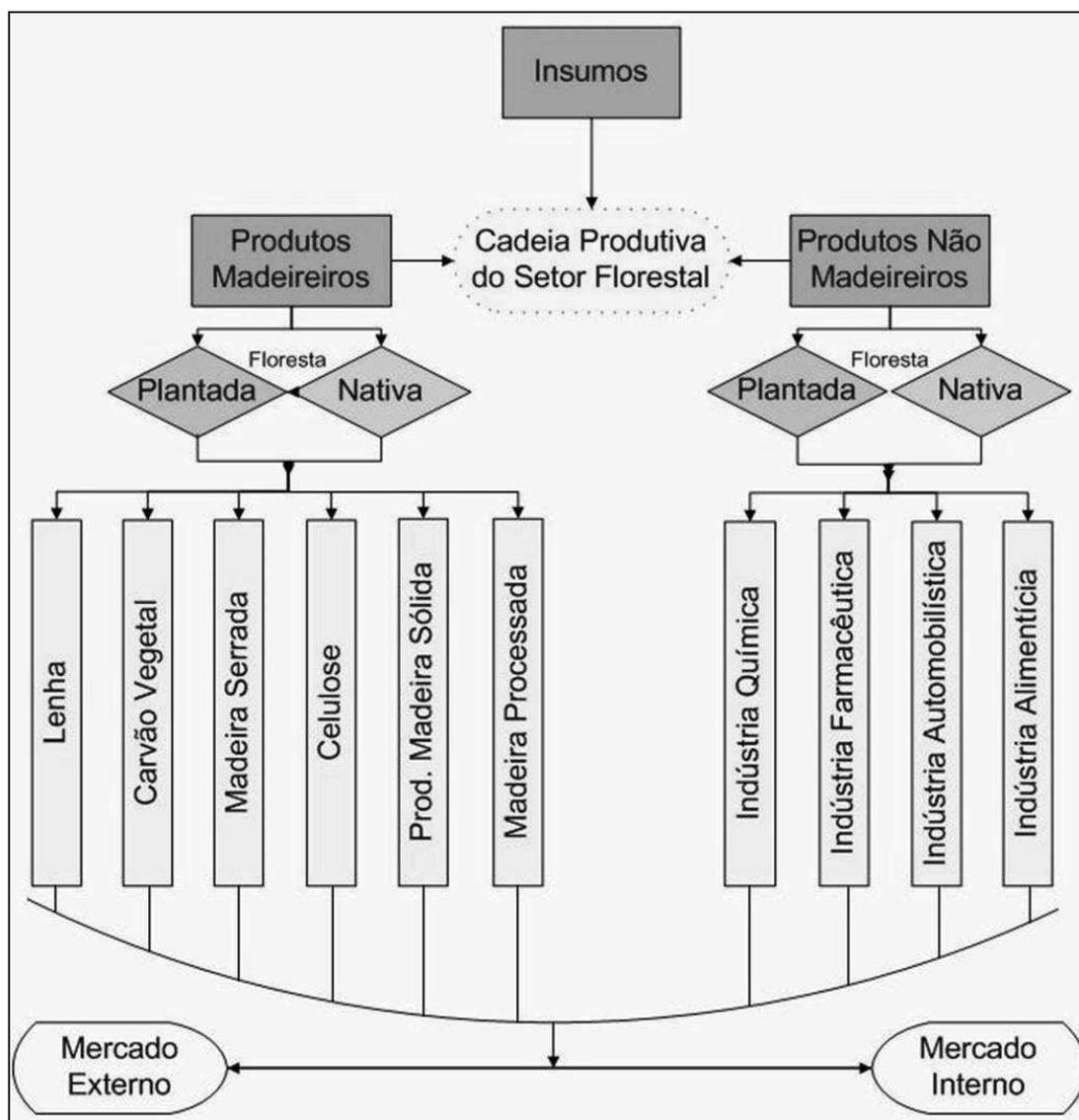


Figura 2: Cadeia Produtiva da Madeira – Segmentos.

Fonte: Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

De acordo com a Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro (SEPLAG, 2011), a cadeia da madeira pode ser identificada a partir de vários segmentos, como celulose e papel, papelão ondulado, siderurgia a carvão vegetal, móveis e madeira processada mecanicamente. Engloba, ainda, a produção de madeira serrada, painéis

reconstituídos, compensados e laminados e produtos de maior valor agregado, além de vários produtos não madeireiros.

De acordo com Ribas (2009) pode-se classificar o setor madeireiro em dois segmentos especiais, um voltado para o setor de papel e celulose, adicionado à produção de lâmina, chapa e madeira aglomerada, com a presença de grandes empresas e; o setor de produção de madeira serrada e seus derivados, como móveis e compensados, demandado por empresas de pequeno e médio porte.

Na dinâmica da cadeia da madeira há dois elementos que são importantes destacar para a compreensão do processo, ou seja, que ela é formada pela base florestal, que corresponde aos cultivos florestais e pelas atividades industriais expressas pelo número de indústrias que utilizam a madeira como matéria-prima para a fabricação de seus produtos finais.

Desta forma, a cadeia produtiva, com base no setor florestal, torna-se uma atividade amplamente conhecida no Brasil, que apresenta características próprias, uma vez que o país possui extensas reservas de florestas nativas em comparação a outros países, bem como grandes áreas de cultivo de gêneros exóticos (florestas plantadas). Na cadeia há diferentes processos para se chegar ao produto final, sendo o primeiro o de transformação da madeira em toras serradas ou lâminas, tornando-se base para produtos florestais secundários ou terciários.

A figura 3 apresenta o fluxo da cadeia produtiva da madeira, bem como seus principais usos, conforme o grau de processamento. A figura 3 possibilita de forma mais aprofundada distinguir os usos da madeira a partir de seus processamentos. O setor de base florestal compreende-se de produtos madeireiros e não-madeireiros como já mencionado, que por sua vez é dividido a partir de suas finalidades. Madeireiros são divididos em cinco grupos: lenha e carvão; celulose e papel e painéis de madeira; madeira mecanicamente processada; e, outros destinos.

Os painéis de madeira apresentam-se subdivididos em três destinos: painéis aglomerados, Medium Density Fiberboard (MDF), chapas de fibra e OSB (Oriented Stranded Board), que são tipos de painéis específicos para a confecção de determinados produtos. O segmento de produtos de madeira mecanicamente processada possibilita a origem aos produtos como compensados, a madeira serrada, a PMVA (Produto de Maior Valor Agregado) e as lâminas.

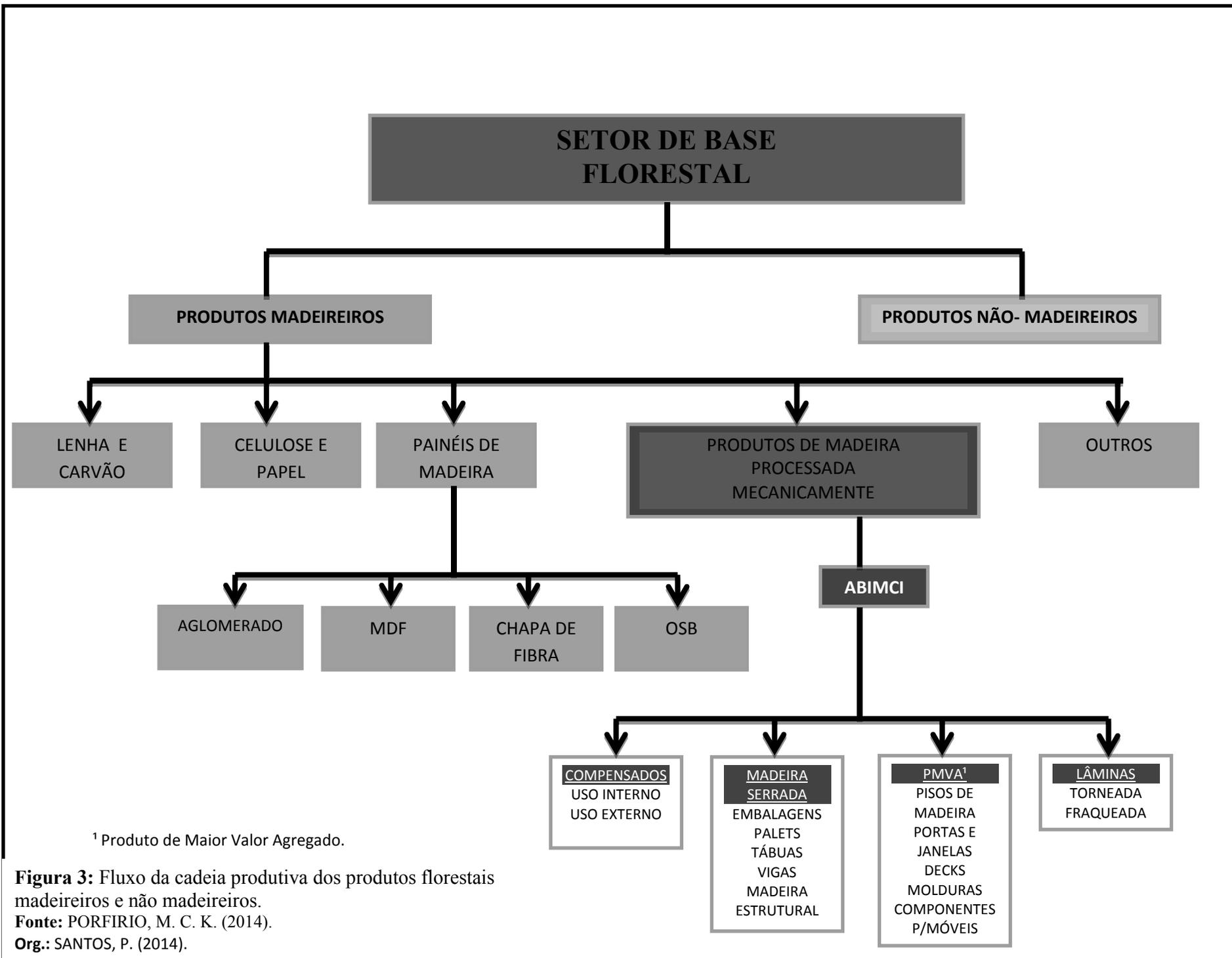


Figura 3: Fluxo da cadeia produtiva dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros.

Fonte: PORFIRIO, M. C. K. (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Para ser cadeia produtiva da madeira, então, é preciso que envolva seus elementos de base, desde as florestas plantadas até os produtos produzidos a partir desta matéria-prima. São esses elementos que a tornam uma cadeia dinâmica e de variados processos, como o de estabelecimento do mercado da madeira no cenário mundial, aqui analisado.

O setor florestal é de enorme importância mundialmente, tanto pelo fornecimento de matéria-prima, como de energia para a indústria de transformação e civil. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), os dados de 2010 apontam um total de aproximadamente 3,9 bilhões de hectares de florestas no mundo, sendo os países com maiores áreas florestais (sejam nativas ou plantadas) a Rússia, o Brasil, os Estados Unidos, o Canadá e a China, conforme representado na tabela 1.

Com relação aos dados expostos na tabela 1, de acordo com FAO (2010), o Brasil, em 2010, manteve-se como o segundo país, em áreas de florestas em termos absolutos, 519,5 milhões de hectares, perdendo somente para a Rússia, que possui 809.090 milhões de hectares. Verifica-se, ainda, que mesmo o Brasil se figurando entre os mais extensos em área e com grandes proporções de florestas, não se encontra entre os maiores em áreas de florestas plantadas, o que pode se justificar pela dimensão florestal e pela área territorial dos países.

A tabela 1 evidencia, ainda, que o Brasil está entre os dez países que mais apresentam áreas florestais. Os países com maior extensão territorial reafirmam-se como países com maior área de florestas, ainda que, neste caso, prevaleça as nativas. Este aspecto não necessariamente ocorre, por exemplo, com os Estados Unidos (304.022 hectares de nativas) e a China (206.861 hectares de nativas), que embora não apresentem as maiores áreas de florestas nativas, caracterizam-se pelas maiores áreas com florestas plantadas no planeta (Estados Unidos, 25.363 hectares de plantadas e, China 77.157 hectares de plantadas, em 2010).

Tabela 1 – Países com as maiores áreas florestais nativas e plantadas (2010).

País	Área florestal nativa (em 1.000 ha)	Área florestal plantada (em 1.000 ha)	Área total do país (km ²)
Rússia	809.090	16.991	17.045.400
Brasil	519.522	9.169	8.515.767
Canadá	310.134	8.963	9.976.139
Estados Unidos	304.022	25.363	9.826.615
China	206.861	77.157	9.596.961
Congo	154.135	-	342.000
Austrália	149.300	-	7.713.364
Indonésia	94.432	3.549	1.919.840
Sudão	69.949	6.068	2.500.000
Índia	68.434	10.211	3.287.590

Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), (2010); Ministério do Meio Ambiente (MMA), (2010).

Org.: SANTOS, P. (2014).

No caso brasileiro, em razão da extensão territorial, bem como das condições edafoclimáticas, o cultivo de florestas plantadas, mesmo que atualmente, este percentual seja decrescente, em comparação com outros países, ainda reforça a oferta do produto no mercado internacional. Observa-se, também, a ausência de países europeus e Rússia com grandes áreas florestais, o que se justifica, em grande parte, pelas condições edafoclimáticas, e a extensão territorial, embora não seja apenas este elemento, mas o mesmo torna-se condição adicional para a análise.

Aspectos importantes a serem também destacados é que nem sempre os países que possuem áreas florestais em abundância, sejam de florestas nativas ou florestas plantadas, apresentam uma atividade no setor tão grandiosa e de forma correspondente. Há casos, como o dos Estados Unidos, que não apresenta áreas de florestas naturais, bem como de florestas plantadas tão expressivas, mas está entre os maiores importadores de madeira do mundo, o que demonstra uma estratégia de poupar suas reservas florestais no mercado mundial.

Cabe, ainda, aos países mais com sucesso nos cultivos a incumbência de sustentar a oferta do produto para países que são mais dependentes. Isso só reforça a hipótese de que nem sempre a expressividade da presença de florestas corresponde a mesma expressividade da presença de atividades industriais do setor. Desta forma:

O grande número de plantações florestais no mundo é recente, sendo que metade delas tem menos de 15 anos. A Argentina, o Brasil e o Chile possuem em torno de 82% das plantações florestais na América do Sul. Nesse cenário, o Brasil é tido como um dos mais destacados fornecedores de madeira para os mercados internacionais, juntamente com a Rússia. Estima-se que as plantações florestais serão responsáveis por 30% a 60% do fornecimento de madeira e de fibras para a indústria de base florestal no mundo (ABRAF 2006, p. 34).

Nesse sentido, o Brasil, no cenário mundial, apresenta-se entre os países que ainda possui importância no setor florestal, especialmente expresso pelas áreas de florestas naturais, com relação às florestas plantadas, embora estas últimas sejam ainda de singular destaque. Isso reforça que dentre os principais produtores, não necessariamente tem-se também os principais consumidores, conforme se apresenta na tabela 2.

Países europeus e os Estados Unidos estão entre os principais consumidores de produtos florestais do mundo, apesar de nem todos serem os maiores ou sequer produtores. No caso dos Estados Unidos, embora apresente áreas de florestas plantadas, há busca pela demanda de madeira no mercado externo, aproximando-se de mais de 600 milhões de dólares em madeira importada em 2012, sendo que no ano de 2013 este valor passa de mais de 720 milhões de dólares.

Estados Unidos e China, principais economias do mundo têm elevado seu percentual de exportação de produtos madeireiros brasileiros entre 2012 e 2013 em mais de 100 milhões de dólares, o que reforça a busca pela competitividade em termos de escala global. Em contrapartida, países europeus marcados ainda pelos efeitos da recente crise, diminuíram suas importações de madeira do Brasil. Bélgica, Alemanha e França, entre 2012 e 2013, reduziram suas importações em torno de 6 a 15 milhões de dólares, permitindo afirmar que a busca pelo mercado brasileiro é também reflexo da relação de finalidade de uso dos cultivos florestais e da maturação destes cultivos, que em países europeus e asiáticos tornam-se mais morosos.

Tabela 2 – Principais países importadores de madeira brasileira (2012-2013).

País	2012 (US\$)	2013 (US\$)
Estados Unidos	604.593.538	724.239.024
Japão	118.960.469	129.524.303
Reino Unido	91.840.963	97.045.949
Bélgica	101.947.286	92.810.682
Alemanha	95.656.458	91.786.138
França	90.294.780	75.948.626
México	42.304.956	69.631.012
China	49.133.518	60.477.825
Países Baixos (Holanda)	52.321.008	50.071.177
Canadá	37.126.869	39.910.687
Itália	38.273.936	37.044.649
Árabia Saudita	32.441.247	35.314.919
Argentina	41.871.652	31.426.250
África do Sul	33.696.770	28.240.234
Turquia	26.425.606	23.875.070

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Essa relação da finalidade de usos ainda é verificada a partir da seguinte situação:

Em termos de estrutura de mercado, o quadro mundial apresenta elevada concentração do consumo de produtos madeireiros nas economias desenvolvidas. Em grande parte, isso ocorre por causa do sistema construtivo, especialmente de habitações familiares, e pelo uso intensivo de compensados, placas e particulados nas construções de uso comercial e industrial (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2007)).

Em contrapartida, a distribuição da matéria-prima, no cenário mundial, a partir da oferta e da procura, revela os principais mercados exportadores da madeira brasileira, com notoriedade para os países europeus e os Estados Unidos, embora a venda para estes seja da madeira com menor valor agregado, especialmente de madeira sólida, conforme podemos verificar na tabela 3.

A tabela 3 apresenta o seguinte cenário para as exportações brasileiras da madeira: os segmentos de maior relevância, nos últimos anos, ainda estão atrelados à madeira compensada e laminada, com aumento de 20 milhões de dólares entre 2012 e 2013; de fibra, de quase 30 milhões entre 2012 e 2013; seguido pelos resíduos, como cavacos (que também é reaproveitado pela indústria), com aumento de 13 milhões de dólares em

exportações. O segmento de painéis também tem se posicionado de forma crescente de 2012 a 2013, com aumento em torno de 1 milhão de dólares neste período. Em contrapartida, a madeira serrada e perfilada tem passado a um decréscimo de 3 e 10 milhões de dólares em 2012 e 2013, respectivamente, o que pode ser resultado de mercados internacionais mais exigentes, com compra de produtos com maior valor agregado e tecnologicamente atualizado, especialmente com relação aos resíduos, cada vez mais aproveitáveis.

Tabela 3 – Exportações brasileiras de madeira por segmentos (2012-2013).

Itens	2012 (US\$)	2013 (US\$)
Cavaco, Serragem e Resíduos	116.967.788	129.348.305
Carvão vegetal	457.054	692.494
Madeira em bruto	12.655.535	12.429.414
Arcos, estacas, etc	1.513.349	1.221.768
Lã e resíduos de madeira	0	7
Dormentes e postes	3.143.590	1.917.631
Madeira serrada e Cortada	351.756.759	353.428.204
Folhas de madeira	34.426.526	30.081.301
Madeira perfilada	507.184.725	470.118.217
Painéis de madeira	28.152.459	29.020.403
Painéis de fibra	88.486.535	117.977.829
Madeira compensada	408.106.634	429.228.750
Madeira em blocos e pranchas	602.291	142.623
Molduras de madeira	20.419.406	25.863.990
Caixotes, caixas e pallets	38.018.580	65.831.700
Barris, cubos e dornas	53.328	149.956
Armações, cubas, formas e ferramentas	27.809.167	27.228.229
Janelas, portas e armações	209.457.563	252.931.896
Artefatos de madeira para mesa	1.859.830	2.261.545
Estatuetas, objetos e artigos	1.603.348	1.097.685
Cabides, obras em madeira e outras obras	34.981.599	52.952.211
Total	1.887.656.066	2.003.924.158

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Desta forma, cabe considerar que países consumidores de madeira ainda buscam segmentos específicos no mercado mundial, evidenciando mais uma vez a carência de

matéria-prima para determinados usos, em países que apresentam significativas coberturas florestais, portanto, passam a importar madeira. Ainda que não seja uma regra há, por trás disso, uma estratégia dos grandes produtores de madeira, em escala mundial, no sentido de poupar madeira ou mesmo aumentar os preços diante de uma possível redução de cultivos em razão das crises econômicas recentes.

Em razão da demanda de madeira e da capacidade empreendedora é que o Brasil apresenta-se, neste setor, como forte participante, o que será discutido adiante.

2.2. A cadeia produtiva: uma análise do cenário brasileiro da madeira

A questão da madeira no Brasil apresenta contornos ainda maiores, do ponto de vista das grandes extensões de florestas tropicais nativas, da expressividade da indústria de papel e celulose, da quantidade de florestas de pinus e eucaliptos, bem como das diversas relações que tornam as atividades madeireiras complexas.

Conforme dados da tabela 1, verifica-se que pouco mais 1% da área total do país está contemplada com cultivos de florestas plantadas, o que reafirma um mercado que ainda apresenta pouca expressividade, mas com indícios de que os cultivos florestais vêm aumentando. Com relação a possibilidade de um grande aumento em áreas de cultivos com exóticas não é possível afirmar, pelo menos com os dados e informações que se tem, que áreas de florestas possam ocupar/avançar espaços destinados à produção de alimentos.

As atividades, na cadeia produtiva da madeira, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior (MDIC, 2010), tiveram impulso a partir de 1950 no estado de São Paulo, seguido pelos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina nas duas décadas seguintes, sendo de maneira geral os estados do sul, os maiores produtores e exportadores brasileiros.

As atividades vinculadas ao setor vão desde a produção de madeira serrada e produtos sólidos de madeira até a fabricação final de móvel. Para fins de análises torna-se pertinente considerar que o setor de florestas plantadas e a indústria madeireira são os dois elos mais importantes para o entendimento desta cadeia (OLIVEIRA, 2008).

Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro (SEPLAG, 2011), o setor florestal brasileiro, que reúne florestas tropicais abundantes e uma produção integrada da floresta à manufatura, com base em plantações de pinus e eucaliptos construiu, ao longo dos anos, uma estrutura produtiva sofisticada, com relações entre os

fornecedores e às indústrias de bens intermediários e de consumo. Assim, a “indústria de base florestal do Brasil apresenta uma das mais promissoras perspectivas de expansão do mundo, quer pelas condições de clima e solo favoráveis para o plantio, quer pelos crescentes investimentos em ampliação e modernização de seu parque fabril” (OLIVEIRA, 2008, p. 48).

Atualmente, a cadeia está voltada à madeira proveniente, em especial, de florestas plantadas, uma vez que todo o histórico de preocupações relacionadas à questão ambiental propiciou a busca por demanda de madeira, tendo como alternativa as florestas plantadas. Isto não significa, no entanto, que as florestas nativas não passem por devastação, sendo exemplo os dados oficiais de desmatamentos na Amazônia, em mais de 75 mil km² de devastação (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE, 2014).

O tema “madeira” suscita posicionamentos distintos entre os brasileiros: alguns, influenciados por ambientalistas, podem pensar em questões negativas, como as relacionadas ao desmatamento, principalmente na Amazônia, que envolvem esse assunto; outros atentam para o aspecto de desenvolvimento que a madeira traz para a economia brasileira (RIBAS, 2009, p. 25).

A intenção aqui não é tratar do embate sobre florestas nativas e florestas plantadas, mas abordar a questão da madeira de maneira geral, enquanto matéria-prima para o mercado, uma vez que grande parte advém de florestas plantadas e, a partir daí, buscar informações da cadeia produtiva da madeira em suas diversas escalas de análise.

O investimento em florestas plantadas passou a se tornar viável a partir da política adotada pelo governo, com a criação de programas de incentivos fiscais florestais no período de 1965 a 1987. No cenário atual, mesmo com a diminuição destes incentivos governamentais, especialmente em escala federal, eles propiciaram um estoque e uma mudança na atividade madeireira no país.

A porcentagem da área de “reflorestamento” com exóticas, no território brasileiro, chega a aproximadamente 1%. Mais de 80% das florestas plantadas são do gênero pinus e eucalipto, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) (2014), sendo o eucalipto utilizado mais na produção da celulose, e as maiores áreas de cultivos localizados na região sudeste.

Com relação ao pinus, é utilizado na produção de celulose de fibra longa, painéis e móveis, cultivado tanto na região sul quanto na região sudeste, onde o clima é mais favorável (SANTOS, 2009).

Com relação a proporção dos gêneros de exóticas: pinus e eucalipto, sua distribuição se apresenta conforme dados expostos no gráfico 1.

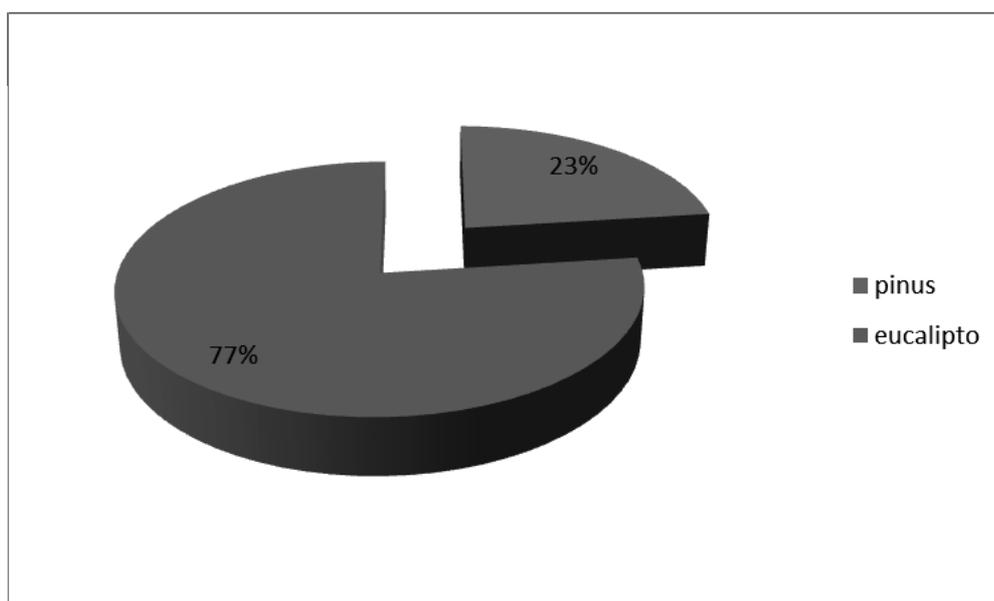


Gráfico 1 – Distribuição da área de plantios florestais no Brasil por gênero (2012).
Fonte: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), (2013).
Org.: SANTOS, P. (2014).

Com base nos dados expostos no gráfico 1 observa-se uma representatividade dos cultivos florestais com eucalipto (77% dos cultivos) frente ao pinus (23% dos cultivos), demonstrado pelas condições ambientais e pelo destino final, ou seja, produtos elaborados a partir de determinado gênero. Pode-se afirmar, ainda, que o gênero eucalipto adaptou-se mais a determinadas regiões e, por isso, suas áreas de cultivo se tornaram cada vez maiores se comparadas com o segundo gênero de exóticas mais cultivado, o pinus.

A partir da expansão dos cultivos tanto de pinus quanto de eucalipto é que muitas empresas passaram a adquirir áreas ou mesmo arrendar para a manutenção estratégica da matéria-prima madeira, ou seja, as áreas de plantio cresceram porque houve aumento da demanda, sendo as empresas, em maioria, as responsáveis pelos plantios para uso interno. Diante disso, passaram a ocorrer muitos conflitos³ identificados, especialmente, na base da cadeia, que é segmento florestal, ocasionando um contraponto. De um lado, grandes produtores florestais que também apresentam-se como industriais e, de outro, pequenos

³ Buscou-se informações quanto a existência de Sindicato que representasse os trabalhadores da madeira, em virtude da existência de um Sindicato dos trabalhadores da Indústria, Construção e Mobiliário, que neste caso não representa somente os trabalhadores da madeira, mas sim da indústria como um todo, este (o sindicato) conforme contato com a entidade, atua em grande parte com questões de cunho mais burocrático, uma vez que não é específico da madeira, portanto carente de dados referente a temática.

proprietários rurais que acabam por se inserir nas atividades madeireiras somente como produtores. Portanto o conflito se dá na relação entre os pequenos produtores florestais e os grandes industriais madeireiros.

A problemática em torno da análise dos conflitos se dá especialmente em virtude da demanda das empresas pela matéria-prima, enquanto um processo considerado estratégico de reserva florestal e intensamente marcado pelas grandes empresas ou produtoras de florestas plantadas, a exemplo da Klabin, no Paraná, entre outras.

O processo ocorre a partir das investidas de grandes empresas que buscam cada vez mais adquirir reservas de madeira fundamentadas no discurso de uma demanda constante e de oscilações no mercado internacional. Neste sentido, passam a pressionar parte dos pequenos produtores rurais para incorporarem-se a esta prática, arrendando suas terras ou mesmo incentivando o cultivo de florestas exóticas para fins comerciais em suas propriedades.

As empresas utilizam-se de artimanhas como a compra garantida da produção, apoio técnico, entre outras proposições. Muitos destes pequenos produtores passam a realizar tal prática, visando um lucro que só se torna possível em longo prazo, deixando áreas de suas propriedades ocupadas com o cultivo por vários anos em detrimento de outras produções agrícolas. Essa falsa inserção do produtor rural no segmento florestal, segundo Bastos *et al.* (2013), ocorre de maneira crescente, mas desigual, uma vez que ter a área disponível não é requisito único.

Ocorre, assim, uma dependência dos pequenos produtores, quando se inserem nas atividades florestais propostas a partir de empresa com as intenções já mencionadas, pois há contratos que perdurarão até o momento da venda de sua produção, tornando-os mais dependentes, em especial do preço da madeira pago pela empresa, já acordado no início do plantio. Este fato, sem dúvida, demonstra que esta é uma atividade que favorece de forma intencional, em sua maioria, as grandes empresas. Estes são conflitos que envolvem as atividades madeireiras, especialmente em sua base, que ocorrem com grande frequência em municípios que se mantem estas atividades, como é o caso de Guarapuava.

Além destas questões, o governo em suas esferas, criou novos programas de financiamentos, além dos já existentes, conforme quadro 1, com variados atrativos para avançar na prática dos reflorestamentos comerciais, uma forma de não levar o país a importador líquido de madeira.

As propostas/programas dentro das atividades que envolvem a madeira, com financiamentos de inúmeras instituições são inúmeras. Um destes programas é o ProFlora

que busca atender essa demanda bem como recompor as reservas legais dos produtores, disponibilizando uma linha de crédito de milhões de reais para plantio (BRACHA, 2008).

Outros programas como o Pronaf Floresta e o BNDES Florestal que tem como agentes os bancos público-privados como o Banco do Brasil (BB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), também se apresentam como exemplos de linhas de crédito oferecidas as grandes e médias empresas, especialmente alicerçadas em banco privado. Por isso são exemplo da prioridade dada aos grandes produtores, pois o acesso ao crédito é restrito a determinados tipos e tamanhos de propriedades como o BNDES florestal, reafirmando o conflito existente no território da madeira.

Quadro 1 – Brasil: Linhas e programas de crédito florestal (2010).

Linhas e programas de crédito	Finalidade	Agente financeiro
Pronaf Floresta	Sistemas agroflorestais; exploração extrativista sustentável; recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.	BB, Basa, BNB e demais órgãos vinculados ao SNCR
Pronaf ECO	Silvicultura; práticas conservacionistas e de correção da fertilidade do solo; tecnologia ambiental e energia renovável; cultivo de dendê.	BB, Basa, BNB e demais órgãos vinculados ao SNCR
Propflora	Floresta para uso industrial e produção de carvão vegetal; Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal; projetos agroflorestais; manejo florestal; cultivo de dendê para biocombustível.	BB e demais instituições financeiras credenciadas ao BNDES
Produsa	Integração lavoura-pecuária e silvicultura; Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal; sistemas orgânicos de produção agropecuária.	Instituições financeiras credenciadas ao BNDES
BNDES Florestal	Florestamento e reflorestamento para fins energéticos, recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal; manejo florestal em áreas nativas.	BNDES e demais instituições financeiras credenciadas ao BNDES
BNDES Compensação florestal	Aquisição de imóvel rural com cobertura nativa excedente ou localizado em unidades de conservação; aquisição do direito de servidão florestal permanente.	BNDES e demais instituições financeiras credenciadas ao BNDES

BNDES Apoio a investimentos em Meio Ambiente	Ecoeficiência; conservação de ecossistemas e biodiversidade; MDL; planejamento e gestão em meio ambiente.	BNDES e demais instituições financeiras credenciadas ao BNDES
FCO Pronatureza	Manejo florestal, florestamento e reflorestamento, sistemas agroflorestais para recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal; viveiros regionais; certificação de projetos florestais; projetos de redução de emissão de gases do efeito estufa; culturas oleaginosas para o biodiesel.	BB
FNE Verde	Manejo florestal; reflorestamento; geração de energia a partir de fontes renováveis; melhorias ambientais em processos produtivos.	BNB
FNE pró-recuperação ambiental	Projetos produtivos de reflorestamento; sistemas agroflorestais; recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.	BNB
FNO Biodiversidade – Apoio às Atividades Sustentáveis	Manejo florestal; reflorestamento; sistemas silvipastoris e agroflorestais; cadeia produtiva florestal; serviços ambientais.	Basa
FNO Biodiversidade – Apoio às Áreas degradadas: Reserva Legal e Área de preservação Permanente	Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, via reflorestamento, sistemas agroflorestais e demais atividades sustentáveis.	Basa
FNO Amazônia Sustentável	Atividades do segmento industrial de transformação de produtos florestais; desenvolvimento de micro e pequenas empresas.	Basa

Fonte: Sociedade Brasileira de Florestas (SBF), (2010).

Org.: SANTOS, P. (2014).

As políticas voltadas ao setor florestal permitiram ao país criar regiões e mesmo municípios que se tornaram referência na produção de cultivos florestais, conforme os dados expostos na tabela 4.

A maior concentração em área de cultivo florestais está nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, sendo que estão nos estados, do Paraná (619.731 hectares), Santa Catarina (539.377 hectares) e Rio Grande do Sul (164.832 hectares) os maiores cultivos de pinus e; em Minas Gerais a maior produção de florestas de eucaliptos

(1.438.971 hectares). Os dados da tabela 4 corroboram na afirmativa de que os estados da região sul se posicionam entre os dez maiores em áreas de cultivos florestais, tanto de pinus, quanto de eucalipto. Os três estados juntos (PR, SC e RS) contabilizam um percentual (mais de 1.300.000 de hectares de cultivos de pinus), que se aproxima do estado de Minas Gerais (1.438.971 hectares), que nos últimos anos tem sido o mais expressivo nos cultivos de áreas de eucalipto, em razão, especialmente, das condições climáticas, seguido pelo estado de São Paulo.

Com relação aos cultivos de pinus, o Paraná torna-se o principal estado produtor do gênero pinus, seguido pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também em razão dessa especialidade (gênero) estar relacionada às condições edafoclimáticas. Os dados apontam, ainda, que mesmo os estados do sul se destacando na produção do gênero pinus, estes não deixam de investir em cultivos com o gênero eucalipto, pois há finalidades distintas. Outros estados também contribuem para estes cultivos, embora de forma mais tímida.

Tabela 4 – Brasil: estados com florestas plantadas de eucalipto e pinus (2012).

Estado	Área com eucalipto (hectares)	Área com pinus (hectares)
Minas Gerais	1.438.971	52.710
São Paulo	1.041.695	144.802
Bahia	605.464	11.230
Mato Grosso do Sul	587.31	9.825
Rio Grande do Sul	284.701	164.832
Espírito Santo	203.349	2.546
Paraná	197.835	619.731
Maranhão	173.324	-
Pará	159.657	-
Tocantins	109	853
Santa Catarina	106.588	539.377
Mato Grosso	59.98	-
Amapá	49.506	445
Goiás	38.081	16.432
Piauí	27.73	-
Rio de Janeiro	18.368	-
Outros	741	-
Total	5.102030	1.562.783

Fonte: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF/Florestar São Paulo), (2012).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Torna-se evidente que a base florestal, como segmento pertencente à cadeia produtiva da madeira, é onde concentra-se sua maior importância, apesar dos conflitos de cunho sociais. Conforme já apontado, é também relevante outros segmentos como os de base industrial, visto o número de empregos (tabela 5).

Cabe salientar, com base nos dados expostos na tabela 5, que dentro do setor industrial a madeira está na terceira posição com mais de 650 mil empregos, no início deste ano, com um crescimento entre 2013 e jan/2014 em 100 mil empregos formais no Brasil. Dado especialmente aos empregos no segmento de móveis (com mais de 290 mil empregos) e de celulose, (com mais de 192 mil empregos). Embora o segmento de produtos de madeira em geral apresente oscilações na empregabilidade contava com 202.043 empregos, em 2011, e, no início de 2014 somava 196.630 empregos. Uma queda em torno de 4.500 empregos no setor. O setor industrial de produtos alimentícios lidera a posição nas indústrias de transformação no início de 2014 (1.484.270 empregos), seguido pelo setor de vestuário (704.132 empregos). Em relação à madeira, no conjunto de seus segmentos, são mais de 650.000 empregos formais no início de 2014.

Tabela 5 – Brasil: Comparativo do Estoque de Emprego por Setores da Indústria no Mercado Formal (2011-2014).

Discriminação	Dezembro 2011	Dezembro 2012	Dezembro 2013	Janeiro 2014
Indústria	11.312.297	11.451.005	11.572.987	11.651.209
Extrativa	231.389	244.236	244.182	244.574
Serviço Industrial de Utilidade Pública	445.268	454.644	460.875	462.117
Construção	2.909.131	2.993.650	3.029.314	3.068.659
Indústria de Transformação	7.726.509	7.758.475	7.838.616	7.875.859
Fabricação de Produtos Alimentícios	1.452.835	1.465.839	1.486.176	1.484.270
Fabricação de Bebidas	130.829	137.977	143.406	142.823
Fabricação de Produtos do Fumo	15.132	14.934	14.057	16.090
Fabricação de Produtos Têxteis	302.262	298.518	298.245	300.326
Confecções de Artigos do Vestuário e Acessórios	704.033	700.201	700.272	704.132
Preparação de Couros e Fab. de Artif. de Couro, Artigos de Viagem	408.761	396.757	391.17	400.812
Curtimento e outras preparações de couro	37.181	37.589	38.146	38.642
Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couros	29.362	28.301	27.691	27.895
Fabricação de calçados	319.363	308.467	303.487	311.676
Fabricação de Partes para calçados de qualquer material	22.855	22.4	21.846	22.599
Fabricação de Produtos de Madeira	202.043	196.907	194.975	196.330
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	175.122	177.118	181.648	182.085
Impressão e Reprodução de Gravações	125.213	124.339	121.39	121.141
Fab. de Coque, de Prods. Deriv. do Petróleo e de Biocombustível	164.354	162.183	164.319	161.874
Fabricação de Produtos Químicos	273.143	279.637	284.893	285.942
Fab. de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	93.386	97.173	100.991	101.838
Fabricação de produtos farmoquímicos	6.428	6.532	6.638	6.695
Fabricação de produtos farmacêuticos	86.958	90.641	94.353	95.143
Fabricação de Prods. de Borracha e de Material Plástico	444.267	448.307	455.266	458.413

Fabricação de produtos de borracha	100.301	100.491	102.562	103.156
Fabricação de produtos de material plástico	343.966	347.816	352.704	355.257
Fabricação de Produtos de Minerais não-Metálicos	439.271	442.157	446.757	448.058
Metalurgia	259.737	254.165	254.244	255.494
Fab. de Prods. de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	544.703	547.301	546.572	550.008
Fab. de Equip. de Informática, Prods. Eletrônicos e Ópticos	177.066	174.604	178.711	180.312
Fab. de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	223.135	228.07	227.643	228.769
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	402.882	405.946	420.512	424.322
Fab. de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	526.099	522.599	527.336	528.761
Fab.de Out. Equip. de Transportes, Exc. Veículos Automotores	97.619	103.525	109.311	106.900
Fabricação de Móveis	269.035	276.486	279.464	280.893
Fabricação de Produtos Diversos	142.573	145.399	147.605	148.233
Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes	20.104	20.986	21.178	21.196
Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	14.357	14.464	14.483	14.444
Outros Produtos Diversos	108.112	109.949	111.944	112.593
Manutenção, Reparação e Instal. de Máquinas e Equipamentos	153.009	158.333	163.653	168.033
Reciclagem	31.826	32.834	33.622	33.626

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Quanto à produção industrial em seu total, independente de sua destinação (exportação ou mercado interno), observa-se uma queda das atividades nas três divisões apresentadas, conforme tabela 6.

Os segmentos de celulose e mobiliário têm apresentado índices negativos para o crescimento industrial (-3,1% e -11,1%) respectivamente, embora o valor agregado seja maior do que os produtos de madeira em geral, justificando, assim, o maior valor nas exportações brasileiras. Com relação ao segmento de madeira em geral, embora não apresente taxas negativas (3,7%), apresenta ligeira queda de 2012 à Jan/2014 (- 4,9%) (tabela 6).

Com relação ao aumento da produção entre 2013 e jan/2014, o setor de material eletrônico houve aumento de 23,8% no período, seguido pelo setor de máquinas para escritório com acréscimo de 20% e, pela produção de fumo com 19,5%. Em contrapartida alguns setores apresentaram quedas significativas como a produção de veículos automotores com redução de -22%, seguido pelo setor de produção de móveis com 13,2%, no mesmo período (2013-jan/2014).

Tabela 6 – Brasil: Comparativo de Crescimento da Produção Industrial (2011-2014).

Discriminação	2011	2012	2013	Janeiro/2014
Indústria Geral	0,4	-2,7	1,2	-2,4
Indústria Extrativa	2,3	-0,6	-4,1	-0,8
Indústria de Transformação	0,3	-2,8	1,5	-2,5
Alimentos	0,2	-1,3	-0,2	-1,4
Bebidas	-0,2	1,5	-4,1	-5,9
Fumo	9,8	-8	-7,4	12,1
Têxtil	-14,9	-4,6	-1,6	-2,2
Vestuário e acessórios	-4,2	-10,9	-2,9	-1,2
Calçados e artigos de couro	-10,1	-4,3	6,4	-2,7
Madeira	-0,3	8,6	4,6	3,7
Celulose, papel e produtos de papel	1,4	0,9	-0,5	-3,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,5	-4,6	-10,2	-11,5
Refino de petróleo e álcool	0,6	5	7,3	-2,9
Farmacêutica	3,3	-0,2	-9,8	-3,3
Perfumarias, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-1,4	3,2	5,6	-1,5
Outros produtos químicos	-2,2	3,3	2,3	0,5
Borracha e plástico	-1,1	-1,7	1,4	-5,8
Minerais não metálicos	3,3	-0,8	0,8	-1,9
Metalúrgica básica	-0,3	-4,4	-2,0	-3,1
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	2,5	-2,6	0,2	-8,2
Máquinas e equipamentos	0,5	-3,9	6,1	6,9
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	-4,7	-14,1	0,5	20,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-3,4	-5,9	2,5	-8,7
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	2,3	-13,6	4	27,8
Equipamentos de instrumento médico-hospitalar, ópticos e outros	12,1	0,5	1,2	-7,9
Veículos automotores	2,6	-13,5	7,6	-14,4
Outros equipamentos de transporte	8,1	8,1	8	8,2
Mobiliário	1,7	0,6	2,1	-11,1
Diversos	1,0	-12,6	7,6	20,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2013).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Ainda com relação ao quesito industrial na cadeia produtiva da madeira no Brasil, de acordo com MAPA (2007), há dois modelos de organização industrial para as atividades. Um deles com destaque para o setor de celulose, papel, laminados e madeira aglomerada, onde predomina a presença de empresas de grande porte, integradas verticalmente, da floresta até produtos acabados, em uma estrutura oligopólica e; de outro, com destaque para a produção de madeira serrada, compensados e móveis, o qual apresenta um número grande de pequenas e médias empresas.

Isso demonstra um entrave para o processo de desenvolvimento da cadeia produtiva, uma vez que a presença de grandes empresas, acabam por se tornar as mais participativas no comércio mundial (enquanto outras empresas ficam à margem deste processo), portanto, tornam-se alguns dos atores mais representativos na rede política proposta no referido trabalho. Este destaque cabe para alguns segmentos da cadeia que, segundo MAPA (2007), são os de painéis, celulose, móveis e de produtos de maior valor agregado.

Quanto aos principais exportadores brasileiros, a tabela 7 apresenta o panorama por estado. São mais de 9 bilhões de dólares movimentando as exportações de produtos relacionados à madeira, num total de mais de 242 bilhões de dólares de todas as exportações brasileiras (MDIC, 2013). Ainda que de forma tímida, as exportações da cadeia da madeira perfazem um percentual de aproximadamente 4% das exportações do país.

Observa-se ainda que as principais contribuições quanto a exportação de madeira bruta em 2013 advém dos estados: Paraná (801.161.756 US\$), Santa Catarina (479.382.681 US\$) e Pará (238.604.650 US\$). Com relação ao segmento de móveis os principais estados são: Rio Grande do Sul (209.389.547 US\$), Santa Catarina (185.958.227 US\$) e Paraná (117.049.755 US\$). Para o segmento de papel, São Paulo lidera com 1.039.237.740 US\$, seguido pelo estado do Paraná (482.134.605 US\$) e Santa Catarina (201.431.460 US\$). Por fim o segmento de celulose os estados da Bahia (1.581.150.510 US\$), Espírito Santo (1.173.026.443 US\$) e Mato Grosso do Sul (1.040.522.673 US\$). Comparando os totais de cada segmento observa-se que o segmento de celulose, ou seja, com maior valor agregado dos quatro segmentos é o que lidera o volume econômico das exportações brasileiras da cadeia da madeira.

Cabe salientar ainda, que dos quatro segmentos da madeira destinados a exportação, o estado do Paraná apresenta-se em ao menos três deles, perfazendo um total de mais de um bilhão em produtos madeireiros exportados em 2013.

Tabela 7 – Brasil: Principais estados exportadores de produtos da Cadeia da Madeira (2013).

Estado	Madeira	Móveis	Papel	Celulose	US\$ FOB Total
São Paulo	126.273.144	105.839.960	1.039.237.740	620.745.096	1.892.095.940
Bahia	636.769	622.089	105.761.855	1.581.150.510	1.688.171.223
Paraná	801.161.756	117.049.755	482.134.605	4.122.484	1.404.468.600
Espírito Santo	632.569	155.941	40.599	1.173.026.443	1.173.855.552
Mato Grosso do Sul	4.063.120	1.005.511	37.028.051	1.040.522.673	1.082.619.355
Santa Catarina	479.382.681	185.958.227	201.431.460	54.917	866.827.285
Minas Gerais	2.052.125	53.905.537	1.066.378	619.327.852	676.351.892
Rio Grande do Sul	131.769.065	209.389.547	38.718.270	142.089.233	521.966.115
Pará	238.604.650	571.284	9.532	4.575.303	243.760.769
Mato Grosso	103.025.716	17.469	4.852		103.048.037
Rio de Janeiro	609.374	751.706	60.520.437	22.941	61.904.458
Amapá	47.123.791				47.123.791
Rondônia	44.429.604	13.052	21.651		44.464.307
Amazonas	12.682.679	23.81	280.378		12.986.867
Roraima	4.230.158	1.017			4.231.175
Acre	3.706.876	5.714	12.072		3.724.662
Ceará	9.530	1.877.166	400.469		2.287.165
Pernambuco	9.341	1.674.215	284.038		1.967.594
Distrito Federal	451.932	236.802	4.499		693,233
Maranhão	184.877				184.877
Goiás	55.389	30.980	12.072		98.441
Alagoas	19.427		42		61.427
Paraíba			29.311		29.311
Rio Grande do Norte			5.409	2.023	7.432
Tocantins		113			113
Total	2.003.924.158	686.209.758	1.970.195.203	5.185.986.730	9.846.315.849

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

O segmento de maior importância internacional é o de celulose e papel que, segundo MAPA (2007), de 1997 a 2006, investiu US\$ 12,6 bilhões na ampliação de sua capacidade produtiva. Esses investimentos permitiram ao Brasil tornar-se o maior produtor mundial de celulose de fibra curta do mercado. Os dados da tabela 8 demonstram o aumento da produção deste segmento, ainda que com pequenas oscilações entre 2011-2012, bem como sua importante participação nas exportações.

A tabela 8 demonstra um aumento de 2007 a 2013 nas produções do segmento de papel e celulose da cadeia produtiva da madeira no Brasil. A produção de celulose entre 2011 a 2013 teve aumento anual na produção de aproximadamente 1000 toneladas do produto. A produção de papel industrial e embalagem apresenta crescente aumento de 2007 a 2013 embora não nas mesmas proporções que a celulose, seguido da produção de papel de uso doméstico que teve aumento no mesmo período 2007 a 2013 (812.000 toneladas para 1.096.000 toneladas).

Em contrapartida outras produções relacionadas ao papel e a celulose apresentaram queda, como papel de imprensa, queda de 2007 a 2010 (de 144.000 toneladas para 124.000 toneladas) com relativo aumento entre 2011 e 2012 (129.000 para 131.000 toneladas) e novamente queda em 2013 (128.000 toneladas); papel cartão com aumento de 2007 (645.000 toneladas) a 2010 (786.000 toneladas). Em seguida apresenta oscilações, queda em 2011 (733.000 toneladas), aumento em 2012 (761.000 toneladas) e, novamente queda em 2013 (739.000 toneladas). A produção de papel de impressão e escrita também demonstra oscilações: aumento gradativo de 2007 a 2009 (de 2.575.000 toneladas para 2.702.000 toneladas) e queda contínua de 2010 a 2013 (de 2.682.000 toneladas a 2.619.000 toneladas), ainda que se apresente em terceira posição na produção de produtos relacionados a papel e celulose em 2013.

Estes elementos justificam a presença do segmento de celulose no ranking das exportações brasileiras relacionadas à cadeia da madeira, conforme dados já apontados na tabela 7.

Tabela 8 – Brasil: Comparativo da Produção anual de papel e celulose (2007-2013).

Celulose e Papel Produzidos (em 1000 ton)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Celulose	11.968	12.64	13.258	14.054	13.922	13.977	14.995
Papel de imprensa	144	141	127	124	129	131	128
Papel de impressão e escrita	2.575	2.675	2.702	2.682	2.680	2.634	2.619
Papel de uso doméstico e sanitário	812	850	868	918	961	1.040	1.096
Papel de uso industrial/embalagem	4.424	4.015	3.892	4.798	5.168	5.210	5.348
Papel cartão	645	713	748	786	733	761	739
Outros tipos de papel	409	396	461	467	488	484	498
Total	20.977	21.430	22.056	23.829	24.081	24.237	25.423

Fonte: Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), (2010).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Segundo o MDIC (2010), o setor de painéis de madeira também apresenta produção representativa e um número expressivo de empregos, diretos e indiretos, sendo este em torno de 30 mil postos no ano de 2010.

No gráfico 2 há o detalhamento de dados de outros setores com menor valor agregado, como a madeira serrada, mas que é a principal produção anual brasileira, embora com queda em 2008.

Os dados (gráfico 2) possibilitam verificar, ainda, que produtos de maior valor agregado, como laminados e painéis, apresentam menor quantidade de produção se comparado com outros segmentos. Apresentam crescente produção, desde 2009 (de 2.000.000 a 5.000.000 m³). Em contrapartida, os segmentos mais promissores como os de madeira tratada e madeira serrada apresentam queda desde 2008 a 2010, estabilizando-se em 2012.

A madeira serrada apresentou queda significativa entre 2008 e 2009 (de 11.000.000 m³ para 5.000.000 m³) resultado da queda nas vendas aos países europeus em início de crise no período. A madeira tratada apresentou queda significativa entre 2006 e 2007 (de 9.000.000 m³ para menos de 4.000.000 m³) com ligeiro aumento entre 2007 e 2008 e novamente queda em 2009 (para 3.000.000 m³) até a estabilização da produção em 2012 (com 2.000.000 m³).

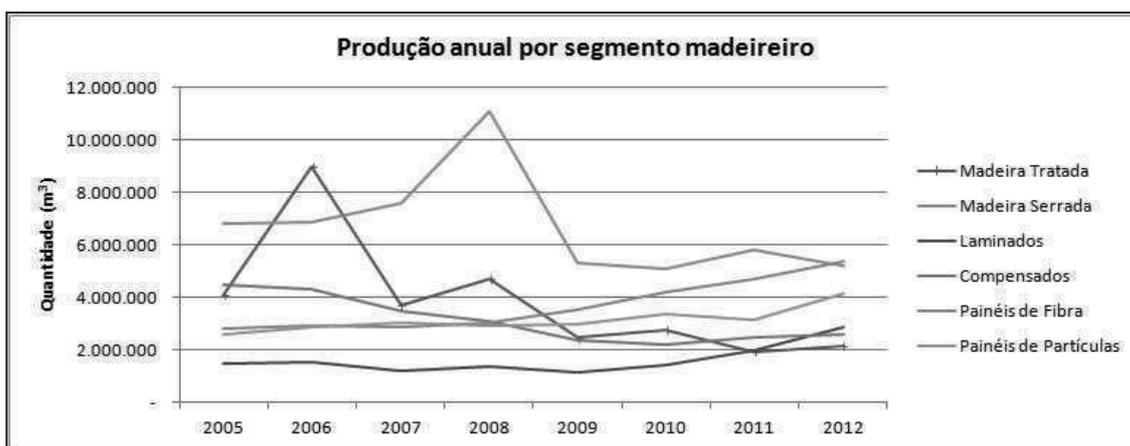


Gráfico 2 – Quantidade (m³) de produtos madeireiros fabricados, por ano e por segmento madeireiro.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2014).

Assim, a cadeia produtiva da madeira, no Brasil, apresenta variados segmentos que contribuem para aumentar as exportações (tabela 9), sendo a madeira, tanto no segmento industrial, quanto florestal, um dos produtos que mais contribui, mesmo que a venda de madeira com pouco valor agregado tenha também se tornado importante para o exterior.

Os números pesquisados demonstram que as indústrias envolvidas com a madeira são relevantes para o desenvolvimento social e econômico da economia brasileira, seja no setor de celulose, papel, lâmina de madeira, chapa de fibra e madeira aglomerada, ou no setor de madeira serrada, compensados e móveis (RIBAS, 2009, p. 27).

Vivencia-se um cenário onde as exportações brasileiras estão alicerçadas no segmento de celulose e na madeira sólida, este último com valor agregado menor.

Observando os dados da tabela 9, verifica-se que o segmento de celulose e papel figura entre os de maior produção (9.848.000 toneladas) e valor nas exportações brasileiras voltadas ao setor madeireiro em 2013 (5.179.426 US\$), embora seu valor nas exportações apresente uma ligeira queda entre os anos de 2011 (de 4.984.784 US\$), e 2012 (4.700.438 US\$), voltando a agregar valor novamente em 2013.

O segundo produto em produção e valor corresponde ao papel e papelão em 2013 (1.728.722 US\$) também apresentou ligeira queda entre 2011 (1.716.063US\$) e 2012 (1.728.722 US\$) e novamente crescente em 2013.

Na sequência estão segmentos como o de serrados (353.428 US\$), compensados (429.229 US\$), e painéis de fibra (111.978 US\$) em 2013, com crescente produção e valor agregado nas exportações de madeira entre 2012 e 2013. Modestamente, o

segmento de madeira em tora apresenta uma queda na sua produção entre 2011 (75.000 m³) e 2012 (66.000 m³), com o dobro de aumento em 2013 (139.000 m³), embora ocorra aumento no valor do produto entre 2011 e 2012 (de 11.493 US\$ para 12.655US\$) e queda no valor em 2013 (12.429 US\$), o que demonstra novamente um maior valor agregado ao produto.

Tabela 9 – Brasil: Quantidade e Valor de exportação dos principais produtos do setor madeireiro (2011-2013).

Produto	Unidade	Quantidade			Valor (em 1.000 US\$)		
		2011	2012	2013	2011	2012	2013
Celulose de madeira	1000 t	8.880	8.912	9.848	4.984.784	4.700.438	5.179.426
Papel e papelão	1000 t	1.942	1.758	1.742	1.916.305	1.716.063	1.728.722
Carvão	1000 t	1	1	1	560	457	692
Papel Reciclado	1000 t	27	29	31	6.683	5.432	6.027
Outras fontes de celulose	1000 t	4	1222	0	10.154	0	533
Cavacos e partículas	1.000 m3	4.249	4.371	4.964	107.490	116.865	129.061
Serrados	1.000 m3	1.325	1.222	1.208	408.696	351.757	353.428
Compensados	1.000 m3	1.217	1.381	1.460	370.360	408.101	429.229
Painéis de fibra	1.000 m3	147	207	272	67.789	88.487	111.978
Laminados	1.000 m3	69	55	60	36.091	34.427	30.081
Aglomerado	1.000 m3	85	98	97	26.777	28.152	29.020
Madeira em tora	1.000 m3	75	66	139	11.493	12.655	12.429
Resíduos	1.000 m3	1	2	6	23	103	239

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), (2010).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Cabe considerar ainda, que dentre os maiores produtores e exportadores de madeira, o Estado do Paraná se posiciona a frente de outros, tornando a cadeia produtiva da madeira um importante segmento para a economia do Estado, movida, no passado, pelas serrarias na exploração das florestas naturais, e atualmente pelos cultivos exóticos e atividades industriais, como ressalta-se no item 2.3.

2.3. Dinâmicas históricas e atuais do setor da madeira no Paraná

O estado do Paraná tem na sua história de formação, processos de ocupação do seu território calcadas em determinados períodos econômicos a começar pela ocupação do litoral com a busca pelo ouro, a fase do tropeirismo com a venda do gado em SP, a exploração da erva-mate tendo seu principal comprador o Paraguai, e assim a expansão territorial para o oeste do estado, e ainda a exploração da madeira como atividade econômica principal em determinado período histórico. Contou ainda com o cultivo de café no norte do Paraná, bem de outras fases ou etapas de ocupação e formação do estado até a configuração espacial atual.

Segundo Esteves (2005), dentro do contexto econômico do ouro e de outros produtos que dinamizaram a economia do Paraná, o Porto de Paranaguá foi um elemento de grande importância, já que quase todos os produtos, em seus respectivos ciclos, eram por ele escoados. Foi a partir das atividades do porto que se deram, também, as ocupações para o interior do estado, em busca, ainda no século XVII, das reservas auríferas.

No entanto, no século XVIII, as reservas auríferas esgotaram e a marcha em busca do ouro seguiu em direção a Minas Gerais. Neste momento, Curitiba ficou apenas com atividades como a agricultura de subsistência e criação de gado, que eram concomitantes durante a extração de ouro, apesar de ser esta última a de maior importância (WACHOWICZ, 2002; ESTEVES, 2005). Poucas mudanças ocorreram na formação do espaço paranaense até então, e de certa forma a cobertura florestal natural permaneceu intocada.

Concomitantemente, com o processo de extração de ouro, nestas regiões, outra atividade econômica passa a ter importância no Estado: a criação e comércio de gado que, vindo do Rio Grande do Sul atraiu a atenção dos ocupantes do Paraná. O objetivo era levar gado deste estado para vender em São Paulo, bem como atender a demanda de alimentos nas reservas auríferas de Minas Gerais (LAZIER, 2003).

Quando o tropeirismo declinou, principalmente em razão das primeiras ferrovias que já transportavam as cargas, os animais não seriam mais utilizados para o transporte e, então, a extração da erva-mate se consolidou, ganhando os mercados platinos (LINHARES, 2000). Por ser a extração do mate, em primeiro momento, uma atividade realizada por grande parte da população mais pobre e não detentora de capital para investimentos, a cultura se caracterizava em uma extração pautada em moldes

rudimentares e precários devido, dentre outros, a falta de vias de circulação para transporte do produto até a região de beneficiamento, o que era feito no lombo de animais ou nas próprias costas (PADIS, 2006)

A economia ervateira, durante a sua fase de conquista de mercado externo (segunda metade do século XIX e início do XX), deu suporte para que o Paraná viesse a se tornar independente de São Paulo, enquanto província.

Contudo, com a melhoria do transporte para o escoamento do mate, abriu-se caminho para a retirada da madeira em grande escala e, durante alguns anos, houve a concomitante exploração do mate e da madeira. Destaque para a exploração da madeira de mata de araucárias espaços de chegada de imigrantes no final do século XIX e início do século XX. Com a decadência da erva-mate na década de 1930, quando da pequena procura externa em virtude de outros países realizarem a mesma atividade, a atividade extrativista da madeira consolida-se com grande expressividade. Segundo a Secretaria do Estado da Cultura do Paraná, foi a partir de 1872 que se iniciaram as primeiras atividades para a exploração do pinho com a Companhia Florestal Paranaense, nas proximidades de Curitiba.

Com a crescente exploração da madeira, principalmente por empresas estrangeiras, e mesmo outras originárias de outros estados, a madeira atinge seu ápice como primeira em exportação, em 1939. De acordo com Wachowicz (2002), foi a partir de 1945, com a introdução do caminhão para cargas, que a atividade de extração da madeira tomou definitivamente o lugar da erva-mate, como produto econômico de maior importância para o estado.

Para que a atividade das madeiras tivesse sucesso foi de grande importância os mecanismos criados para que o produto pudesse chegar aos mercados, como o caminhão de cargas e à ferrovia, bem como políticas de incentivo à “limpeza” do terreno. Até os anos 1960 a extração era de reservas, e só a partir de então iniciou-se plantios de exóticas (pinus e eucalipto).

Posteriormente, a cultura do café ganha ares de ouro verde no estado, destacando-se por meio de diversos fatores como clima e solo, que propiciaram que a cultura se desenvolvesse, mas também infraestrutura dos transportes, como a linha viária construída para que o produto pudesse ser escoado e destinado ao mercado externo, principalmente.

Portanto, a atividade madeireira no estado do Paraná, segundo Ribas (2009), teve papel essencial no desenvolvimento econômico e social do estado. A atividade

ganhou impulso no início da década de 1940, com a impossibilidade de importação da madeira dos países europeus, propiciando uma situação positiva para a produção interna: “a serraria, unidade industrial para o processamento da madeira, forma uma concentração populacional própria, cercado-se de dezenas ou centenas de casas para os operários” (RIBAS, 2009 p. 50).

A importância das atividades relacionadas à madeira no estado, assim, pode ser entendida a partir de vários elementos do passado e do presente, como as unidades industriais relacionadas, as expressivas áreas de cultivos florestais e às exportações brasileiras, dentre outros.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2002), as empresas de base da madeira já representavam em torno de 2,57% do total de empresas, com a geração de 3,8% de empregos no estado em 2002. Em 2001 as exportações do segmento como um todo, segundo Polz *et al.* (2003), já alcançavam um total de 12% de todas as vendas ao exterior, posicionando-se no segundo lugar para os rendimentos brasileiros. Em 2014 (janeiro), o número de empregos nas atividades relacionadas à madeira no Brasil totalizou 659.308 postos de trabalho formais.

A partir destes dados, a figura 4 ilustra o funcionamento da cadeia produtiva da madeira no estado do Paraná, uma vez que este apresenta algumas especificidades quanto ao destino da matéria-prima.

A figura 4 demonstra que a entrada da cadeia apresenta três destinos já traçados em seus cultivos: a madeira para a *energia* que serve pra alimentar a carvoaria; a madeira de destino *industrial* que apresenta outros desdobramentos como o segmento de *celulose e papel* e para o segmento de *painéis de partículas* e; o *processamento mecânico da madeira* que serve para a confecção de *laminados, serrados, compensados e beneficiamentos* que assim como o segmento de *painéis de partículas*, também atendem o segmento *moveleiro*.

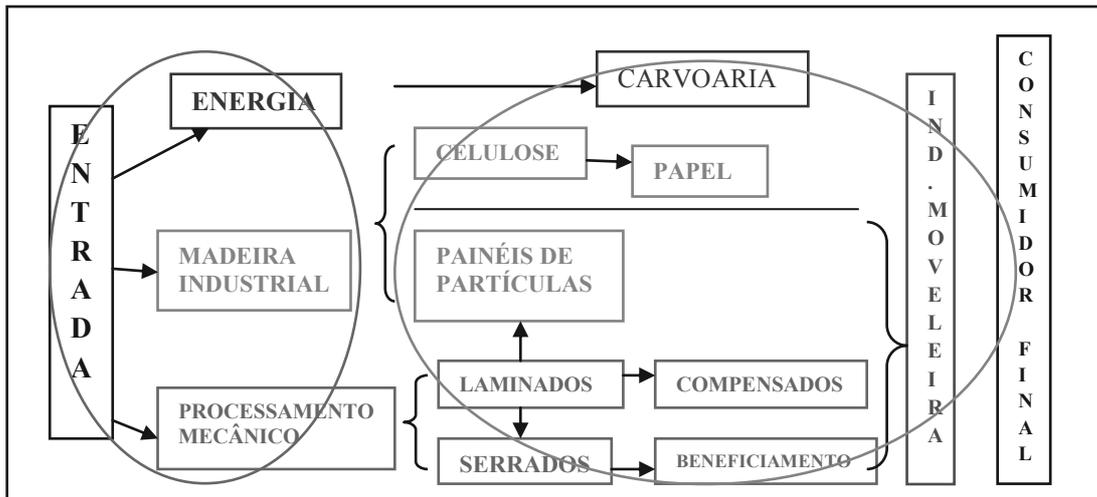


Figura 4: Fluxograma geral da cadeia produtiva da madeira no estado do Paraná.

Fonte: POLZ *et al.*, (2003).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Desta forma, os processamentos da madeira no setor industrial, especialmente os laminados, bem como os segmentos de celulose e papel, são os principais produtos desenvolvidos na cadeia produtiva da madeira. Ainda é importante salientar a compreensão quanto a fase inicial da cadeia, a base florestal, objeto destacado a seguir.

2.3.1. Os setores florestal e industrial no estado do Paraná: elementos para análise das atividades madeireiras

No Paraná, as florestas plantadas atendem à demanda industrial e tem no cultivo de pinus suas maiores áreas, diferentemente do que ocorre no Brasil em geral, onde o cultivo de eucalipto é maior, conforme já delinea-se nos dados apresentados na tabela 4.

Nas tabelas 10 e 11 pode-se observar que, no estado, são quase 620 mil hectares com o gênero pinus e 200 mil com eucalipto, numa escala semelhante desde 2009, com ampliação dos cultivos de eucalipto, ainda que apresente áreas menores de cultivos em relação ao pinus, resultado das condições edafoclimáticas e de destino da produção da madeira.

Com base nos dados das tabelas 4, 10 e 11, em termos de floresta plantada, o estado apresenta um aumento na área de cultivo de eucaliptos de 2009 a 2012, saltando de mais de 157 mil hectares para quase 200 mil hectares, o inverso ocorrendo com o cultivo de pinus, que saiu de quase 700 mil hectares, em 2009, para aproximadamente

620 mil hectares, em 2012. Há, assim, um declínio das áreas plantadas de pinus mais acentuada do que o crescimento das áreas plantadas de eucalipto, embora a proporção de áreas de pinus ainda seja maior.

Tabela 10 – Brasil: Evolução das florestas plantadas com eucalipto (2009-2012).

Estado	Área (hectares)			
	2009	2010	2011	2012
Minas Gerais	1.300.000	1.400.000	1.401.787	1.438.971
São Paulo	1.029.670	1.044.813	1.031.677	1.041.695
Bahia	628.440	631.464	607.440	605.464
Mato Grosso do Sul	290.890	378.195	475.528	587.31
Rio Grande do Sul	271.980	273.042	280.198	284.701
Espírito Santo	204.570	203.885	197.512	203.349
Paraná	157.920	161.422	188.153	197.835
Maranhão	137.360	151.403	165.717	173.324
Pará	139.720	148.656	151.378	159.657
Tocantins	44.310	47.542	65.502	109
Santa Catarina	100.140	102.399	104.686	106.588
Mato Grosso	61.530	61.950	58.843	59.98
Amapá	62.880	49.369	50.099	49.506
Goiás	57.940	58.519	59.624	38.081
Piauí	0	37.025	26.493	27.73
Rio de Janeiro	0	0	0	18.368
Outros	28.380	4.650	9.314	741
Total	4.515.730	4.754.334	4.873.952	5.102.030

Fonte: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), (2013).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Neste caso, tanto o pinus quanto o eucalipto necessitam especialmente de clima temperado para se desenvolver e, assim, sobressaem-se os estados da região sul e sudeste entre os que detêm as maiores áreas de cultivos do gênero de exóticas, destaque para o estado do Paraná no cultivo de pinus. Com relação às florestas de pinus, os dados da tabela 11 apontam algumas particularidades neste sentido.

O estado do Paraná lidera nas áreas de cultivos florestais com pinus, de 2009 a 2012 (mais de 600 mil hectares de cultivos). Seguida pelos estados Santa Catarina (539.377 hectares) e Rio Grande do Sul (164.832 hectares) em 2012. Embora dos três estados, desde 2011, somente o Paraná apresentou redução nos cultivos.

Em contrapartida, pelos dados da tabela 11, com relação às áreas de cultivo de pinus, percebe-se que há, na somatória, uma queda contínua desde 2009 a 2012 (de 1.794.720 hectares para 1.562.783 hectares, respectivamente), acentuando-se entre os

anos de 2010 e 2011 (redução de mais de 100 mil hectares de cultivos), reflexo, de acordo com a análise da ABRAF (2013), da situação internacional para as exportações e do receio de novos investimentos por parte dos empresários no setor, visto as crises mundiais recentes.

Tabela 11 – Brasil: Evolução das florestas plantadas com pinus (2009-2012).

Estado	Área (hectares)			
	2009	2010	2011	2012
Paraná	695.790	686.509	658.707	619.731
Santa Catarina	550.850	545.592	538.254	539.377
Rio Grande do Sul	171.210	168.955	164.806	164.832
São Paulo	167.660	162.005	156.726	144.802
Minas Gerais	140.000	136.310	75.408	52.710
Goiás	15.200	12.160	10.760	16.432
Bahia	31.040	26.570	21.520	11.230
Mato Grosso do Sul	16.870	13.847	11.871	9.825
Espírito Santo	3.940	3.546	2.546	2.546
Tocantins	850	850	850	853
Amapá	810	15	446	445
Pará	0	0	0	0
Maranhão	0	0	0	0
Piauí	0	0	0	0
Outros	490	0	0	0
Total	1.794.720	1.756.359	1.641.892	1.562.783

Fonte: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), (2013).

Org.: SANTOS, P. (2014).

As atividades do segmento da madeira, no estado do Paraná, também foram beneficiadas pelos incentivos ao setor florestal advindos do governo federal, a partir da década de 1990, mas que posteriormente teve uma ligeira estagnação.

Em contrapartida, ainda segundo a ABRAF (2013), observa-se uma desaceleração no crescimento dos cultivos, resultado das restrições impostas pelo governo, redução das atividades nos países europeus e Estados Unidos, bem como a redução da competitividade no mercado internacional dos produtos de base florestal, além da burocratização dos órgãos ambientais para liberação de processos e licenças.

Diante dos escassos incentivos florestais e da pequena oferta do produto, algumas empresas madeireiras passaram a investir em atividades próprias de fomento,

ampliando, criando ou arrendando áreas para a manutenção da disponibilidade de seus produtos no mercado nacional e também internacional.

Isto reafirma que, dentro da análise das atividades madeireiras no Paraná, o setor florestal, ou seja, a produção de madeira para as indústrias de transformação, torna-se a base para estas, uma vez que são as florestas que determinam, em grande parte, a evolução da cadeia, especialmente se tratando da disponibilidade da matéria-prima para que outras etapas se efetivem e gerem recursos às empresas do setor, consideradas agroindustriais e reconhecida como silvicultura ou monoculturas de pinus e eucalipto.

Nas regiões norte e oeste do Estado há uma grande carência de povoamentos florestais devido aos preços elevados da terra, com uso destinado a agropecuária. Este fator, aliado à falta de tradição florestal, impossibilita a produção madeireira concentrando esta produção nas regiões central e sul do Paraná (POLZ *et al.*, 2003, p. 5).

Fica evidente que para a definição de áreas de cultivo os “tipos de solos associados ao relevo são fatores físicos que, juntamente com o clima, determinaram a vocação de algumas regiões do Estado do Paraná para plantações de espécies exóticas utilizadas na indústria de base florestal” (OLIVEIRA, 2008, p. 51).

Nesse sentido é que o estado do Paraná apresentou números expressivos quanto aos cultivos florestais de pinus, em grande parte resultante das condições mencionadas que determinaram este cenário de florestas plantadas e que, assim, apresentaram uma expansão para as práticas de base da cadeia produtiva da madeira no estado.

De acordo com a ABRAF (2013), projeções para aumentar o cultivo se dão com financiamentos disponibilizados pela iniciativa pública, via bancos, como o Banco do Brasil e BNDES a partir de recursos repassados pela União através do MDIC e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com os dados da tabela 12, entre os anos de 2004 e 2008 ocorreu um aumento gradativo das áreas de plantio com pinus e eucalipto no estado do Paraná, (de 774.518 para 857.230 hectares) com um acúmulo de quase 80 mil hectares nestes 5 anos. Em contrapartida, a partir de 2009 até 2012, há um decréscimo de 40 mil hectares no plantio das exóticas (de 853.710 para 817.566 hectares respectivamente). Estas oscilações se tornam reflexo de oferta do produto no mercado mundial e de incentivos florestais, por parte de instituições privadas, como bancos de financiamento florestal, bem como pelas crises mundiais que afetam, de forma indireta, a demanda nos cultivos e, por consequência, em produtos madeireiros destinados à exportação.

Tabela 12 – Paraná: Evolução das áreas de plantios florestais (pinus e eucalipto) (2004-2012).

Ano	Área plantada (ha)
2004	774.518
2005	792.768
2006	808.361
2007	824.648
2008	857.230
2009	853.710
2010	847.931
2011	846.860
2012	817.566

Fonte: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), (2013).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Quanto à distribuição das áreas de cultivo, no Brasil, estas não se apresentam de forma homogênea no estado do Paraná. Observa-se que do total de mais de 6,6 milhões de hectares de florestas plantadas (ABRAF, 2013), perto dos 800 mil referem-se a plantios no estado.

Com relação à área destinada aos cultivos florestais, cabe considerar a relação destas com outros tipos de cultivos agrícolas no estado, uma vez que há disputa pelas terras agricultáveis. Os dados da tabela 13 indicam os principais cultivos agrícolas no Paraná.

Com base nos dados expostos na tabela 13, é possível verificar que os cultivos de soja, milho, trigo e cana-de-açúcar ocupam as maiores áreas no estado em 2012 (mais de 8.000.000 hectares) e, somente na sequência destas monoculturas é que aparecem os cultivos com pinus e eucalipto (817.566 hectares). Portanto, os cultivos florestais exóticos, no estado, compreendem pouco mais de 8% da área de cultivos do Paraná, o que demonstra pequena representatividade do setor florestal no estado frente a outros tipos de cultivos.

Portanto, cabe considerar que as áreas de cultivos florestais tornam-se secundários do ponto de vista da competitividade com outros gêneros agrícolas como soja, milho, trigo e cana-de-açúcar. Sabendo-se que grande parte da produção destes alimentos são destinados a exportação, reforça-se que embora pequena há certa competitividade de plantios destinados a exportação uma vez que, o cultivo de alimentos ainda que esteja em primeiro plano, no sentido de uso do solo, não está reservado para o consumo interno do país.

Tabela 13 – Paraná: Comparativo das áreas dos principais cultivos agrícolas (2010-2012).

Produtos	Área em hectares		
	2010	2011	2012
Algodão	101	1.026	1230
Amendoim	4.076	3.743	2.606
Arroz	40.213	38.821	34.810
Aveia	57.775	49.690	68.259
Batata inglesa	29.600	30.564	28.690
Café	94.062	74.753	67.070
Cana-de-açúcar	632.109	641.765	649.965
Cebola	7.633	8.089	6.653
Centeio	511	538	1.116
Cevada	47.754	51.208	52.402
Feijão	521.673	513.454	471.109
Fumo	79.266	79.924	69.402
Mamona	844	827	793
Mandioca	170.652	159.803	172.834
Milho	2.264.754	2.418.123	2.998.246
Soja	4.478.234	4.549.580	4.454.418
Sorgo	247	245	s/inf
Trigo	1.176.633	1.027.936	781.861
Total	9.606.137	9.650.089	9.860.234

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB/DERAL), (2013).

Org.: SANTOS, P. (2014).

O montante de áreas florestais apresentado na tabela 12 não se apresenta distribuído de forma uniforme por todo o estado do Paraná, constituindo, assim, conforme os plantios, pinus ou eucalipto, a formação de regiões especializadas em florestas plantadas, tais como: Telêmaco Borba (representatividade da empresa Klabin) e Jaguariaíva, Ribeira e Guarapuava, por exemplo, que, juntas, correspondem a 60% das áreas de florestas plantadas (SANTOS e NOGUEIRA, 2007).

De acordo com os dados da CONSULFOR (2009), são sete os polos florestais no Paraná: Telêmaco Borba com o cultivo de eucaliptos e, Jaguariaíva, Guarapuava, Ponta Grossa, Curitiba, Palmas e União da Vitória, com a prática do pinus.

Diante deste cenário de base florestal, também se delineou mudanças no setor industrial no estado, que está em terceira colocação, quanto às indústrias voltadas à madeira, segundo dados da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) (2013), o que reforça a importância das atividades relacionadas a madeira no Paraná.

Esses elementos reforçam a tese de que as atividades madeireiras, no estado Paraná, tornam-se importantes não em relação aos cultivos diante de outras monoculturas, mas em virtude das atividades industriais e do número de empregos gerados a partir delas.

Nesse sentido, evidencia-se que há correlação de áreas mencionadas como destaque no cultivo de florestas plantadas com áreas que apresentam um número expressivo de atividades industriais madeireiras, em relação à quantidade de empregos. E, mesmo quando isso não ocorre de forma tão perceptível há, ainda, uma proximidade de áreas de cultivos com áreas industriais.

Quanto ao percentual de participação nacional da cadeia da madeira do estado, pode-se apontar que o segmento de produção de painéis, que inclui laminados, compensados e aglomerados, detém 36% da participação nacional (2009), distribuída pelos municípios de Guarapuava, Curitiba e Imbituva. No segmento de papel e celulose, o mais importante no nível nacional, o Paraná contribui com 18% da produção (2009), representado, também, pelos municípios de Guarapuava e Curitiba, acrescidos do município de Prudentópolis (CONSULFOR, 2009).

Com relação ao número de empregados na indústria da madeira, o estado do Paraná está dentre os estados com maior número de empregados na indústria relacionada à madeira (IBGE, 2013). Embora este número tenha se apresentado de forma decrescente entre 2012-2013, o Paraná ainda lidera. A queda acentuada também está relacionada às crises mundiais, especialmente marcada pelo ano de 2008, que afetou, de forma geral, os segmentos da cadeia produtiva da madeira no Brasil, desde os cultivos à produção industrial, mas que se mostrou equilibrado nos anos seguintes, segundo Gonçalves *et al.*, (2011).

Mesmo diante dos elementos já mencionados, o setor florestal ainda é relevante para a economia do Paraná, sendo expressivo desde à produção, ao número de empregos gerados, às exportações. A recuperação de alguns índices reflete-se nos dados das exportações, tendo como cenário a formação de alguns polos, como:

(...) de Ponta Grossa, Guarapuava, Palmas, Telêmaco Borba, Jaguariaíva, União da Vitória, Lapa e Irati. Além de beneficiar as

regiões menos desenvolvidas do estado, o setor madeireiro utiliza mão-de-obra intensiva e de baixa qualificação, além de aproveitar áreas acidentadas, inviáveis à mecanização de um modo geral, que são deixadas de lado pela agricultura e utilizadas nos longos ciclos da silvicultura (NUNES *et al.*, 2012, p. 10).

Tratando-se da questão da inserção internacional, com base nas exportações, pode-se afirmar, segundo Oliveira (2008), que o Paraná é responsável por quase um terço das exportações brasileiras de produtos de madeira processada mecanicamente, sendo o segmento de compensados o principal destes. No sentido de apontar a representatividade do estado, apresenta-se os dados da tabela 14.

De acordo com os dados da tabela 14, reafirma-se a contribuição do estado nas exportações madeireiras brasileiras (39,98%), resultando em uma das formas de inserção, no cenário externo, tendo a madeira posição de destaque nos últimos anos, enquanto produto de vários destinos internacionais. Portanto, observa-se que os estados da região Sul juntos, Paraná (39,98%), Santa Catarina (23,92%) e Rio Grande do Sul (6,58%) agregam mais de 60% de toda exportação de produtos madeireiros no Brasil.

Tabela 14 – Participação dos principais estados brasileiros nas exportações de madeira (2012).

Estado	Porcentagem
Paraná	39,98
Santa Catarina	23,92
Pará	11,91
Rio Grande do Sul	6,58
São Paulo	6,3
Mato Grosso	5,14
Amapá	2,35
Rondônia	2,22
Outros	1,6
Total	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Apesar das crises mundiais mais recentes e já mencionadas, em que as atividades voltadas à madeira apresentaram ligeira queda, conforme dados do MDIC (2010) e FIEP (2014), as exportações tem se mostrado crescente, diante da superação na economia de inúmeros países.

Desta forma, o estado possui importância no setor de base florestal intimamente relacionada à cadeia produtiva da madeira no país, com inserção competitiva, tanto de caráter nacional quanto internacional. Portanto, desenha-se para o Paraná “(...) um cenário propício ao crescimento da atividade madeireira, considerando a evolução positiva dos dados de emprego, valor adicionado e investimentos anunciados, além das boas oportunidades do mercado internacional para as empresas brasileiras e paranaenses” (OLIVEIRA, 2008, p. 76).

A compreensão da dinâmica das atividades voltadas à madeira no estado permitiu verificar, no Paraná, regiões que se destacam pelos cultivos e que contribuem para maior expressividade das atividades madeireiras. Portanto, no estado há espaços que se configuram com destaque para determinados segmentos, e dentre estes espaços é que se configura o centro-sul do estado, onde está localizada Guarapuava, região historicamente madeireira.

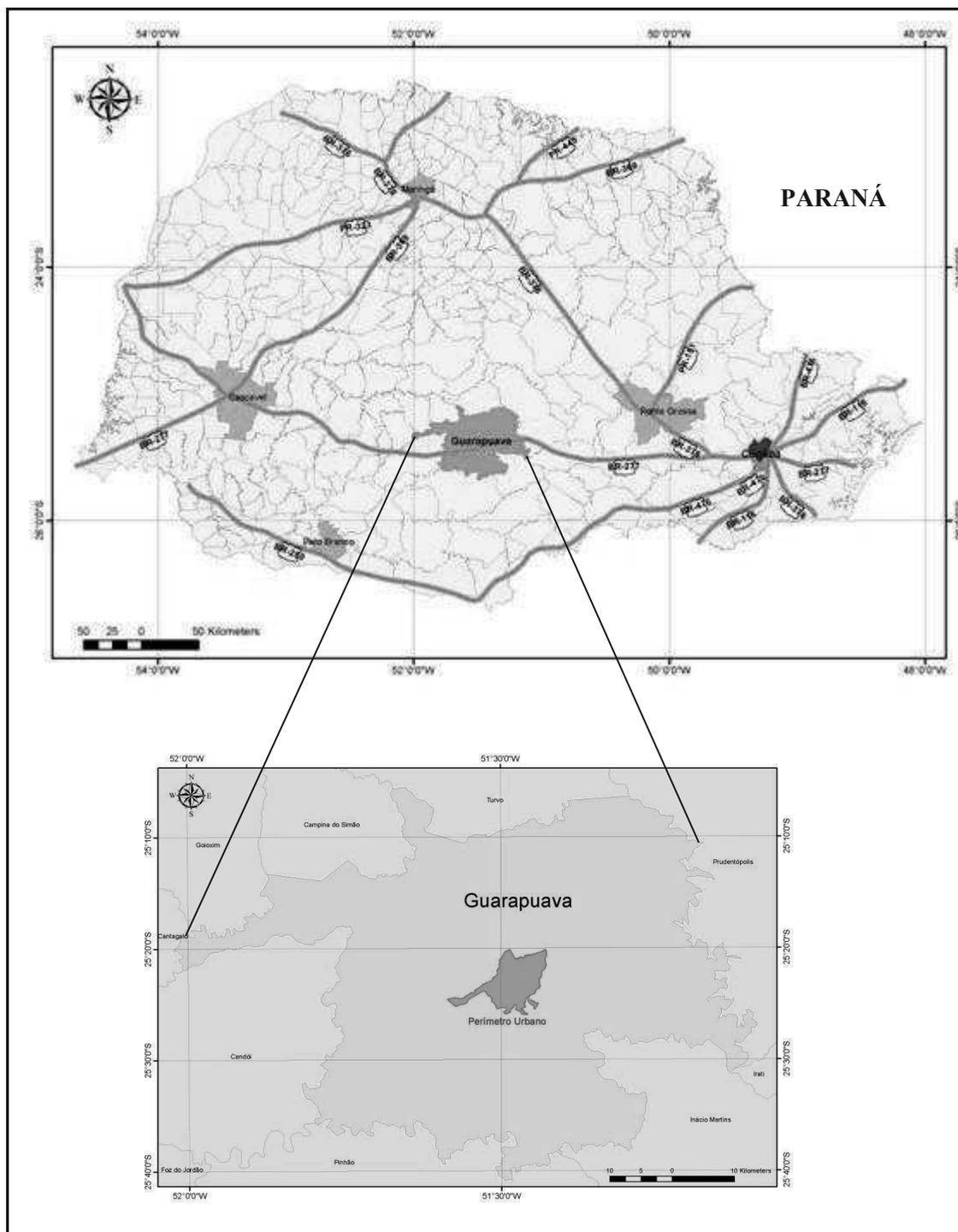
Embora Guarapuava não figure entre os municípios de maior importância em área e produção, este é um município que apresenta atividades econômicas voltadas à madeira, portanto, considera-se pertinente e relevante enquanto recorte territorial de análise para o setor.

2.4. As atividades madeireiras em Guarapuava: uma análise a partir do local e da inserção internacional

O entorno de Guarapuava, assim como de certa forma todo o estado do Paraná, passou por diversos períodos de atividades econômicas voltadas para a exploração dos recursos naturais, sendo a madeira um dos principais, para atender a demandas externas, dependendo do interesse do mercado em determinados períodos e que, historicamente, pôde ajudar a caracterizar o cenário atual.

A exploração da madeira no município teve origem por volta da década de 1950, quando Guarapuava tinha vastas florestas nativas de araucária – o que fez com que muitas empresas madeireiras transferissem suas sedes para o município. Após a Segunda Guerra Mundial, algumas serrarias se instalaram no município e lançaram mão de uma exploração predatória. Isso fez com que os estoques nativos fossem reduzidos, obrigando algumas empresas a investir em reflorestamento (RIBAS, 2009, p. 36).

O município de Guarapuava está localizado na região centro-sul do estado do Paraná, (mapa 1) e possui um território de aproximadamente 3.115 km² e população estimada em 167.328 habitantes (IBGE, 2011).



Mapa 1 – Mapa de localização do município de Guarapuava.

Elaboração: GeoMap.

Org.: SANTOS, P. (2014).

Para a análise da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava procura-se entender sua dinâmica a partir de três elementos: a *base florestal*, representada pelas áreas de cultivo, especialmente as dotadas do gênero pinus; as *atividades industriais/empresas* que se relacionam a este setor e; as *atividades de exportação*, que visam representar a inserção internacional destas empresas.

Em Guarapuava, como exposto, a cadeia produtiva da madeira foi fortalecida ao longo do tempo pela presença das madeireiras na exploração de florestas nativas, como também na atualidade pela expressividade em áreas de florestas plantadas⁴. Hoje, entretanto, o posto de mais completa cadeia de base madeireira (florestal e industrial) existente no Paraná é o município de Jaguariaíva (PAINEL FLORESTAL, 2013).

Ressaltando a representatividade da madeira no município, Bravin (2011, p. 72) considera que:

As áreas de reservas nativas e de reflorestamento favorecem as atividades que têm como base a madeira de origem silvícola, originando produtos como: lâminas, chapas, celulose, papel, papelão, artefatos e embalagens, e mobiliário, constituindo sua principal atividade industrial e representando por volta de 75% dos empregos industriais para o ano de 2007.

Desta forma, a representatividade não se dá somente no segmento florestal, mas no segmento industrial e na geração de empregos. Os dados apontados na tabela 15 permitem apresentar o número de florestas nativas e plantadas no município.

A tabela 15 demonstra a relevância que as florestas plantadas, especialmente com exóticas, têm apresentado em detrimento das florestas nativas, com um aumento de mais de 10 mil hectares em 6 anos (2002 a 2008) para as áreas de cultivo com exóticas no município. O fato demonstra a demanda por matéria-prima para atender, especialmente, as grandes empresas que possuem reservas próprias.

⁴ Guarapuava apresenta-se como um dos polos de atividades madeireiras no estado, embora não apresente dados para afirmar sua posição atual.

Tabela 15 – Guarapuava: Comparativo de florestas nativas e reflorestadas (exóticas) (2002-2008).

Usos do solo (florestas)	2002 (ha)	2008 (ha)
Área Urbana	-	4.151
Florestas Nativas	95.332	89.204
Reflorestadas (exóticas)	19.525	24.772
Área Reflorestada Explorada	-	6.740

Fonte: SANTOS, P. (2009).

Org.: SANTOS, P. (2014).

De acordo com Karling (2004), cabe considerar que as atividades madeireiras ainda se apresentam entre as principais atividades no entorno de Guarapuava. Entretanto, a base destas atividades, neste caso a florestal, não apresenta uma distribuição homogênea nos municípios vizinhos. Diante do quesito das áreas de cultivo florestais, cabe evidenciar como se apresenta a distribuição das florestas plantadas com pinus e eucalipto, com base no exposto na tabela 16.

Assim, no entorno do município de Guarapuava há áreas de cultivo tanto no gênero pinus quanto eucalipto em maior quantidade, diante da oferta da madeira determinada pela sua finalidade. Municípios vizinhos, especialmente os que determinam as suas fronteiras com Guarapuava, como Campina do Simão e Turvo, perfazem um total de quase 80 mil hectares nos dois gêneros de florestas plantadas com exóticas.

Comparando à quantidade de florestas nativas e florestas plantadas em relação a 2008, verifica-se uma pequena redução em torno de 8 mil hectares em 3 anos, nas áreas de plantios de exóticas (de quase 31.000 hectares em 2008, para 22.300 em 2010). (tabelas 15 e 16).

Ainda de acordo com Oliveira (2008), no ano de 2005, a área de florestas plantadas no município de Guarapuava correspondia a 28.200 hectares. Em 2008, ocorre um aumento da área para quase 31.000 hectares. Em contrapartida, no ano de 2010 existia, no município, um percentual de 22.300 ha de florestas plantadas e 80.550 ha distribuídos entre os 12 municípios do entorno, o que demonstra que no município de Guarapuava há oscilações quanto às áreas de florestas plantadas no período de 5 anos (2005 a 2010).

Tabela 16 – Guarapuava e microrregião: área de florestas plantadas com eucalipto e pinus (2010).

Município	Área de eucalipto (ha)	Área de pinus (ha)
Campina do Simão	2.900	6.700
Candói	1.500	800
Cantagalo	600	2.900
Foz do Jordão	100	1.800
Goioxim	1.200	4.200
Guarapuava	5.800	16.500
Laranjal	150	100
Palmítal	350	150
Pinhão	3.200	6.500
Prudentópolis	2.700	6.200
Reserva do Iguaçu	1.300	3.600
Turvo	2.800	8.500
Total	22.600	57.952

Fonte: DRESCH, A. (2012).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Segundo Santos (2009), mesmo com a expansão de áreas de florestas plantadas, a oferta de madeira ainda não atende a demanda, embora a escassez ocorra localmente, A concentração de áreas não necessariamente propicia a utilização nesta mesma região por empresas locais, tornando o cenário da cadeia produtiva reflexo de poucas políticas (DENARDI, 2014)⁵.

Segundo Santos (2014)⁶, Guarapuava apresenta empresas de pequeno, médio e grande portes, ainda que prevaleça as de menor porte, em um universo de aproximadamente 500 empresas, algumas já há muitos anos no setor, outras advindas mais recentemente de outras localidades. Destas, segundo a mesma fonte, são poucas as que se apresentam autossuficientes, com muitas dependentes de florestas plantadas por outras empresas e em outros municípios.

Enquanto as pequenas e médias empresas representam, em conjunto, 58% dos empregos industriais da cadeia, as empresas de grande porte são responsáveis por 81% do valor adicionado e do valor da produção do estado. Cabe ressaltar que as médias e grandes empresas do processamento mecânico, além de operarem em mercados espacialmente mais amplos, como ocorre em geral em empresas deste porte na cadeia, apresentam exportações muito significativas. Em geral, as pequenas empresas atuam em mercados locais e se utilizam,

⁵ Questionário aplicado com o Senhor Sávio F. Denardi diretor de departamento da Secretária de Indústria e Comércio de Guarapuava, em 01/07/2014, às 14 horas, na sede da prefeitura.

⁶ Questionário aplicado com o senhor Joel dos Santos, secretário executivo do Sindumadeira em 11/07/2014 às 09 horas, na sede da Sindusmadeira.

em sua maioria, de fontes de abastecimento do próprio Paraná (RIBAS, 2009, p. 35).

No cenário das atividades industriais da cadeia produtiva da madeira, percebe-se que o fortalecimento do setor, em Guarapuava, foi se desenvolvendo pela presença industrial como uma das bases econômicas do município, conforme tabela 17, marcado ainda pela quantidade de empresas relacionadas à madeira.

Pelos dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2011) presentes na tabela 17, o setor industrial encontra-se na segunda posição na arrecadação de impostos do município, sendo a indústria madeireira a mais representativa, segundo os números de estabelecimentos e empregos (tabela 18).

Tabela 17 – Guarapuava: Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades (2011).

Ramos de atividades	Valor (R\$ 1.000,00)
Agropecuária	197.220
Indústria	503.162
Serviços	1.980.399
Total	2.680.781

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), (2013).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Diante dos dados da tabela 18 verifica-se que o setor industrial da madeira, apoiado pela silvicultura, está entre os estabelecimentos que mais se destacam. Com relação a sua posição na geração de empregos no município, o setor perde somente para o de comércio, setor de maior geração de renda para o município. Foram mais de 4.000 empregos em 2012 no setor da madeira, num total de quase 40 mil empregos no município.

Desta forma, de acordo com o IPARDES (2011), pode-se afirmar uma queda dos empregos formais no setor madeireiro, posto em 2009 as atividades madeireiras gerarem aproximadamente 5 mil empregos e, em 2012, próximo dos 4 mil empregos. O Sindusmadeira complementa afirmando que, se adicionado os empregos informais no segmento de base florestal, este número seria muito mais elevado.

Tabela 18 – Guarapuava: Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas (2012).

Atividade econômica	Estabelecimento	Emprego
Indústria de extração de minerais	3	82
Indústria de produtos minerais não metálicos	23	177
Indústria metalúrgica	50	303
Indústria mecânica	23	133
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	2	3
Indústria de materiais de transporte	10	87
Indústria da madeira e do mobiliário	113	2.493
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	37	1.656
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim. e ind.diversa	18	77
Indústria química, produtos farmacêuticos, veterinários, perf., sabão, velas e materiais plásticos	18	716
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	20	351
Indústria de calçados	4	34
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	71	1.029
Serviços industriais de utilidade pública	9	160
Construção civil	196	2.376
Comércio varejista	1.483	9.244
Comércio atacadista	192	1.901
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	36	451
Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços tecnológicos, profis.,aux.ativ.econ.	355	2.586
Transporte e comunicações	293	2.027
Serviços de alojamento,alim.,reparo,manut., radiofusão e televisão	433	2.669
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	188	1.279
Ensino	71	2.299
Administração pública direta e indireta	12	3.826
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	708	2.666
Total	4.368	38.625

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego; RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (MTE), (2012).
Org.: SANTOS, P. (2014).

Com relação às empresas voltadas a madeira, em Guarapuava, os dados da tabela 19 permitem visualizar o percentual a partir de seus 10 principais segmentos no ano de 2009⁷.

⁷ A plataforma não dispõe de informações atualizadas.

Os dados da tabela 19 possibilitam verificar que diante dos principais setores industriais no município, a madeira novamente adquire relevância. Juntas, as indústrias de beneficiamento de madeira, móveis, madeira laminada, papel e papelão somam mais de 160 indústrias (num universo de 322 empresas mais representativas no município) e assim, compõem 28% das participações industriais.

Tabela 19 – Guarapuava: Quantidade e participação das dez principais atividades industriais segundo as atividades econômicas (2009).

Atividade	Quantidade	Participação
Indústria de beneficiamento de madeira	80	14%
Indústria de móveis	43	7%
Indústria de artigos ferro/metal	41	7%
Fabricação de madeira Laminada	31	5%
Indústria de cerâmica/artigos de cimento	31	5%
Indústria de panificação e confeitaria	30	5%
Indústria de vestuário	30	5%
Indústria de papel/papelão	14	2%
Indústria de máquinas e equipamentos	11	2%
Indústria de sorvetes	11	2%

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), (2011); Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG), (2009); BRAVIN (2011).

Org.: SANTOS, P. (2014).

A importância de determinados segmentos da madeira, no município, pode ser observada tabela 20, a partir dos dados obtidos junto à Divisão de Alvarás da Prefeitura de Guarapuava, referentes ao ano de 2014.

O número de empresas cadastradas no município, conforme suas atividades, é de 500 empresas, num rol de mais de 10.000 cadastradas. As atividades do segmento de base florestal (cultivo e extração), bem como o comércio, compreendem as atividades com maior número de estabelecimentos no setor da madeira (127 empresas e 218 empresas, respectivamente). Em contrapartida, o segmento de papel e celulose é o com menor número de estabelecimentos (14 empresas). Assim, é possível afirmar que no município de Guarapuava, os segmentos da cadeia da madeira mais atuantes são aqueles que compreendem a sua base florestal e a venda de produtos relacionados a madeira, as serrarias figuram em segunda posição.

Tabela 20 – Guarapuava: Relação e quantidade de empresas por atividades relacionadas a madeira (2014).

Seção da atividade	Divisão da atividade	Atividade	Quantidade de empresas
Agricultura Pecuária, produção Florestal e Pesca	Produção Florestal	extração de madeira de florestas plantadas	125
Agricultura Pecuária, produção Florestal e Pesca	Produção Florestal	extração de madeira de florestas nativas	2
Indústrias de transformação	Fabricação de produtos de madeira	Serrarias com desdobramento de madeira	78
Indústrias de transformação	Fabricação de produtos de madeira	Fabricação de madeira laminada e de chapas	57
Indústrias de transformação	Fabricação de produtos de madeira	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira	6
Indústrias de transformação	Fabricação de produtos de madeira	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	7
Indústrias de transformação	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	7
Indústrias de transformação	Fabricação de móveis	Fabricação de móveis com predominância de madeira	21
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	43
Comércio Varejista	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	Comércio varejista de madeira e artefatos	175
TOTAL			521

Fonte: Setor de Alvarás da Prefeitura Municipal de Guarapuava (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Neste rol de dados expostos na tabela 20, é pertinente mencionar que, em alguns casos, determinadas empresas atuam em mais de um segmento das atividades madeireiras e, portanto possuem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e alvará de funcionamento para cada uma das atividades em que atua, sendo que frequentemente identifica-se o mesmo número de alvará para funções distintas. Como exemplo pode-se citar a empresa Repinho, que atua como serraria com desdobramentos de madeira, fabricação de madeira laminada, bem como atividade de apoio à produção, portanto, para cada uma destas atividades há um registro individual da empresa. O mesmo ocorre com a empresa Santa Maria S.A., que aparece em quatro segmentos distintos, com dois números de alvarás também distintos.

Observando esta duplicidade, optou-se por contabilizar uma única vez as empresas que atuam em mais de um segmento da madeira totalizando, assim, 471 empresas relacionadas à madeira no município de Guarapuava, o que indica uma duplicidade em torno de 50 alvarás.

O número de empresas madeireiras, no município, torna-se ainda menor à medida que são utilizados os dados da FIEP (2014) (quadro 2) para as empresas exportadoras de produtos relacionados à madeira ou para a análise da inserção internacional, no ano de 2014, isso porque o cadastro das empresas (filiação) é realizado pela livre aceitação das mesmas, sem qualquer obrigatoriedade.

De acordo com os dados dispostos no quadro 2, em Guarapuava, o número de empresas cadastradas na FIEP é de 84, sendo que, destas, 28 participam em alguns dos segmentos da cadeia produtiva da madeira. Para este estudo, no entanto, aborda-se apenas àquelas que possuem práticas de exportação com a madeira, perfazendo um total de 6 empresas.

Quadro 2 – Guarapuava: Empresas cadastradas na FIEP (2014).

EMPRESAS	SETOR DE ATIVIDADE
BILHARES - A EXECUTIVA	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
A. K. NASCIMENTO	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
FÁBRICA DE CARROCERIAS SANTO ANDRÉ	Fabricação de carrocerias, cabines e reboques para caminhão
AGRONASCENTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO CEREAIS HORTIFRUTIGRANJEIROS	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
FUNILARIA ALBANO	Produção de artefatos estampados de metal
ALBERSAY MADEIRAS	Serrarias com desdobramento de madeira
ALPHACARBO INDUSTRIAL	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
AOI-YAMA COMPENSADOS	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
ARTEFATOS DE BORRACHA DEUFER	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente
BENDERPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas
BOESE	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
BRASCARBO AGROINDUSTRIAL	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
ENG BUILDER	Construção de edifícios
CALDEIRAS PRIMAVERA LTDA	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central

CAMARCON ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	Perfurações e sondagens
CELPLAC	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
CENTRAL SUL COMÉRCIO DE COMPENSADOS	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
DIPAL FÁBRICA DE PORTAS E JANELAS	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
CONCRETIZE - CONCRETO USINADO	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
CONSTRUTORA ARTEC	Construção de rede de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
GUARAENGE CONSTRUÇÕES CIVIS E ELÉTRICAS	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL	Fabricação de malte, inclusive malte uísque
NATURALITER	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
RENOVADORA DE VEÍCULOS ADRIFER	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
BEIJO BAIANO	Fabricação de biscoitos e bolachas
DIÁRIO DE GUARAPUAVA	Edição integrada à impressão de jornais
ENGEPAV CONSTRUÇÃO CIVIL	Construção de rodovias e ferrovias
ERVA MATE 81	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)
NOVO MATE	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
ESQUADRIAS DE FERRO CENTRO OESTE	Fabricação de esquadrias de metal
ESTILO ARTEFATOS DE MADEIRAS	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
CARROCERIAS CARGA PESADA	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões
MÓVEIS INGA	Cozinhas Sob Medida, Salas/dormitórios (sob Medida)
MÓVEIS ARAUNA	Fabricação de móveis com predominância de madeira
FLABEL CONSTRUÇÃO CIVIL	Construção de edifícios
MAXIMIZER SERVICE	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
FORROVEL MADEIRAS	Serrarias com desdobramento de madeira
GUARATU COMPENSADOS	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
GUARATÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
IBERKRAFT INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE	Fabricação de papel
IMPREFORM - FORMULÁRIOS CONTINUOS	Impressão de material para outros usos
GRAFICA GRAFEL	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
INARMENTO INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
INCOMESP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente

MÁQUINAS ESPECIAIS	
INDUMADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NEON	Fabricação de refrigerantes
MÓVEIS GAVANSKI	Fabricação de móveis com predominância de madeira
INSAM INDÚSTRIAS DE MADEIRAS SANTA MARIA	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
IREKS DO BRASIL	Moagem de trigo e fabricação de derivados
CHIMARRÃO ROSEIRA	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)
JAEGER ARTES GRÁFICAS	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas
LÂMINADOS, SERRADOS E TRANSPORTES	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
CARLI PLAC	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
LAMINADOS SANTA CATARINA	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
LAMINADOS E SERRADOS MARDON	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
LAMINADOS JÓIA	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
MADETUR	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
PANIFICADORA KI PÃO	Fabricação de produtos de panificação
MADECARBO	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente
MARMORARIA CAPIXABA	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras
MARMORARIA IDEAL	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras
MARMORARIA J M W	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras
MARY ART VIDROS E CRISTAIS DE SEGURANÇA	Fabricação de vidro plano e de segurança
MEGASUL ENERGIA	Construção de estações e rede de distribuição de energia elétrica
METALÚRGICA FRENOBRAS	Fabricação de máquinas, ferramentas, peças e acessórios
METALÚRGICA VISÃO	Fabricação de estruturas metálicas
MOINHO SÃO LUÍS	Moagem de trigo e fabricação de derivados
MR LAMINADOS	Fabricação de madeira laminada, e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
MADEIREIRA REDENÇÃO	Serrarias com desdobramento de madeira
PANED'ORO	Comércio varejista de produtos de padaria e de confeitaria
PEDREIRA GUARAPUAVA	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
PEDREIRA PÉROLA	Extração de basalto e beneficiamento associado
PINHO PAST	Fabricação de cartolina e papel-cartão
POLIJUTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS	Fabricação de embalagens de material plástico
REPINHO REFLORESTADORA MADEIRAS E	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada

COMPENSADOS	
PADARIA VITÓRIA	Padaria e confeitaria com predominância de revenda
PAPELUX	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
RRC MADEIRAS	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
SURG COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
SANTA MARIA CIA DE PAPEL E CELULOSE	Fabricação de papel
MICHELETTO MADEIRAS	Serrarias com desdobramento de madeira
SUPERMIX CONCRETO	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
TRÓPICOS INDUSTRIAL E COMERCIAL	Fabricação de produtos de papel para o uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente
INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO LOPES	Fabricação de produtos de panificação

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Assim, o trabalho engloba apenas as empresas apresentadas pela FIEP para as práticas de exportação, o que nos permitiu trabalhar com dados mais precisos, uma vez que não há dados de empresas madeireiras exportadoras em outras entidades relacionadas ao setor.

Os dados do Sindusmadeira, por exemplo, permitiu identificar apenas o número de empresas madeireiras associadas, aproximadamente 40 empresas no setor, não sendo classificadas quanto a suas atividades de exportação. Cabe ressaltar que estes dados reforçam o empenho que o representante da entidade informou que deverão realizar nos próximos anos, na tentativa de visitar um número aproximado de 470 empresas, conforme os dados do setor de alvarás da Prefeitura Municipal de Guarapuava, classificando-as como exportadoras ou não.

Cabe ressaltar ainda que, geograficamente, essas empresas possuem, no território, dinâmicas diferentes e que, assim, possibilitam seu desenvolvimento na cadeia. De acordo com Bravin (2011), as indústrias em Guarapuava e em especial o caso da madeira, também podem ser percebidas nessa proximidade com a organização em distritos. Para três das grandes empresas do setor madeireiro em Guarapuava, a sua atuação é marcada pela organização em um distrito, neste caso, o Distrito Guaratu.

Diante destas questões, optou-se por utilizar os dados fornecidos pela FIEP, proporcionando maior credibilidade quanto à busca pelas empresas que apontam para a inserção internacional via práticas de exportação, uma vez que, também no setor de

alvará da prefeitura municipal de Guarapuava não constam dados relativos às empresas exportadoras no município.

Desta forma, ao traçar um panorama, às atividades industriais segundo Ribas (2009, p. 56), observa-se que:

Na região Centro-Sul, para ilustrar, cinco municípios contam com uma planta industrial de papel e celulose, sendo Guarapuava o que concentra maior número dessas indústrias. Dentre elas, as principais são: a “Iberkraft Ind. de Papel e Celulose Ltda.”; a “Insam - Ind. Mad. Santa Maria Ltda.”; a “Pinho Past Ltda.”; a “Piquiri Ind. e Com. de Papéis Ltda.”; e a “Santa Maria - Cia. de Papel e Celulose”.

Há de se considerar, ainda, a existência de um grande número de pequenas empresas, que aqui não foram detalhadas, visto que a finalidade é trabalho com as empresas que realizam inserção internacional com a madeira, identificadas a partir das exportações. Neste caso, para as empresas citadas anteriormente, nem todas adotaram a prática de exportação nos últimos anos. Com relação à inserção internacional a partir das exportações, um elemento importante nesta discussão é o do papel que alguns bancos realizam para que esta prática ocorra. No caso de Guarapuava há bancos que realizam o apoio às empresas que desejam realizar exportação. No sentido de apoio jurídico dado por entidades como FIEP e outras, que possibilitam às empresas um levantamento de todos os requisitos jurídicos necessários. Posteriormente, os bancos oferecem um apoio financeiro quando oportunizam possibilidades como linhas de crédito e ações de câmbio, fundamentais para às atividades de exportação. Ou seja, as empresas procuram os bancos para que suas transações se realizem, pois sem essas instituições não podem efetivar sua participação no mercado externo, uma vez que os bancos é que legalizam suas transações financeiras.

Para tentar explicar os trâmites essenciais neste tipo de prática, consultou-se o Banco Itaú. O apoio financeiro inicia-se logo depois do pós-jurídico, que as empresas realizam com outras entidades, a exemplo da FIEP, ou seja, o banco atua logo na sequência que a empresa apresenta todos os documentos. O banco solicita, ainda, a apresentação, pela empresa, de algumas outras, informações, como os dados de Receita Federal e licenças ambientais. Posteriormente a esta fase, inicia-se a fase intitulada de “fecha de câmbio”, e é exatamente neste momento que origina-se a possibilidade do apoio financeiro. São oferecidos um leque de produtos e, no caso do Banco Itaú, são mais de 5.000 linhas de crédito que visam atender as mais variadas empresas e transações. O banco ainda atua como consultor para conhecer o ramo da empresa e a

linha de crédito que melhor se adequa ao em seu perfil e a idoneidade da empresa e, assim, o risco de inadimplência é baixo.

Portanto, para que se efetive a prática de exportação as empresas necessitam deste apoio financeiro para operarem suas transações, em grande maioria é realizado pelos bancos. Portanto, o desejo de exportar precisa ser aprovado pelas instituições financeiras para que a prática seja finalizada e, neste sentido, além de outras dificuldades para às pequenas empresas, inclusive de acesso ao mercado, também há este elemento a ser vencido, o que reforça que a inserção internacional se dá por empresas que já se mantêm no segmento e demonstram credibilidade frente às representações financeiras.

Apesar destes percursos a serem vencidos, as atividades vinculadas à madeira no estado do Paraná, assim como no Brasil, ocupam posição expressiva nas exportações também no município de Guarapuava. Ao observar os dados expostos na tabela 21 é possível verificar que os produtos madeireiros exportados compreendem mais de 30% do total das exportações guarapuavanas no ano de 2014 (percentual analisado até setembro de 2014).

Em observação aos dados da tabela 21, os produtos madeireiros figuram em segunda colocação nos produtos exportados, entre 2013 e início de 2014, perdendo somente para o setor agrícola, que também merece destaque no município com relação ao valor agregado do produto. A madeira compensada é o produto com maior valor agregado no segmento madeireiro, girando em torno de 40 milhões de dólares (MDIC, 2014). Em comparação a 2013 (39.596.670 US\$), demonstra pequena queda no valor agregado em 2014 (39.085.224 US\$).

Conforme Nunes *et al.*, (2012), o segmento da madeira, no ano de 2010, ocupava a 4^o posição no grupo de exportações paranaenses, perdendo para produtos como soja, carnes e materiais de transporte. De acordo com dados do MDIC (2014), o município alcançou um total de US\$ 138.264.712 em valores de exportações, sendo grande parte compensado pela indústria madeireira que hoje perfaz um total de mais de US\$ 43 milhões.

Tabela 21 – Guarapuava: Principais produtos exportados (2014).

Descrição (SH4)	2014 (JAN - SET)			2013 (JAN - SET)			Var%
	US\$ FOB	Part %	Kg	US\$ FOB	Part %	Kg	JAN - SET 2014/2013
TOTAL GERAL	138.268.356	100,00	225.627.099	157.130.912	100,00	248.005.042	-12,00
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	138.264.712	100,00	225.625.323	157.040.897	99,94	248.004.342	-11,96
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	66.706.184	48,24	136.731.731	74.316.216	47,30	160.949.834	-10,24
Madeira contraplacada ou compensada, madeira folheada	39.596.670	28,64	58.443.340	39.085.224	24,87	57.023.414	1,31
Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados	18.224.877	13,18	21.099.275	22.015.220	14,01	22.500.000	-17,22
Milho	5.483.455	3,97	1.191.079	14.971.350	9,53	2.131.984	-63,37
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita	3.078.484	2,23	2.874.904	3.097.857	1,97	2.846.276	-0,63
Malte, mesmo torrado	1.285.419	0,93	2.596.750	201.091	0,13	381.620	539,22
Preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	679.013	0,49	1.227.320	-	--	-	--
Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco)	607.139	0,44	433.654	844.483	0,54	643.769	-28,11
Outros móveis e suas partes	513.946	0,37	291.276	535.088	0,34	281.244	-3,95
Galos, galinhas, patos, gansos, perus, peruas e pintadas	512.925	0,37	4.191	172.153	0,11	1.664	197,95
Papel e cartão kraft, não revestidos, em rolos ou em folhas	496.551	0,36	442.915	1.119.200	0,71	982.240	-55,63
Partes exclusiva aos motores das posições 8407 ou 8408	276.551	0,20	7.785	323.498	0,21	9.224	-14,51
Animais vivos da espécie suína	142.600	0,10	5.050	-	--	-	--
Sementes, frutos e esporos, para sementeira	90.000	0,07	3	-	--	-	--
Sacos de quaisquer dimensões, para embalagem	73.560	0,05	17.080	-	--	-	--
Obras de carpintaria para construções	67.705	0,05	69.639	190.786	0,12	234.100	-64,51
Bombas para líquidos	63.273	0,05	826	44.222	0,03	569	43,08
Outras obras de madeira	49.676	0,04	11.585	12.000	--	5.352	313,97

Partes e acessórios exclusiva às máquinas das 8456 a 8465,	36.475	0,03	1.708	15.337	--	231	137,82
Madeira serrada	35.406	0,03	65.620	-	--	-	--
Carvões activados	32.320	0,02	26.900	-	--	-	--
Sêneas, farelos e outros resíduos	30.223	0,02	70.000	-	--	-	--
Cones de lúpulo, frescos ou secos	29.952	0,02	1.000	-	--	-	--
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	27.392	0,02	957	15.479	--	570	76,96
Veios (árvores) de transmissão	17.229	0,01	455	11.708	--	357	47,16
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios	16.635	0,01	2	-	--	-	--
Aparelhos e dispositivos elétricos de ignição ou de arranque	14.779	0,01	153	17.067	0,01	170	-13,41
Sucos e extractos vegetais	13.140	--	150	-	--	-	--
Artefatos de madeira, para mesa ou cozinha	13.050	--	2.925	-	--	-	--
Espelhos de vidro	11.336	--	4.842	19.200	0,01	8.589	-40,96
Parafusos, pernos ou pinos, roscados, porcas, tira-fundos	7.447	--	437	3.753	--	192	98,43
Centrifugadores	6.915	--	124	955	--	28	624,08
Outras obras de borracha vulcanizada não endurecida	6.196	--	96	4.044	--	68	53,21
Molas e folhas de molas, de ferro ou aço	5.345	--	184	6.215	--	244	-14,00
Grãos de cereais trabalhados de outro modo	4.044	--	1.200	8.223	--	2.440	-50,82
Aparelhos para interrupção, seccionamento	2.294	--	43	2.067	--	6	10,98
Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores	2.083	--	35	1.643	--	24	26,78
Tubos de borracha vulcanizada não endurecida	1.557	--	28	642	--	10	142,52
Outras obras de plástico	1.444	--	15	1.747	--	56	-17,34
Juntas metaloplásticas	1.422	--	46	4.429	--	67	-67,89
DEMAIS PRODUTOS	3.644	0,00	1.776	90.015	0,06	700	-95,95

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Este cenário da madeira em Guarapuava nas exportações do país é marcado pela presença das madeiras de grande porte, que possuem no reflorestamento próprio a base para a produção de seus artefatos madeiros, ou mesmo os arrendamentos, tendo como resultado uma maior competitividade em relação às pequenas empresas (PADILHA, 2009).

Os dados da tabela 22 apresentam as principais empresas exportadoras do Paraná, no ano de 2013. De acordo com estes dados, dentre as 30 principais empresas exportadoras, apenas a Klabin está relacionada ao setor madeireiro.

Entre as empresas guarapuavanas relacionadas à madeira que realizam práticas de exportação, segundo dados da FIEP (2014), estão empresas que, embora não se destaquem entre as 30 maiores empresas exportadoras do Paraná recebem destaque no município. São empresas que se apresentam entre as 200 principais empresas exportadoras no estado, em um universo de 2.030 empresas, tais como a Repinho Ltda., a L. F. R. Carli, além da Santa Maria Cia de Papel e Celulose.

Tabela 22 – Paraná: Principais empresas exportadoras (2013).

RANKING	MUNICÍPIO	EMPRESA
1	SAO JOSE DOS PINHAIS	RENAULT DO BRASIL S.A
2	PARANAGUA	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA
3	MARINGA	USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA
4	MARINGA	CHS AGRONEGOCIO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
5	PARANAGUA	LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A.
6	PARANAGUA	BRF S.A.
7	PARANAGUA	CARGILL AGRICOLA S A
8	MARINGA	BUNGE ALIMENTOS S/A
9	PARANAGUA	ADM DO BRASIL LTDA
10	CURITIBA	VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA
11	TELEMACO BORBA	KLABIN S.A.
12	ARAUCARIA	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
13	PARANAGUA	BUNGE ALIMENTOS S/A
14	SAO JOSE DOS PINHAIS	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
15	PONTA GROSSA	NIDERA SEMENTES LTDA.
16	MARINGA	SEARA-IND. E COMERCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIOS LTDA
17	LONDRINA	SEARA-IND. E COMERCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIOS LTDA
18	PONTA GROSSA	BRF S.A.
19	LONDRINA	COMPANHIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL
20	CURITIBA	ROBERT BOSCH LIMITADA
21	MARINGA	NOBLE BRASIL S.A.
22	ARAUCARIA	CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA
23	PONTA GROSSA	BUNGE ALIMENTOS S/A
24	CURITIBA	CNH LATIN AMERICA LTDA
25	PONTA GROSSA	LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A.
26	PARANAGUA	BRF S.A.
27	PALOTINA	C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
28	PARANAGUA	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E A
29	SANTO INACIO	USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL
30	CAFELANDIA	COPACOL-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- Secretaria de Exportações (MDIC-SECEX), (2013).

Org.: SANTOS, P. (2014).

De acordo com o MDIC (2014), as empresas madeireiras guarapuavanas se apresentam, ainda, entre 10 e 50 milhões de dólares no ranking das exportações paranaenses, como no caso da Repinho Ltda. (107º posição), a Santa Maria Cia de Papel e celulose (267º posição), com a movimentação entre 1 e 10 milhões de dólares, e a L. F. R. Carli (279º posição) (quadro 3) e, também, entre 1 e 10 milhões de dólares em exportações, o que

demonstra o volume de recursos que a madeira movimenta no município e, conseqüentemente, no estado.

Desta forma, com base em dados apontados no cadastramento da FIEP no quadro 3, para as atividades de exportação, uma vez que a entidade oferece suporte para a realização desta prática, outras empresas, além das mencionadas, compõem o rol de exportadoras de madeira, sendo elas a Guaratu, a Celplac e a Celta Móveis.

De acordo com o Sindusmadeira (2014), algumas empresas estão em processo de negociação para atividades de exportação, tais como Incobel Ind. e Comércio de Madeiras Ltda, Guaracomp Insumos e Compensados (antiga Madeirit), Madetur Madeiras, Laminados e Serrados Mardon Ltda, Fábrica e Comércio de Móveis Araúna Ltda. Neste caso, estas apenas buscam projetos e parceiras para atividades de exportação, pois ainda não se encontram dentre as empresas exportadoras de Guarapuava listadas nos cadastros de instituições cooperadoras, como FIEP e, sendo assim, não são objeto de análise no presente trabalho.

Quadro 3 – Guarapuava: Empresas exportadoras da cadeia da madeira (2014).

	Empresas	Tipo de capital
1	Celplac	Ltda
2	Repinho	Ltda
3	Guaratu	Ltda
4	Santa Maria	S/A
5	Celta Móveis	Ltda
6	L. F. Carli	Ltda

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), (2014); Sindicato da Indústria da Madeira (SINDUSMADEIRA), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Cabe considerar quanto à inserção internacional das empresas, com base na exportação de seus produtos, que a manutenção dos contratos firmados depende da moeda, que pode se apresentar instável em determinados períodos, e do planejamento interno das empresas (RIBAS, 2009). Neste sentido, esses elementos permitem demonstrar a busca e a pequena efetivação de contratos para atividades exportadoras por parte das empresas madeireiras.

Com relação aos destinos das exportações guarapuavanas, conforme dados do MDIC (2014), as principais demandas são os países europeus, conforme expostos na tabela 23.

Os dados da tabela 23 demonstram que os principais mercados exportadores guarapuavanos são os países europeus como: Holanda e Alemanha (mais de 50% das exportações, 70.000.000 dólares juntos) do total dos principais países destino – 137.333.274 US\$, no início de 2014.

Observa-se ainda que as exportações de Guarapuava também destinam-se países asiáticos como a China e a Índia (8.497.486 US\$ e 7.165.182US\$ em 2014), bem como para países vizinhos e pertencentes ao Mercosul, como Paraguai (9.058.821 US\$), Argentina (1.401.048 US\$) especialmente com produtos que são a base de cultivo no município, como soja e milho, entre outros produtos agrícolas.

Em contrapartida, muitos países vizinhos como Uruguai, Venezuela, Peru, além de países europeus com Dinamarca e Reino Unido, e, países da América Central, Porto Rico e Republica Dominicana correspondem a menos de 1% das exportações guarapuavanas.

Tabela 23 – Guarapuava: destinos das exportações (2014).

O/	DESCRIÇÃO	2014 (JAN - SET)	
		US\$ FOB	Part %
	TOTAL DA ÁREA	138.268.356	100
	TOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES DESTINOS	137.333.274	99,32
1	PAISES BAIXOS (HOLANDA)	43.947.895	31,78
2	ALEMANHA	28.494.335	20,61
3	BELGICA	10.977.953	7,94
4	FRANCA	9.973.721	7,21
5	PARAGUAI	9.058.821	6,55
6	CHINA	8.497.486	6,15
7	INDIA	7.165.182	5,18
8	COREIA DO SUL	2.942.144	2,13
9	ITALIA	2.580.843	1,87
10	BANGLADESH	2.562.209	1,85
11	ARGENTINA	1.401.048	1,01
12	ESLOVENIA	1.370.356	0,99
13	BOLIVIA	1.253.099	0,91
14	GEORGIA	1.037.040	0,75
15	URUGUAI	998.781	0,72
16	EGITO	605.369	0,44
17	ANGOLA	476.500	0,34
18	REPUBLICA TCHECA	462.969	0,33
19	EMIRADOS ARABES UNIDOS	457.366	0,33
20	MEXICO	356.032	0,26
21	CATAR	351.936	0,25
22	EQUADOR	351.036	0,25
23	AFRICA DO SUL	336.293	0,24
24	VENEZUELA	336.025	0,24
25	PERU	308.216	0,22
26	DINAMARCA	302.052	0,22
27	PORTO RICO	251.717	0,18
28	REINO UNIDO	191.090	0,14
29	FINLANDIA	156.248	0,11
30	REPUBLICA DOMINICANA	129.512	0,09
	DEMAIS PAÍSES	935.082	0,68

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- Secretaria de Exportações (MDIC-SECEX), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Diante desta configuração em relação ao setor madeireiro, o capítulo 3 apresenta a rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, a partir das seis empresas mencionadas, procurando caracterizar a inserção internacional a partir da exportação, bem como apresentar o papel e o envolvimento dos demais atores relacionados à rede.

CAPÍTULO III

A REDE POLÍTICA DA CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA EM GUARAPUAVA-PR: DINÂMICAS A PARTIR DA INSERÇÃO INTERNACIONAL

Os estudos sobre rede possuem particularidades e especificidades, posto serem estas agregadoras de diversas possibilidades de análises, inclusive como rede política. O presente capítulo tem por finalidade apresentar e caracterizar a rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava e, para isso, apresenta como seus principais atores no município: as entidades de classe representantes do setor madeireiro, como a Federação das Indústrias do Estado Paraná (FIEP), o Sindicato das Indústrias da Madeira de Guarapuava (Sindusmadeira); a Prefeitura Municipal; a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG) e; as empresas exportadoras de produtos relacionados à madeira no município.

A análise da rede política se configura com base nos dados obtidos a partir da aplicação de questionários a estes atores e, nas *dimensões* de análise propostas por Malagolli (2010), resumidas em: os atores e os seus recursos; as funções dos atores na rede; a estrutura das relações e a institucionalização da rede política; a distribuição do poder entre os atores; a estratégia dos atores; a integração política; a distribuição interna dos recursos e a inserção internacional; além do uso de indicadores políticos, financeiros, tecnológicos e jurídicos.

Para a construção da rede foi utilizado o software UCINET 6.109, que possibilitou, conjuntamente com os dados obtidos pelos questionários e as dimensões analisadas, apontar a dinâmica em rede das empresas madeireiras exportadoras em Guarapuava.

3.1. A rede em suas abordagens com o território

A atual conjuntura mundial, dotada de dinâmicas cada vez mais complexas para as análises sobre o território indica a necessidade de estudos que se remetem às relações entre seus atores a partir de determinados elementos, neste caso, a rede. O estudo de rede aqui, assim, é importante no sentido de possibilitar compreender o dinamismo das interações entre os atores da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava, a partir das práticas de exportação.

Segundo Raffestin (1993), ao pensar território e determinar o seu controle, os atores constroem rede para estabelecer ligações, sejam políticas, econômicas ou culturais. Desta

forma, para o referido autor:

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. (...) Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Entender a dinâmica da rede exige, portanto, analisar um campo de inúmeras possibilidades (SPOSITO, 2004). O que se tem de consenso é que a rede envolve informações em grandes proporções, marcada essencialmente pelo processo de globalização, especialmente nos últimos anos, diante da intensidade e rapidez das mudanças que tem se tornado cada vez mais complexas. Nesse sentido, verifica-se, em Santos (1999), que a palavra *rede* provém de outras áreas da ciência, como da Química e da Biologia, e que diante da revolução nos meios de comunicação e transportes passou a ser empregada com maior vigor nas discussões geográficas.

Essa nova dinâmica da sociedade em rede também é proposta por Castells (2008, p. 565), uma vez que o autor entende que as “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. Essa proposição vem reafirmar o poder em dialética no território e manifestado a partir de suas relações.

Outra definição de rede que a nós importa é a apresentada por Dias (1995), posto ser abordada como um instrumento que viabiliza a circulação e a comunicação, considerada também por Raffestin (1993) um instrumento de poder. Segundo Sposito (2004), a rede não ocorre por acaso, mas são o resultado das ações de seus atores, sendo sua forma qualitativa muito mais importante que sua forma quantitativa.

De acordo com Dias (1995), a rede implica fluxos, conectividade, sendo mutáveis, pois os fixos e os fluxos se reconfiguram constantemente. Para Raffestin (1993), a rede também implica em controle pelo qual é possível entender as redes de circulação e a natureza das redes geográficas.

Cabe salientar, ainda, com relação à rede, de acordo com Sposito (2004, p. 48), que “são resultado do trabalho de numerosos atores que em diferentes lugares e momentos, e com capacidades distintas de ação, exerceram e exercem seu papel como sujeitos da história”.

De acordo com Galvão *et al.*, (2009), com a formação de rede as relações de produção e de poder são reveladas com imagens produzidas no território podendo, assim, chegar a uma estrutura com representações, conforme se expressa com as empresas madeireiras

exportadoras, de Guarapuava, que estão dispostas na rede da cadeia produtiva da madeira. As tessituras demonstram limites, sendo que estes não são apenas de caráter político, mas elementos que se comunicam e se interligam, sendo que, no caso da inserção internacional, acabam por extrapolar-se. As malhas não se apresentam homogêneas e possuem elementos que se aproximam, como os pontos ou nós, que assim se mostram como centros de poder.

Para Raffestin (1993), é nas redes que as relações de poder se mostram presentes, sendo estas controladas por classes dominantes que manipulam os dominados já que, para o autor, controlar homens é controlar redes. Este também afirma que as relações, independente de se apresentarem em escalas diferentes, desde as simbolizadas, pelo Estado até as de um pai para com seu filho, são relações de poder que não se apresentam de soma nula, ou seja, uma das partes tende a exercer poder sobre a outra, delimitando seus interesses. A rede demonstra uma sobreposição destes interesses e, conseqüentemente, destas relações de poder, pela infinidade de ações de seus atores.

Raffestin (1993) menciona, ainda, que o espaço é um lugar ou um campo de possibilidades onde o ator pode construir vários tipos de tessituras e articular todos os pontos, ou somente alguns, em rede, como no caso da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava.

Para Haesbaert (2004, p. 286-287) a rede também permite afirmar o caráter dinâmico e móvel do território:

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um 'conjunto de pontos e linhas', numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a 'superfície' territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão ('ação à distância', como destaca Machado, 1998) e 'profundidade', relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional.

Pensar a rede no território demonstra essa dinamicidade dos atores, bem como seu jogo de interesses que se aproximam, se distanciam, se unem, se separam, proporcionando nós, conexões por meio de relações de poder.

De acordo com Haesbaert (2004) é importante, ainda, entender que território e rede não são dicotômicos, sendo que a rede se apresenta como um elemento que constitui o território. No caso da madeira, a rede é um elemento deste território que se coloca como maior, ou seja, a rede política é uma análise específica na cadeia produtiva da madeira que compreende um território.

Para tanto, Haesbaert (2004) aponta três abordagens sobre esta relação território e rede. A primeira, que subordina à rede ao território, consiste em confundir o próprio território com o espaço geográfico, em que toda relação seria territorial. Nesta perspectiva, a rede é apenas parte de um processo territorial, pois ajudaria a integrar o território, sendo este último mais estável do que a rede. A segunda abordagem refere-se à dicotomização entre território e rede, onde a rede torna-se hegemônica e crescente, sendo tanto um elemento fortalecedor interno do território, como externo no sentido em que se projeta para fora deste promovendo, em alguns casos, a desterritorialização. Por fim, na terceira abordagem, amparado em elementos colocados por Raffestin (1993), Haesbaert apresenta a rede como uma das “invariáveis” do território, juntamente com os nós e as malhas. Assim, a rede e os fluxos acabam por se confundirem com o próprio território, resultando nos chamados territórios-rede.

Ao pensar nestes três tipos de rede conclui-se que aquela que forma a rede política das atividades da madeira se aproxima, em um primeiro momento, da primeira abordagem colocada por Haesbaert (2004), no sentido de que inicialmente observa-se a rede como um elemento adicional ao território dada as características das empresas apontadas (médio e grande porte). Mas também pode ser assemelhada a última proposta de Haesbaert (2004), em que a dinâmica da rede acaba por se confundir com o território, incorporando-a como elemento de dois opostos, que ora também se complementam.

As empresas, de acordo com suas relações de interesse, determinam as ações para configurar a rede desta ou daquela forma. Neste caso, por se tratar de empresas voltadas a práticas de exportação, a rede política configura-se como o próprio território das atividades madeireiras, já que as empresas que determinam a cadeia produtiva, em Guarapuava, são as mais competitivas no cenário internacional.

A rede e o território, juntos, permitem apresentar este último como um território em movimento, que territorializa e desterritorializa, ou seja, a rede possui caráter dinâmico, reconfigurando-se constantemente. Diante deste cenário atual dotado de complexidades e processos, Haesbaert (2002) identifica a chamada “multiterritorialidade” a partir do elemento “territórios-rede”, pois este demarca-se desta mobilidade, concebida pelo desenvolvimento dos sistemas de comunicação, onde ora se conectam e desconectam “territórios” e “atores”.

Desta forma, é relevante identificar os territórios a partir dos atores que o constroem, sejam indivíduos, empresas, grupos sociais, Estado, igreja, como afirmava Haesbaert (2002, p. 62):

Se o território é moldado sempre dentro de relações de poder, em sentido lato, ele envolve sempre, também, no dizer de Robert Sack, o controle de uma área. Este controle, contudo, dependendo do tipo (mais funcional ou mais simbólico, por exemplo) e dos sujeitos que o promovem (a grande empresa, o Estado, os grupos locais, etc.), adquire níveis de intensidade os mais diversos.

A sociedade atual tem por característica a mobilidade, os fluxos, as conexões. Portanto, é o movimento, o elemento para o território e para as ações que materializam-se nas relações de poder. Santos (1996) entende essa interação entre a rede e o território a partir de duas lógicas: a lógica das redes e a lógica dos territórios. A lógica das redes é definida pelos atores que modelam, regulam, desenham, sendo fundamental conhecer suas ações, estratégias, e como essas redes são administradas. A lógica dos territórios, por sua vez, é definida pela oposição entre mercado e sociedade civil, sendo o território o suporte da rede.

Nesse sentido, das duas lógicas de interação entre a rede e o território propostos por Santos (1996) é que a rede política da madeira se aproxima, ou seja, representada pelos atores que, através das atividades madeireiras exportadoras formam a rede, que é constituída principalmente pelas empresas exportadoras de madeira que, por conseguinte, tornam-se elemento da lógica dos territórios pelas atividades madeireiras em cadeia produtiva.

Desta forma, para Santos (1996), a rede é uma construção social, pois é ela que expressa as escalas das ações dos sujeitos. Já para Malagolli (2010) não são apenas os fatores econômicos que motivam as relações dos atores da rede, mas também os contatos políticos.

Nas palavras de Malagolli (2010, p. 16):

A rede é considerada o ambiente no qual os agentes podem elaborar as políticas públicas e os processos de concorrência. É neste ambiente que ocorre a interação estratégica dos atores e organizações, que são dependentes de vários recursos, como os financeiros, tecnológicos, organizacionais, políticos, jurídicos e constitucionais.

Para Brito (2002), o entendimento da dinâmica da rede se dá a partir de elementos morfológicos: nós, posições, ligações e fluxos. Os nós são o conjunto de atores, objetos da rede. Os pontos focais são as atividades que irão determinar as posições na rede. As ligações ou conexões compreendem a difusão dos atores da rede. Por fim, os fluxos correspondem tanto aos produtos quanto às informações e, assim, definem a estrutura da rede.

O entendimento da dinâmica da rede, a partir desses elementos, possibilita desvendar as relações de poder presentes no território de forma dinâmica e mutável, decifrando os inúmeros interesses dos seus atores. Neste caso, entender os atores e suas ações em um determinado tipo de rede, a rede política, é o que se busca na sequência.

3.2. A rede política: uma análise particular de rede

De acordo com Malagolli (2010) existem vários tipos de rede, dentre elas as redes econômicas, redes sociais e redes políticas, sendo estas enfoque de nossa abordagem, e que compreendem fatores que influenciam as ações dos atores, marcadas pelo poder, num jogo de concorrência a partir das práticas de exportação.

A rede política pode ser definida como:

Um conjunto de relacionamentos relativamente estáveis, que não são hierárquicos e que possuem uma natureza interdependente, que liga uma variedade de atores que compartilham interesses comuns no que diz respeito a uma política e que trocam recursos para prosseguir esses interesses partilhados, reconhecendo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar objetivos comuns (BÖRZEL, 2008, p.16).

A rede política aqui proposta, então, compreende um conjunto de relacionamentos não hierárquicos entre atores, sendo que estes compartilham interesses de tipo político-econômicos, com troca de recursos para atingir seus objetivos.

O que marca a rede são os interesses de determinados atores que, assim, fazem o poder territorializar-se, como no caso das empresas exportadoras de madeira da cadeia, que definem seus mercados e, portanto, delimitam seus territórios. Dentro deste conjunto diferenciado de interesses e recursos na rede política, os relacionamentos entre seus pares não se dão, necessariamente, de forma hierárquica, e nem sempre ocorrem de maneira estável, conectando, muitas vezes, grupos com interesses em comuns, embora por períodos determinados (BÖRZEL, 2008). Portanto, corroborando com Santos (1996), a rede política é também uma construção social em uma relação de complexidade entre seus atores, ou mesmo de intenção comum. Se a política se institui, normas e estratégias se revelam na trama por interesses comuns.

Um dos elementos pertinentes à análise de abordagens através de rede, é que esta possibilita entender um conjunto de inúmeras variáveis da realidade social, distinguindo os atores, bem como suas ações.

A interação dos atores leva a ligações entre os membros da rede, identificadas como conexões. A rede política é entendida como uma construção social e política definida a partir de conexões complexas entre organizações distintas e dependentes de recursos [...] (PAULILLO, 2002; p. 42).

Se a rede é percebida como uma construção social, Silva (2009) corrobora na análise demonstrando suas relações como assimétricas, uma vez que ocorrem conflitos e tensões entre grupos e atores na rede, estabelecendo, assim, formas de organização no espaço. É na relação entre política e território que se estabelece a chamada rede política.

Desta forma, se a rede política compreende relações sociais e políticas de seus atores, cabe analisar as características que permitem definir a rede em estudo como rede política, buscando, os elementos que permitem afirmar as relações e conexões dos atores, tendo como critério e fundamento a inserção internacional através das exportações.

3.2.1. A rede política: *dimensões da rede e elementos para análise*

A análise de uma rede política está apoiada em algumas características como o poder entre os membros da rede e o tipo de relação existente entre estes, que propõe uma dependência de recursos (DOWLING,1995). Essas características são expressas no sentido de seus atores e membros, bem como, das conexões estabelecidas.

A rede política, assim, se apoia no recurso do poder dos atores, através da informação, da legitimidade, da reputação, da cooperação e da habilidade para as mudanças, marcando as conexões pelas regras, pela centralidade, pela intensidade, velocidade e formalidade/informalidade, conforme quadro 4.

No quadro 4 percebe-se que a rede política é formada por alguns elementos específicos, como a relação na análise entre os membros e as próprias ligações ou conexões. O conhecimento e a informação são aspectos fundamentais para entender os atores que formam a rede, sendo suas conexões ou a centralidades elementos-chave para diferenciá-la.

Quadro 4 – Características de análise em uma rede política

Características dos membros	Características das conexões
1. Conhecimento/informação	1. Regras
2. Legitimidade	2. Centralidade
3. Reputação	3. Intensidade
4. Cooperação	4. Velocidade
5. Habilidade para a mudança	5. Formalidade/informalidade

Fonte: MALAGOLLI, A. (2010).

Org.: SANTOS, P. (2014).

De acordo com Malagolli (2010), com as características da análise definidas, a abordagem da rede política ainda permite uma perspectiva de análise também para outros setores ou regiões geográficas, sendo que os critérios podem ser inseridos em outras dinâmicas, fato que se deve à rede política apresentar variadas estruturas de governança, mais fechadas ou mais abertas, mais integradas ou menos integradas ou, ainda, mais institucionalizadas ou menos institucionalizadas.

Waarden (1992), para fundamentar o papel da rede política, apresenta sete dimensões que podem caracterizá-la: os *tipos de atores*, as *funções* dos atores na rede, a *estrutura* da rede, a *institucionalização*, as *regras de condutas*, as *relações de poder*, as *estratégias* de poder dos atores.

Além do tipo de análise expressa por Waarden (1992), outros autores também particularizam a análise, como Marsh & Rhodes (1992) que identificam quatro dimensões nas quais a rede pode sofrer variações: 1. Interesses; 2. Número e natureza dos membros; 3. Interdependência vertical e horizontal; 4. Recursos de poder.

Percebe-se que, tanto os elementos de Waarden (1992) quanto de Marsh & Rhodes (1992) possuem critérios essenciais para a análise. Assim, Malagolli (2010) propõe que os dois sejam agrupados para compor uma análise da rede política a partir das dimensões alocadas no quadro 5. que por fim, adicionamos a esta análise da cadeia produtiva da madeira, uma dimensão, a *inserção internacional*.

As 8 dimensões de análise propostas no quadro 5 podem ser dispostas para o entendimento da rede da seguinte forma: os três primeiros itens (*atores*, *funções* e *estrutura das relações*) contribuem com o objetivo de conhecer a rede e seus componentes, bem como suas relações, resultando na institucionalização da rede. A *distribuição de poder* procura apontar para a distribuição dos recursos políticos internamente na rede. Os dois itens (*estratégias e integração política*) compõem a sequência da análise dos indicadores anteriores (MALAGOLLI, 2010). A dimensão *recursos e distribuição interna de recursos*, procura demonstrar o jogo de trocas e controle na rede. Por fim, para esta pesquisa, foi acrescentada outra dimensão de análise, a *inserção internacional*, no sentido de complementar a dinâmica da rede, pois observa-se a relação destes atores no plano da economia externa.

Quadro 5 – Dimensões de análise e características da rede política.

DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS
Atores	Envolvem descritores (características) como necessidades, interesses, recursos e desempenho.
Função da rede	Tomada de decisão, troca de informações na rede, negociação nos recursos.
Estrutura das relações e Institucionalização	A forma de relação entre os atores. Está relacionada ao tamanho da rede, limites, estrutura das conexões, intensidade ou forma da relação, densidade, simetria, tipo de coordenação, centralidade, delegação e natureza das relações. Características estruturais e estabilidade desta. As redes fechadas são mais institucionalizadas que as abertas.
Distribuição do poder	A partir da distribuição dos recursos e das necessidades dos atores e pelas estruturas organizacionais presente na rede.
Estratégia dos atores	As estratégias de cada ator definidas em função das estratégias dos outros atores da rede. Acesso, vantagens, dependência.
Integração política	Frequência, continuidade e consenso. Relações de cooperação.
Recursos e distribuição interna dos recursos	Convenções e interações ou regras de jogo que regulamentam as trocas, controle.
Inserção Internacional	Produção, contratos, viabilidade e disponibilidade de acesso a informação e apoio.

Fonte: MALAGOLLI, A. (2010).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Para tanto, cabe salientar, com base no quadro 5, que os recursos disponíveis pelos atores na rede determinam, em grande parte, a configuração ou o estabelecimento da rede política a partir da inserção internacional das empresas analisadas neste estudo.

Segundo Dal-Soto (2008), a internacionalização tem se apresentado de inúmeras formas e em variados setores. Em países considerados mais desenvolvidos, este processo tem mostrado evoluções quantitativas e qualitativas, por meio de um desenvolvimento mais acelerado, reflexo de uma maior participação nas exportações de produtos o que, em países em desenvolvimento, só começou a se tornar mais evidente a partir de meados da década de 1990.

Com a aceleração das relações econômicas, e outras, fruto de questões já apontadas aqui, muitas empresas têm procurado elementos que contribuam para o seu crescimento nas mais variadas esferas. Contudo, estas têm apostado na inserção internacional com base nas atividades voltadas à exportação, ainda que isto não ocorra de forma crescente. No cenário da

globalização, aponta Hymer (1979), esse tipo de controle das atividades no exterior é elemento importante para que as empresas possam apropriar-se dos lucros promovidos pelas vantagens que se tem sobre o local. Diante das crises mundiais mais recentes, o cenário das exportações brasileiras não se apresentou de forma favorável em sua homogeneidade, embora, segmentos como os da cadeia produtiva da madeira tenham superado as oscilações de câmbio, resultante da demanda mundial pelo produto, e se mantido em concorrência com produções de outros países.

Neste sentido, a inserção internacional, enquanto um processo da chamada “mundialização do capital”, termo colocado por Chesnais (1996), tem por um de seus fundamentos o processo que envolve economia e política. Verifica-se, assim, que a inserção internacional a partir das práticas de exportação não é determinada pelos seus atores (empresas), mas pelos recursos dos atores para com o mercado mundial, liderado por grandes empresas que possibilitam ou não a aceitação desta ou daquela empresa no processo. Isso demonstra a grande dificuldade de se inserir no cenário internacional.

Desta forma, Dal-Soto (2008, p.2) caracteriza a internacionalização de “forma ampla e abrangente, a internacionalização pode ser definida como um processo crescente e continuado de envolvimento das operações de uma empresa com países fora de sua base de origem”, o que não ocorre com a cadeia produtiva da madeira em Guarapuava.

As práticas de exportação, segundo Dal-Soto (2008), é um dos elementos de inserção internacional de empresas, cabendo considerar o meio mais comum para que determinadas empresas alcancem este patamar, como é o caso daquelas objeto de estudo do município de Guarapuava. As empresas iniciam seu processo de inserção internacional, a partir das exportações, na tentativa de alavancar sua produção e ganhar mercado possibilitando, ainda, maior reconhecimento junto às instâncias local e nacional de outras empresas. Seus principais mercados, embora não sejam regra, se aproximam geograficamente.

No caso específico da madeira, segundo Rodrigues *et al.*, (2004), a incorporação de novas tecnologias é indispensável para o incremento da produção de madeira no país. Associada a esta questão está a promoção de maior valor agregado ao produto que, desta forma, permite competir com empresas estrangeiras.

Ainda de acordo com Rodrigues *et al.*, (2004, p. 2):

As indústrias de madeiras serradas e beneficiadas para exportação caracterizam-se pela grande diversidade de produtos finais e processos de produção implementados. Estas empresas cada vez mais vêm ao longo do tempo mudando seu perfil, destacando-se pelo emprego de tecnologias

modernas, especializando-se em linhas de produtos, visando mercados mundiais.

Acrescenta-se, ainda, a dificuldade para as práticas de exportação no que tange à cadeia produtiva da madeira, os elementos mencionados acima. O problema ocorre de forma mais intensa pela dificuldade de certificação das empresas no quesito qualidade e, em especial, na questão de normas ambientais, uma vez que o mercado exige ações profícuas neste sentido. Para seguir este caminho é necessário, ainda, mudanças estruturais, cambiais e, de maneira geral, de instrumentos mercadológicos para que se efetive uma maior inserção internacional, notável especialmente no mercado da madeira que, no caso brasileiro, agrega valor pouco significativo ao produto final.

No sentido de entender esta dinâmica das empresas frente à inserção internacional é que cabe o estabelecimento de uma rede política da cadeia produtiva da madeira, neste caso de análise restrita ao município de Guarapuava (em algum momento chegando ao seu entorno – centro-sul do Paraná). Para tanto, retomamos das *dimensões* de análise já definidas e procuramos delimitar alguns *descritores* e *indicadores* para o estudo conforme Malagolli (2010) e expostos no quadro 6.

Como observado no quadro 6, de acordo com Malagolli (2010), é importante a definição de cada descritor e seus indicadores no sentido de contribuição para um maior esclarecimento da escolha e ligação destes. Para a análise da dimensão “atores”, os *descritores* vinculam-se aos tipos de interesses e tipos de recursos dos atores, sendo fatores políticos, financeiros, jurídicos ou tecnológicos.

Na dimensão “funções” o destaque está para os elementos relacionados à informação, seja para tomada de decisões ou troca de informações, bem como *descritores* de negociação e de mobilização de recursos. Na dimensão “estrutura das relações”, os *descritores* são os limites (podem ser abertos ou fechados), a afiliação (obrigatória ou voluntária), a relação (caótica ou ordenada) e a centralidade (está relacionada à atividade de um ator na rede e seus vínculos), sendo que a combinação destes determina a, “institucionalização da rede”, classificando-a como formal ou informal.

Na dimensão “distribuição do poder”, consideram-se os tipos de recursos de poder de cada ator, que podem ser constitucionais, políticos, financeiros, simbólicos organizacionais ou/e jurídicos. Na dimensão “integração política” há três *descritores*: frequência, continuidade e consenso.

Na dimensão “estratégias dos atores”, o *descriptor* está pautado no relacionamento dos atores com outros na rede, considerando assim os *indicadores* quanto, ao acesso dos

grupos a políticas públicas, as vantagens para grupos de interesses, a dependência do setor público e a vontade de criar estruturas estáveis com relação as incertezas na elaboração de políticas públicas.

Por fim, na dimensão “*inserção Internacional*”, os, contatos, parcerias, apoio e recursos, são os *descritores*, que possuem como *indicadores*: produção, destino, mercados, acesso a informações e recursos políticos, financeiros, tecnológicos, jurídicos.

Quadro 6 – Dimensões, Descritores e Indicadores para análise da rede política

DIMENSÕES	DESCRITORES	INDICADORES
Atores	Tipo de interesses	Político Financeiro Jurídico Tecnológico
	Tipos de recursos disponíveis	Político Financeiro Jurídico Tecnológico
Funções	Facilitar a tomada de decisão	Acesso à informação
	Consulta e troca de informação	
	Negociação e mobilização de recursos	Político Financeiro Jurídico Tecnológico
Estrutura das Relações e Institucionalização	Limites	Abertos ou fechados
	Afiliação	Voluntária ou obrigatória
	Relação	Caóticas ou ordenadas
	Centralidade	Grau Proximidade e Intermediação
Distribuição de Poder	Tipos de Recursos de Poder	Constitucionais Políticos Financeiros Tecnológicos Organizacionais
		Jurídicos Simbólicos
Integração Política	Frequência	Alta Média Baixa
	Continuidade	Avaliações e efeitos significativos e persistentes das interações dos atores na rede ou flutuação significativa?
	Consenso	Todos os participantes avaliam os resultados e o legitimam ou o conflito está sempre presente (embora alguns acordos existam)?
Distribuição Interna dos Recursos	Controle	Hierárquica, em que líderes podem transferir ou deliberar membros ou inclusive na capacidade para regular os membros?
Estratégias dos atores	Relacionamento do ator com outros atores da rede	Acesso dos grupos privados aos processos de políticas públicas Vantagens comparativas para certos grupos de interesses, com acesso privilegiado frente ao resto Dependência do Estado com respeito aos recursos dos grupos privados Vontade de criar estruturas estáveis que reduzam a incerteza do processo de elaboração de políticas públicas
Inserção Internacional	Tipos de Contatos e Parcerias	Produção Destinos Mercados Acesso a informação
	Tipos de Apoio	
	Tipos de Recursos	Políticos Financeiros Tecnológicos Jurídicos

Fonte: MALAGOLLI, A. (2010).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Para tanto, de acordo com os elementos já mencionados e a partir das dimensões de análise apresentadas, cabe a seguir traçar o perfil da rede política da cadeia produtiva da madeira.

3.3. Rede política da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava: contextos e sujeitos

Diante das discussões sobre a cadeia produtiva da madeira e o estabelecimento de uma rede política para o entendimento do setor, inquietações quanto aos conceitos que subsidiaram a temática tornaram-se constantes. Portanto, antes de estabelecer uma discussão para a rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, busca-se compreender o termo cadeia produtiva da madeira no contexto proposto.

O termo *cadeia*, já discutido anteriormente, denota grande imprecisão quanto a sua utilização porque cada tipo de cadeia envolve uma infinidade de segmentos e complexidades. No caso da cadeia produtiva da madeira, esta surge a partir da formulação de políticas voltadas ao setor de base da cadeia, que é o florestal. No mundo, o termo ganhou relevância na década de 1980, com nomenclatura inicial de “cadeias de produção”, que buscava relacionar um conjunto de atividades que iam desde os insumos básicos até o produto final, de forma semelhante como, atualmente, é entendida a cadeia produtiva. Segundo Selmany (1993), o termo *cadeia produtiva da madeira* ou, como também é conhecida, “cadeia agroindustrial da madeira”, refere-se a um conjunto de atividades econômicas que vão desde a colheita de sementes, mudas e viveiros à impressão de jornais e revista a partir da celulose de base da madeira.

Assim, o termo se torna muito mais abrangente do ponto de vista da incorporação de suas atividades relacionadas, mas que efetivamente nasce com o segmento florestal (florestas plantadas com pinus e eucalipto) (FONTES, 2005). Instituições como a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e o Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF) apresentam abordagens sobre as atividades madeireiras no complexo de cadeias e definem a *cadeia produtiva da madeira* como um:

[...] conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos desde a pré-produção até o consumo final de um bem ou serviço. A cadeia produtiva com base no setor florestal constitui uma atividade econômica complexa e diversificada de produtos e aplicações energéticas e industriais (SNIF, 2014; FIEP, 2014).

Desta forma, percebe-se que a utilização da expressão *cadeia* envolve, para o SNIF, um processo com etapas em torno de um objeto, neste caso a madeira, que vai da base florestal aos produtos finais.

Para a FIEP (2014) a *cadeia produtiva* compreende “um conjunto de operações e serviços ligados a uma atividade central.” O conceito, neste caso, está relacionado como um instrumento de “visão sistêmica”, uma vez que entende que a produção de bens pode ser observada a partir de sucessivas etapas. Ainda para a FIEP, essa definição de cadeia produtiva determina que nenhum dos atores atue de forma isolada, sendo que os elos são essenciais para o desenvolvimento de toda a cadeia.

Cabe salientar que a cadeia produtiva da madeira pode apresentar subdivisões, como a de energia, a de celulose e a mecanicamente processada (SELMANY, 1983).

Por isso, no município de Guarapuava, bem como em seu entorno, historicamente marcado pelas atividades voltadas à madeira, o termo considera-se definido por parte das empresas e instituições atuantes no setor. Portanto, ainda que não se apresente efetivamente uma cadeia de forma completa, pode-se dizer que, no caso de Guarapuava, a cadeia produtiva da madeira apresenta-se conduzida, com concentração de segmentos diversificados.

Nesse sentido, tanto as empresas relacionadas à madeira quanto às entidades de classe, bem como a prefeitura abordaram a questão da madeira, no município, enquanto cadeia produtiva. A prefeitura, quando da busca por informações sobre políticas públicas voltadas ao setor, indica a questão enquanto cadeia

Diante destas circunstâncias optou-se pela continuidade da utilização do termo, uma vez que este é utilizado em grande parte das instituições e mesmo nas bibliografias consultadas, como Ribas (2009), Oliveira (2008), Fontes (2005), Selmany (1983), e que abordam discussões sobre a madeira no município de Guarapuava.

Para Santos e Silveira (2001), entender o território implica em compreender seus movimentos nesta forma de espaço e, neste sentido, a abordagem a partir dos circuitos espaciais de produção ganha relevância. Para os autores, os circuitos são definidos a partir da circulação, tanto de bens como de produtos, com dinâmica dos fluxos a análise para o entendimento das ações no território.

É neste sentido que se observa que outros conceitos também são apropriados para tratar deste tipo específico de espaço de atividades madeireiras, a exemplo das colocações propostas pelos estudiosos dos “circuitos espaciais de produção” ou mesmo dos “círculos de cooperação” propostos por Santos e Silveira (2001).

Ainda para Santos e Silveira (2001), estas concepções partem da inteligência do capital, que determina divisões do trabalho, levando aos “círculos de cooperação”, uma vez que divide empresas e lugares a partir dos processos de produção. Estes modelos ainda permitem verificar os diferentes usos do território por parte dos atores, neste caso as empresas, ou seja, instituições determinando hierarquia aos lugares.

No sentido de definir esta forma de apreensão da realidade, Castillo e Frederico (2010, p. 464) afirmam que:

Os circuitos espaciais de produção pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente; os círculos de cooperação no espaço, por sua vez, tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção.

Percebe-se que os circuitos espaciais de produção envolvem a questão da circulação da matéria, os fluxos materiais de um determinado produto desde a produção até o seu consumo. Em contrapartida, os círculos de cooperação envolvem os fluxos não materiais, ou seja, a informação como garantia para ligar determinados lugares e atores, geograficamente nas mesmas etapas dispostas nos circuitos, da produção ao consumo.

Nesse sentido, cabe assegurar, segundo Santos e Silveira (2001), diante do entendimento dos circuitos espaciais de produção, que mesmo que eles se deem de forma desagregada, é possível compreender uma determinada organização do espaço em razão da importância das etapas da produção para os seus respectivos momentos históricos.

Para Silva (2013), é na análise do uso do território que se encontram os elementos que caracterizam os circuitos espaciais de produção, posto serem as ações realizadas no território que demonstram os usos deste e, portanto, podem ser visualizadas suas conexões, as quais são responsáveis por todo o processo. É então, neste sentido, que a rede, e em especial a rede política, podem contribuir para definir usos do território, interesses e recursos presentes nos atores desta rede.

No tratamento das questões políticas nas relações e na análise do uso do território a partir dos circuitos espaciais de produção, é que são consideradas as chamadas “estratégias empresariais”, pois elas politicamente também determinam as relações presentes no território, especialmente se tratando da competitividade.

Para Porter (1999), a questão sobre a estratégia empresarial, enquanto competitividade, está pautada em duas propostas: a primeira é considerada clássica e aponta para o entendimento de forças da concorrência que se apresentam em determinado setor de empresas que estabelecem as estratégias destas, estando preocupadas com liderança, enfoque e diferenciação; a segunda, mais recente e revista pelo próprio autor diante das mudanças globais, remete-se ao fato da empresa procurar sua unicidade frente aos concorrentes, no setor em que atua, para garantir melhor desempenho. Para o autor, a intenção é apropriar-se de uma posição que considera a empresa exclusiva, envolvendo várias ações. Em suma, a ideia é criar mecanismos de ações para tornar a empresa “única” frente a outras empresas, a partir da concorrência.

Nota-se, no caso das atividades madeireiras em Guarapuava, que determinadas empresas, e entre elas podemos incluir as participantes da pesquisa realizada para esta dissertação, se destacam justamente pelas ações de exportações, e assim, apresentam certas estratégias, conforme apontada por Porter (1999), buscam ser únicas no setor, uma vez que atuam em segmentos diferentes. Assim, fazem parte do setor de móveis, de painéis, celulose e outros, portanto, usam das chamadas estratégias empresarias, pois buscam na concorrência (mesmo setor) a exclusividade, atuando em segmentos específicos, com destinação de sua produção a mercados internacionais.

Dentro desta lógica é importante verificar, ainda, as relações que se estabelecem entre os atores/empresas e como elas atuam para determinar estas estratégias como, por exemplo, a rede, que pode possibilitar o entendimento das relações no território.

Na escolha dos atores foram levadas em consideração as empresas, entidades de classes e prefeitura que se inserem nas atividades relacionadas à madeira no município de Guarapuava. Com relação à escolha das empresas, optou-se pelas empresas que realizam práticas de exportação, proporcionando um recorte que possibilite a análise verticalizada, uma vez que o número de empresas que trabalham com a madeira, no município, é extenso para os propósitos de tema e tempo de realização da pesquisa.

Desta forma, o rol de empresas exportadoras de produtos relacionados à madeira, em Guarapuava, limitou-se a seis empresas que se apresentam cadastradas/associadas às entidades de classe representativas do setor sendo, assim, as eleitas para a aplicação do questionário.

Cabe ressaltar que a definição destas empresas está relacionada aos dados fornecidos pela FIEP, conforme disposto no quadro 8, quanto àquelas que possuem adesão à entidade e cadastramento, através dela, para a realização de exportações.

A opção pela utilização deste cadastramento, para a escolha das empresas, se deu em virtude de que o MDIC possui dados disponíveis em suas plataformas apenas de anos anteriores, o que poderia incorrer na ausência de empresas com práticas de exportação mais recentes. O quadro 7 demonstra as empresas exportadoras no município de Guarapuava, fornecidos pela FIEP.

Percebe-se, com base nos dados expostos no quadro 7, que quanto às empresas exportadoras, no município, no quadro FIEP, há aproximadamente 30 que realizam práticas de exportação constantes, ou seja, que destinam toda ou parte de sua produção ao mercado externo. Com relação às empresas voltadas a madeira, há 10 empresas com práticas de exportação. Desta forma, evidencia-se que um 1/3 das empresas exportadoras no município de Guarapuava (quadro 7) estão vinculadas ao setor da madeira, o que ascende o posicionamento do setor na esfera municipal.

Quadro 7 – Guarapuava: Empresas exportadoras cadastradas pela FIEP (2014).

EMPRESA	
01	Cooperativa Agraria Agroindustrial
02	Repinho Reflorestadora Madeiras E Compensados Ltda
03	Ibema Companhia Brasileira De Papel
04	Du Pont Do Brasil S A
05	Guaratu Industria E Comercio De Madeiras E Compensados
06	Santa Maria Cia De Papel E Celulose
07	L.F.R.Carli & Cia. Ltda.
08	Aoi-Yama Industria De Compensados Ltda
09	Madeiras Nile Ltda
10	Reviglio Thome & Cia Ltda
11	Gran Comp Insumos E Compensados Ltda – Me
12	Pietrobon & Cia. Ltda.
13	Celta Moveis Ltda
14	Kaefer Agro Industrial Ltda
15	Porterit Comercial - Eireli – Me
16	Cooperativa Agraria Agroindustrial
17	Metalurgica Frenobras Ltda – Epp
18	Indústria Mate Laranjeiras Ltda
19	Celplac Indústria E Comercio Ltda
20	Interportas Exportacao, Indústria E Comercio De Portas
21	Agrogen S/A – Agroindustrial
22	Spinner Indústria E Comercio Ltda
23	Lillian Ribeiro Bernardo – Me
24	Agricola Cantelli Ltda
25	Golden Tree Reflorestadora Ltda – Epp
26	Cooperativa De Reforma Agraria E Erva- Mate
27	Estilo Artefatos De Madeiras Ltda
28	Ireks Do Brasil S.A.
29	Alphacarbo Industrial Ltda
30	Le Souk Comercio De Acessorios E Decoracoes Ltda – Epp

Fonte: FIEP (2014)

Org.: SANTOS, P. (2014).

Cabe salientar, ainda, a importante contribuição referente aos dados apresentados pela FIEP quanto às empresas exportadoras de produtos relacionados à madeira, em Guarapuava, uma vez que o Sindusmadeira não os possui frente ao rol de suas empresas associadas. Nesse sentido, de acordo com Santos (2014), a nova diretoria tem buscado estruturar um novo cadastramento das empresas para angariar mais associados e fazer valer efetivamente das ações que competem à entidade enquanto representante do setor no município e região.

De acordo com o quadro 8, o número de empresas exportadoras de madeira torna-se ainda mais limitado— do que quando da realização dos primeiros contatos, nos quais se verificou que empresas que até então estavam no cadastramento da FIEP como empresas exportadoras, não mais constavam da lista da entidade. A explicação para este fato é a de que determinadas empresas destinam apenas uma pequena parte de sua produção para o mercado externo, e que em virtude de inúmeros fatores, especialmente o câmbio, deixaram de fazê-lo. De outro lado, também ocorre que outras empresas, ainda não cadastradas nas entidades de classe como exportadoras, se apresentam em fase inicial para o processo, mas seus nomes ainda não constam na lista com esta característica.

Quadro 8 – Empresas exportadoras de madeira em Guarapuava cadastradas pela FIEP (2014).

EMPRESA	
01	Repinho Reflorestadora Madeiras e Compensados Ltda
02	Guaratu Indústria E Comercio De Madeiras e Compensados
03	Santa Maria Cia De Papel e Celulose
04	L.F.R.Carli & Cia. Ltda.
05	Celta Moveis Ltda
06	Celplac Indústria e Comercio Ltda

Fonte: FIEP, (2014)

Org.: SANTOS, P. (2014).

Desta forma, com base nos critérios mencionados, foi possível estabelecer quais empresas exportadoras fariam parte da pesquisa, ou seja, deveriam ser visitadas e questionadas. Percebe-se que o universo da madeira no município de Guarapuava gira em torno de 471 empresas, sendo que, destas, apenas um número pequeno delas realiza prática de exportação. Portanto, a pesquisa se apoiou em dados cedidos pelas entidades de classe, em especial à FIEP, para justificar a escolha das empresas exportadoras de produtos madeireiros no município.

Na tabela 24 apresenta-se algumas características das empresas madeireiras exportadoras de Guarapuava. Percebe-se que das 6 empresas pesquisadas, 4 delas são empresas de médio e grande porte, com anos de experiência no mercado, portanto contribui para explicar a inserção delas no mercado externo. Em contrapartida, a empresa mais recente com relação a sua instalação no município, embora de pequeno porte, se insere na lógica internacional apoiada pela entidade de classe FIEP, da qual o presidente da empresa é o coordenador atualmente.

Tabela 24 – Caraterísticas das empresas madeireiras exportadoras de Guarapuava – PR (2014).

Empresa	Data de criação	Porte da empresa
Carliplac	1987	Pequena
Celta Móveis	2010	Pequena
Celplac	1980	Média
Guaratu	1999	Média
Repinho	1990	Grande
Santa Maria	1962	Grande

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), (2014).

Org.: SANTOS, P. (2014).

Os critérios para utilização deste modelo de seleção dos atores estão baseados em trabalho realizado por Malagolli (2010), e também a partir de dois itens: empresas que utilizam a matéria-prima madeira como produto, e neste caso especial na pesquisa, que realize a atividade de exportação para a discussão da inserção internacional destas; entidades de classe que de alguma forma oferecem suporte para a atividade madeireira no município e a prefeitura, conforme expresso no quadro 9.

Quadro 9 – Atores visitados com aplicação de questionário para a composição da rede política da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava – PR (2014).

	Empresas
01	Celplac Indústria e Comercio Ltda
02	Celta Moveis Ltda
03	Santa Maria Cia de papel e celulose
04	Repinho Reflorestadora Madeiras e compensados Ltda
05	Guaratu Indústria e Comercio de Madeiras e Compensados
06	L.F.R.Carli & Cia. Ltda.
	Entidades de Classe
01	ACIG – Associação Comercial e Industrial de Guarapuava
02	FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Guarapuava e SISTEMA S – SESI, SENAI e IEL
03	SINDUSMADEIRA – Sindicato das Indústrias madeireiras de Guarapuava.
	Prefeitura
01	Prefeitura Municipal de Guarapuava/Secretária da Indústria e Comércio

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), (2014) – Sindicato das Indústrias madeireiras de Guarapuava (SINDUSMADEIRA), (2014).

Org: SANTOS, P. (2014).

Segundo Malagolli (2010), ao se considerar a questão política em rede, onde os atores são coletivos, levando em conta suas representações de interesses e outros recursos de poder, estes influenciam as ações dos atores que, de certa forma, facilitam ou dificultam as relações econômicas. No caso da cadeia produtiva da madeira observam-se os interesses específicos dos atores em rede, são de ordem econômica determinando os de ordem política.

No cenário da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, há muitos outros nós, representados por outros atores, como as empresas de pequeno porte. Porém, possuem relações de menor intensidade e, como o objetivo aqui fundamenta-se na inserção internacional, a partir das empresas exportadoras (neste caso as de médio e grande portes), estas ficaram fora da análise.

Para a realização de interesses comuns percebe-se uma relação de parcerias, mesmo que fragilizada, voltada às entidades de classe, proporcionando uma articulação de caráter político. Neste sentido, identifica-se uma rede que se estabelece, além da esfera municipal, uma vez que o polo madeireiro é de relevância regional, bem como a atuação das entidades

de classe do setor.

A rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, para análise no presente trabalho, possui 10 atores, sendo seus nós representados pelos contatos políticos entre os atores, marcados pelas relações formais apresentadas, tais como cargos exercidos nas entidades e outros, identificados quando da análise dos questionários aplicados⁸.

Para tanto, retoma-se cada uma das *dimensões* de análise já apresentadas (*atores, funções, estrutura das relações e institucionalização, distribuição de poder, integração política, recursos e distribuição interna dos recursos, estratégias de poder e, inserção internacional*) e apresenta-se o perfil da rede política da cadeia produtiva da madeira a partir das respostas dos, conforme item a seguir.

3.3.1. Os atores e os recursos políticos e econômicos

Para a dimensão 1, “atores”, em relação aos dois descritores, *tipos de interesses e tipos de recursos*, e com base nos seus indicadores: *político, financeiro, jurídico e tecnológico*, as respostas analisadas nas questões 2 a 8 (empresários), 2 a 8 (entidades de classe) e 1 a 3 (prefeitura) obtiveram os seguintes resultados:

⁸ Questionário aplicado com o senhor Julio Cezar Pacheco Agner, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)/Guarapuava e proprietário da empresa Celta Móveis em 18/06/2014 às 13h e 30 min. na sede da FIEP.

Questionário aplicado com o senhor Sávio F. Denardi diretor de departamento da Secretária de Indústria e Comércio de Guarapuava, em 01/07/2014, às 14horas, na sede da prefeitura.

Questionário aplicado com o senhor Eloi Laercio Mamcasz, presidente da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG) em 09/07/2014, às 09 horas, na sede da ACIG.

Questionário aplicado com o senhor Joel dos Santos, secretário executivo do Sindumadeira em 11/07/2014 às 09 horas, na sede do Sindumadeira.

Questionário aplicado com o senhor Vilmar Dominguez da Luz responsável jurídico da empresa Santa Maria em 19/11/2014 às 13h e 30 min, em seu escritório de advocacia.

Questionário aplicado com a senhora Regina Harmatiuka, gerente da empresa Carliplac em 19/08/2014 às 09horas, na sede da empresa Carliplac.

Questionário aplicado com os senhores Fabricio Ishimoto e Rodrigo Campos gerentes da empresa Repinho em 11/07/2014 às 09 horas, na sede da empresa Repinho.

Questionário aplicado com o senhor Crodoaldo Barbosa gerente da empresa Guaratu em 11/07/2014 às 14 horas, na sede da empresa Guaratu.

Questionário aplicado com o senhor Célio Teixeira Cunha proprietário da empresa Celplac em 10/06/2014 às 10h e 30 min, na sede da empresa Celplac.

Os empresários, quanto às questões 2 e 3, que trata de avaliar a sua atuação na cadeia produtiva da madeira, 83% deles considerou que esta é boa e para 17% é considerada ótima. Ainda dos 83% que consideram boa, para 50% deles, esta boa qualificação da avaliação está relacionada à recursos tecnológicos; já para 33% à recursos financeiros e para 17% políticos. Com relação à questão 8: “Se pudesse escolher aumentar um tipo de recurso para a sua empresa, certamente escolheria os recursos”, para 100% dos empresários o recurso escolhido foi o tecnológico, uma vez que o mercado internacional para o qual destinam grande parte, senão toda sua produção, tornou-se cada vez mais exigente, especialmente se tratando da qualidade dos produtos.

Em relação à questão 4, que versa sobre o principal diferencial competitivo das empresas: 50% afirmaram que está relacionado à imagem e a credibilidade; 33% a diferenciação (qualidade/ inovação) e; 17% o diferencial da empresa está no preço dos produtos.

A busca por recursos tecnológicos também se mostra como de grande interesse por parte das empresas, posto todos os empresários questionados afirmarem que a tecnologia se reflete na imagem e na credibilidade das mesmas, pois permite maior qualidade de produção e condições, de atingir o mercado internacional que se apresenta mais competitivo e exigente.

Os empresários indicaram, ainda, que este diferencial competitivo em relação aos benefícios e investimentos de capital, com base nas questões 5, 6 e 7, não apresentam nenhum tipo de benefício para a empresa que está relacionada à madeira ou em outra atividade (83% dos empresários). Para 67% dos empresários, ainda, o aporte de capital na empresa, nos últimos três anos, é considerado baixo e; para 33% é considerado inexistente.

A percepção quanto à importância dos recursos tecnológicos é justificada pelo acesso as informações, que ocorre de forma amistosa entre as empresas, especialmente tratando-se das médias e grandes, pois estas apresentam mercados consolidados e não dependem de forma significativa da madeira disponível no mercado, pois produzem para sua demanda. Afirmaram, ainda, conhecer as empresas do município de Guarapuava (e até da região) pelo acesso amigável entre seus membros, sendo que 83% demonstram que, por exemplo, ter acesso às informações relativas a esta atividade, com os seus colegas empresários, é relativamente fácil e constante (questão 8).

As entidades de classe, por sua vez, em relação às questões 2 e 3, que tratam da atuação das entidades na cadeia produtiva da madeira consideraram sua atuação como boa, correspondendo a 67% e; 33% apontou como ruim, sendo que para todas elas os recursos políticos são os principais responsáveis pela atuação da entidade. Em contrapartida, tanto para

as entidades de classe como para a prefeitura, o recurso necessário e indispensável ainda é o político.

A ausência de recursos políticos ainda pode ser entendida como reflexo das respostas apresentadas nas questões 4, 5 e 6 que abordam sobre a associação das empresas às entidades de classe do setor. Quando questionadas sobre o número de associados, 67% das entidades dispõem de até 25% das empresas relacionadas à madeira como associadas, sendo o Sindusmadeira o mais representativo do setor, com 40 associados.

Em relação à atuação em reuniões agendadas pelas entidades, 67% das entidades consideraram que a participação dos empresários é pequena, em torno de 25%. A partir deste dado de baixa participação nas reuniões, às informações são adquiridas pelos empresários de maneira informal, a exemplo de visitas das entidades às empresas, mídia, enfim, pela busca posterior das discussões nas entidades de classe e não necessariamente nas reuniões (questão 7).

Quando questionados sobre a influência das decisões tomadas pela entidade e o impacto para as empresas associadas (questão 8), 67% das entidades, entende ainda que, a influência é muito forte ou forte, mesmo que, para às entidades, o recurso político seja o que mais as empresas necessitam para se desenvolver/consolidar na cadeia.

Vale destacar que a presença de empresários nas entidades de classe contribui no sentido de facilitar a comunicação e propor tomada de decisões de forma mais coerente, permitindo maiores vínculos entre os atores e, portanto, a formação da rede política (MALAGOLLI, 2010).

A **prefeitura** compreende que, quanto às questões 1, 2 e 3, que tratam dos indicadores vinculados aos recursos, bem como sua atuação, é considerada fraca e os recursos relacionados mais utilizados são os políticos e os financeiros e tecnológicos. Corrobora, ainda, na questão 3, a identificação quanto aos recursos que as empresas mais necessitam para se desenvolver na cadeia, sendo os recursos financeiros e tecnológicos.

3.3.2. As funções dos atores na rede: o acesso à informação e às decisões

Para a dimensão 2, “*funções*”, em relação aos três descritores, *facilidade na tomada de decisões, consulta e troca de informação, negociação e mobilização de recursos*, e com base nos seus indicadores: *acesso a informação* e os recursos: *político, financeiro, jurídico e*

tecnológico, as respostas analisadas nas questões 8 a 13 (empresários), 8 a 12 (entidades de classe) e 4 a 8 (prefeitura) obtiveram os seguintes resultados:

Os **empresários**, quanto à questão 8, classificaram o acesso à informação em suas empresas em relação aos seguintes itens: a) inovações tecnológicas no mercado mundial; b) inovações tecnológicas em empresas concorrentes; e, c) mudanças na preferência do consumidor, como boa (87% dos empresários) e 17% apontou como ótima. Para os itens: d) tendências do consumo; e) debates e decisões das entidades de classe e sindicato, 50% considerou bom o acesso, 33% ótimo e, somente 17% afirmou como sendo ruim. Em contrapartida, com relação aos itens: f) atividade política local e g) legislação local e específica do mercado madeireiro, 50% dos empresários considerou boa, e 50% considerou como ruim.

Neste sentido, em uma rede política, de acordo com Malagolli (2010), a comunicação e o acúmulo de informações entre os atores é o que facilita que as ligações se apresentem como duradouras, sendo um facilitador para as decisões e confiança entre eles. Para tanto o “acesso a informação rápido e eficiente é a característica mais relevante na análise das funções da rede política [...]” (MALAGOLLI, 2010, p. 166), que facilita na tomada de decisões, bem como exprime o poder de determinado ator sobre outro.

O acesso à informação envolve, ainda, outro elemento, a cooperação entre as empresas. Portanto, de acordo com as questões 10, 11 e 12, que versam sobre a parceria ou outro tipo de relação com outra empresa do setor, a relação de cooperação entre os empresários ocorre na ordem de 50% de forma elevada ou alta, e 50% baixa.

Os empresários também indicaram, com base na questão 13, que esta cooperação envolve, para 50% deles, recursos financeiros, para 33% recursos políticos e para 17% recursos jurídicos.

A dinâmica da cooperação entre empresas justifica a pequena representatividade das entidades perante os empresários. Muitas entidades de classe ainda não conhecem o perfil dos empresários da madeira para atuação na cadeia e a busca pelo desenvolvimento do setor. Desta forma, a função das entidades de classe na promoção de ações de cooperação ocorre de forma limitada, necessitando estabelecer vínculos que permitam ir além da disponibilidade de informações para as empresas, ou seja, que ocorra de maneira profícua e contínua.

As entidades de classe, por sua vez, em relação à questão 19, que classifica o acesso à informação nas entidades quanto aos itens: a) inovações tecnológicas no mercado mundial, b) inovações tecnológicas em empresas, d) tendências de consumo, consideraram como bom para 100% das entidades. Com relação ao item mudanças na preferência do consumidor, 83%

classificou como boa e 17% como ruim. Para a atividade política local, 17% apontou como ótima e 83% como ruim. Com relação à legislação local e específica do mercado madeireiro, somente 17% definiu como boa, e 87% apontou como péssima.

A escassa cooperação entre as empresas ainda pode ser percebida como reflexo nas questões 10 e 11, que tratam deste item. Quando questionadas sobre “Há algum tipo de cooperação entre as empresas acordada pela entidade em alguma proposta?”, 83% considerou a cooperação baixa e 17% de forma elevada. Neste sentido, a cooperação ainda envolve, para todas as entidades, os recursos políticos (100% das entidades).

Em relação à questão 12, que versa sobre as vantagens das empresas de estarem localizadas em uma região tipicamente madeireira, 83% das entidades considerou alta, e somente 17% declarou como baixa. Este cenário, marcado de ações isoladas, não contribui, em especial para o Sindusmadeira, no sentido de adesão de um número maior de empresas madeireiras às entidades de classe que as deveriam representar, pois não recebem ajuda/vantagens em diversos aspectos. Essa questão foi detectada junto às entidades de classe que indicam um cenário, na cadeia da madeira, que anseia por mudanças de caráter cultural, tanto na questão da adesão das empresas às entidades de classe como da rara cooperação entre as empresas que poderia ser mediada pelas entidades representantes do setor. Isso reforça que os recursos, especialmente os políticos, são menores para as entidades de classe.

Para a **prefeitura**, com relação à questão 4 que trata do acesso à informação (na prefeitura) quanto aos itens: interesses dos empresários do setor, distinção dos interesses das empresas de acordo com o porte, debates e decisões conjuntas com as entidades de classe/sindicatos, o acesso foi considerado bom; em contrapartida, para os itens: oportunidade de ações unilaterais por parte da prefeitura para atender necessidades dos empresários do setor e, legislação local e específica do mercado madeireiro, a prefeitura considerou ruim. Com relação às questões 5 e 6 que abordam sobre as vantagens da cadeia produtiva no município, o diretor apontou como elevada, sendo tais vantagens predominantemente de recursos financeiros.

Para a prefeitura, há uma alta cooperação entre as empresas do setor madeireiro. Entretanto, esta reconhece que os incentivos e políticas voltadas à cadeia da madeira ainda não comportam o necessário, salvo pelas propostas recentes de inventário florestal e criação de uma cooperação para a base florestal, mencionadas nas questões 7 e 8.

3.3.3. Estrutura das relações e institucionalização da rede política

Para a dimensão 3, “Estrutura das relações e institucionalização da rede”, em relação aos cinco descritores, *limites, afiliação, relação, centralidade; caráter formal e informal da estrutura*, e com base nos seus indicadores: *abertos ou fechados; voluntária ou obrigatória; caóticas ou ordenadas; grau de proximidade e intermediação*, as respostas analisadas nas questões 14 a 23 (empresários), 13 a 22 (entidades de classe) e 10 a 17 (prefeitura) obtiveram os seguintes resultados:

Os **empresários**, com relação às questões 14 e 15, classificaram o contato com outras empresas relacionadas à madeira, externas ao município de Guarapuava (Palmas, Turvo, Quedas dos Iguaçu, União da Vitória e Arapongas), como baixa (50% deles), 37% como alta e 17% como elevada. Portanto, determina que os limites possam ser considerados abertos, ainda que seja possível identificar os nós, ligações e posições dos atores, bem como seus fluxos, com certa precisão, os limites não se mostram exatos, sendo até certo ponto flexíveis.

Com relação às questões 16 e 17, que tratam da afiliação e sua importância, 100% dos empresários são afiliados as entidades de classe representantes do setor, sendo que, para apenas 17% deles, não faz diferença ser ou não afiliado de uma entidade de classe. Ainda que o número seja pequeno, ocorre uma representatividade muito mais significativa para os associados do que para os não associados, o que demonstra confiança dos atores e, conseqüentemente, recursos políticos envolvidos entre os atores centrais da rede política.

Outro elemento que contribui para entender a estrutura das relações é a centralidade. Os empresários apontaram, com base nas questões 18 a 23 que tratam dos fluxos de informações e dos vínculos, que, 50% mantém vínculos constantes com 2 a 4 empresas da cadeia, 33% com mais de 8 empresas e 17% com 5 a 8 empresas da cadeia, sendo que para 83% dos empresários os resultados dos vínculos podem ser apresentados como bons.

Com relação à questão 20 “a empresa recebe informações provenientes destas empresas com que intensidade”, para 50% dos empresários o fato é de condição baixa, 33% alta e 17% como elevada. Já com relação a receber informações provenientes de entidades (questão 22), para 67% dos empresários a intensidade é alta, sendo que 33% apontou a como baixa. Em contrapartida, com relação à facilidade para obter esses vínculos com as entidades (questão 21), 83% afirmou que se apresenta alta e somente 17% caracterizou como baixa esta facilidade no contato.

Portanto, diante da facilidade na comunicação entre os empresários, quando questionados sobre a rivalidade entre as empresas, 66% considerou-a baixa, 17% alta e ainda 17% afirmou não existir rivalidade alguma entre os empresários (questão 23).

As **entidades de classe**, com relação às questões 13 e 14, apontaram que para 67% das entidades, o contato com empresas de fora de Guarapuava é considerado baixo, e para 33% o contato é alto. Quando há contato as empresas mais importantes, de acordo com as entidades, estão localizadas nos municípios de Turvo, Palmas e Virmond.

Com relação à questão 15: “Em sua opinião, o que aconteceria com uma empresa recém aberta que não desejasse manter contato com a entidade?” Para 67% dos presidentes e secretários das entidades essa reação seria indiferente e para 33% a empresa poderia apresentar dificuldades.

Nesse sentido, estes, consideram que facilitam o fluxo de informações (questão 16) de forma alta (100% das entidades), mantendo vínculos constantes com até 25% das empresas do setor (questão 17), o que pode ser considerado baixo diante de mais de 400 empresas madeireiras em Guarapuava.

Embora a representatividade e o recebimento de informações (questões 19 e 20) sejam considerados de forma baixa (100% das entidades), a entidade, na prática, sente os resultados destes vínculos (questão 18), como bons (para 100% das entidades). Com relação ao recebimento de informações, neste caso provenientes da prefeitura, 67% apontou não receber qualquer tipo de informação do órgão público local, e para 33% das entidades este recebimento é considerado baixo.

Para a FIEP, segundo Agner (2014)⁹, esta situação ocorre em razão da questão cultural, que precisa ser trabalhada para que ocorra uma ampliação no número de associados nas entidades de classe e apoio por parte da prefeitura. Com relação ao Sindusmadeira, diante da nova postura com as mudanças recentes na diretoria, há maior aceitação e afiliação das empresas, o que indica que o Sindusmadeira contribui para o crescimento das empresas. No caso da FIEP, o número de associados está relacionado ao apoio que recebem quanto à formação profissional e mesmo a apoio jurídico para exportações. Cabe salientar que a afiliação acontece de forma voluntária nas duas entidades.

Com relação à questão 20 que aborda sobre a facilidade no contato com as empresas, 67% dos presidentes e secretários das entidades consideraram baixa e 33% apontaram como alta. Em contrapartida, quanto à questão 21 sobre o recebimento de informações de outras

⁹ Questionário aplicado com o senhor Julio Cezar Pacheco Agner presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)/Guarapuava em 18/06/2014 às 13h e 30 min, na sede da FIEP.

entidades, 66% apontaram como alta e 33% como baixa, o que demonstra boa relação entre as entidades representantes do setor.

Com relação à rivalidade, assim como para os empresários, esta foi considerada pelas entidades de classe como baixa (67%), e 33% ainda afirmou como alta (questão 22).

A **prefeitura** compreendeu, com relação às questões 10, 11, 12 e 13, que o contato com outros atores ligados à cadeia produtiva da madeira ocorre de forma alta, assim como a facilidade no fluxo de informações. Reflexo dos bons vínculos que a prefeitura tem, com 26% a 50% das empresas do setor, o que se refere a quase 200 empresas madeireiras de Guarapuava, embora a prefeitura receba poucas informações provenientes das empresas que possuem vínculo (questão 14) diante da inexpressiva facilidade no contato com as empresas (questão 15).

Em contrapartida, com base na questão 16, quanto às informações provenientes das entidades de classe, estas são apresentadas como de intensidade alta pela prefeitura, o que reforça a relação que tem com os representantes do setor madeireiro.

No entanto, com relação à rivalidade (questão 17), para a prefeitura, esta é considerada alta entre as empresas, contrariamente ao que afirmaram as entidades e as próprias empresas questionadas.

Desta forma, a rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, não apresenta limites claros, o acesso não é restrito e a filiação não é obrigatória, o que direciona à pequena institucionalização da rede.

3.3.4. Distribuição do poder a partir dos grupos de atores: os recursos

Para a dimensão 4, “*distribuição do poder*”, em relação ao descritor, *tipos de recursos de poder*, com base nos seus indicadores: *constitucionais, políticos, financeiros, tecnológicos, organizacionais, jurídicos e simbólicos*, as respostas analisadas nas questões 24 a 31 (empresários), 23 a 29 (entidades de classe) e 18 a 26 (prefeitura) obtiveram os seguintes resultados:

Para os **empresários**, com base nas questões 24, 25, 26 e 27, que trata da pressão exercida e sofrida pelas empresas, 50% acredita que algumas empresas exerçam pressão sobre outras empresas de forma baixa, 33% afirmou ainda que a pressão é alta e 17% não considerou pressão alguma.

Para os que afirmaram apresentar pressão por parte das empresas, 67% considerou que essa pressão envolve recursos financeiros e 37% apontou que os recursos envolvidos são de ordem política.

Com relação às empresas mais influentes na cadeia, os empresários citaram (questão 26) empresas de médio e grande portes e de práticas de exportação de grande dimensão, como Santa Maria, Repinho e Guaratu. Para 50% dos atores a Repinho ocupa a maior posição, sendo que 20% considera a empresa Santa Maria entre as mais importantes do setor e, 10%, a empresa Guaratu, seguida ainda da empresa Araúna, para 10% dos atores. Os outros 10% não considerou nenhuma empresa de destaque.

Na questão 27 os empresários consideraram, ainda, que o contato com essas empresas mais influentes são, para 83%, alta. Isso se justifica pelo grande poder de decisão e formação de grupos de empresários que, associados às entidades de classe e de relações muito próximas com o poder local, representam a maior parte da dinâmica do cenário da madeira no município.

Em relação às questões 28 a 31, que versa sobre a pressão exercida pelas entidades de classe sobre as empresas, para 50% dos empresários esta é considerada baixa, 33% afirmaram ser alta e, ainda, 17% declarou não existir este tipo de pressão. Quando há pressão, 50% afirmaram que esta envolve recursos políticos, 33% recursos financeiros e somente 17% afirmou serem os recursos organizacionais. Estes elementos permitem afirmar que a dependência das empresas por mão de obra qualificada pelas entidades de classe, para 50% dos empresários é baixa, para 33% é alta ou elevada e para outros 17% ela não existe.

Entretanto, com relação à questão “que outro ator além das empresas e entidades exerce algum tipo de influência nas decisões das empresas”, 50% afirmaram nenhum e outros 50% apontaram que a FIEP é este outro ator.

As **entidades de classe**, por sua vez, em relação às questões 23 e 24, que tratam da pressão que algumas empresas exercem sobre outras empresas, 67% consideraram a pressão baixa e 33% afirmaram como alta. Para tanto, essa pressão para 67% das entidades envolve recursos financeiros e 33% indicaram os recursos políticos.

Nesse sentido, foram questionadas sobre as empresas mais influentes em Guarapuava e 67% afirmou ser a Santa Maria, e os outros 33% considerou a Repinho (questão 25). Importante salientar que nenhuma das duas empresas dispõe de cargos nas entidades de classe, que poderia justificar sua importância. Portanto, seus destaques se dão na ordem de outros elementos, como a prática de exportação.

Com relação às questões 36 e 37, que tratam da percepção das entidades quanto a pressão das próprias sobre as empresas, todas as entidades de classe consideraram baixa, sendo que os recursos envolvidos na baixa pressão das entidades se dão com 67% político e 33% simbólico.

Assim como as empresas, para 67% dos presidentes e secretários das entidades de classe, a dependência das empresas por mão de obra qualificada, por parte da formação oferecida pelas entidades, foi considerada baixa e, para 33%, considerada alta (questão 28).

Com relação à questão 29, que versa sobre outro ator mais influente nas decisões das empresas, para 67% dos presidentes e secretários é a prefeitura e, em contrapartida, para 33% nenhum dos outros atores se destaca.

Para a **prefeitura**, com relação às questões 18, 19 e 20 que tratam da pressão das empresas sobre outras empresas, esta foi considerada alta, sendo que os recursos disponíveis para a pressão são tanto de ordem política quanto financeira e tecnológica. Quando questionado sobre as empresas mais influentes, a prefeitura apontou duas delas, a Repinho e a Santa Maria, empresas também mencionadas pelas entidades de classe.

Com relação às questões 21 e 22 que abordam a pressão exercida pelas entidades, a prefeitura considerou que a pressão é baixa, assim como as próprias entidades de classe, sendo os recursos de ordem política e simbólica os mais consolidados para esta pressão. O mesmo cenário foi apresentado com relação à pressão exercida pela prefeitura, que é baixa, e somente os recursos simbólicos foram considerados como importantes (questões 23 e 24).

Para as questões 25 e 26, que tratam da dependência das empresas pela formação de mão de obra qualificada das entidades de classe, o diretor da prefeitura apontou como baixa, embora, para ela, a FIEP é considerada um dos atores que influencia, de alguma forma, as decisões das empresas do setor.

Define-se, assim, que a pressão é pequena por parte das entidades representantes do setor e da prefeitura, uma vez que estes não detêm recursos políticos suficientes para definir ações para as empresas.

Neste sentido, de acordo com Denardi (2014), estreitar os vínculos políticos para estabelecer relações de cooperação, as quais ainda não são perceptíveis por parte das entidades de classe e pela prefeitura, é aspecto premente. O que já se elencou, para esta questão, é que a prefeitura de Guarapuava pretende fomentar ações para promover contatos mais frequentes e produtivos entre responsáveis por pequenas, médias e grandes empresas.

3.3.5. As estratégias e ações dos atores na rede

Para a dimensão 5, “Estratégias dos atores”, em relação ao descritor, *relacionamento do ator com outros atores na rede*, com base nos indicadores, *acesso dos grupos aos processos de políticas públicas, vantagens para grupos de interesses, dependência do Estado com relação aos recursos e vontade de criar estruturas viáveis que reduzam incertezas no processo de elaboração de políticas públicas*, as respostas analisadas nas questões 32 a 34 (empresários), 30 a 32 (entidades de classe) e 27 e 28 (prefeitura) obtiveram os seguintes resultados:

Para os **empresários**, quanto às questões 32 e 33, sobre o provimento dos recursos financeiros das empresas, 100% afirmou que estes advêm de capital próprio, 83% considerou não apresentar problemas de contrato com fornecedores/clientes e 17% afirmou ter ocorrido provimento de recursos.

Com relação à questão 34, que versa sobre o que falta para que a cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, seja mais eficiente, 50% dos empresários afirmou a ausência de recursos tecnológicos, 33% de recursos políticos e 17% apontou como a ausência de recursos financeiros.

Observa-se, assim, uma clara dependência de recursos tecnológicos e financeiros por parte das empresas, e de recursos políticos que demonstrem a representação das entidades na defesa de interesses do setor.

As **entidades de classe**, quanto às questões 30 e 31, reconhecem que a interferência é considerada baixa (67% das entidades) para que as empresas possam ter acesso ao crédito para ampliação das atividades e, ainda 33% afirmou não haver interferência alguma. Para as entidades de classe, esta situação é resultado do baixo capital próprio das entidades de classe.

Com relação à questão 32, que discorre sobre “o que falta para que a cadeia produtiva da madeira da madeira se desenvolva”?, 67% das entidades apontaram os recursos políticos e 33% definiram a falta de recursos financeiros.

Em contrapartida, a **prefeitura** demonstrou que a falta de recursos é se estabelece tanto por questões políticas quanto tecnológicas, sendo que as medidas tomadas para suprir estes recursos são consideradas elevadas para a prefeitura (questão 27).

Quanto às medidas adotadas, conforme questão 28, a prefeitura busca ações para a criação de um inventário florestal que dará suporte para a base da cadeia e a criação de uma cooperativa que possibilite a inserção de pequenos produtores.

3.3.6. *Integração política na cadeia produtiva da madeira: os grupos de interesses*

Para a dimensão 6, “*Integração política*”, em relação aos três descritores, *frequência, continuidade e consenso*, com base nos seus indicadores: *alta, média e baixa; avaliações das interações dos atores, avaliação do resultado das ações*, as respostas analisadas nas questões 35 a 39 (empresários), 33 a 38 (entidades de classe) e 29 a 32 (prefeitura) obtiveram os seguintes resultados:

Para os **empresários**, com relação às questões 35 e 36 que abordam a formação de “grupos de interesse” entre empresas, 50% dos empresários considerou baixa, 33% considerou alta e 17% apontou como inexistente. Com relação aos que afirmaram ocorrer à formação de “grupos de interesse”, 100% deles mencionaram que estes grupos são “sempre os mesmos”.

Com relação à questão 37, “em caso de decisões polêmicas das entidades de classe, a aceitação passiva destas decisões pelas empresas costuma ser”: 50% dos empresários a aceitação passiva é baixa, 33% considerou alta e 17% apontou como elevada. Portanto, com relação ao consenso, mesmo com a aceitação das empresas por parte das decisões tomadas pelas entidades de classe, ainda predomina o interesse de grupos específicos entre os empresários nas ações propostas em cadeia. Como o Sindusmadeira não dispõe de um sistema de informações completo para apoio aos empresários, as ações ocorrem de forma isolada em algumas empresas, o que, de certa forma, prejudica as ações coletivas que poderiam contribuir para todos os atores da cadeia.

Estes elementos refletem nas questões 38 e 39, que versa sobre o apoio recebido das entidades de classe: 67% considera baixo e 33% alto e; sobre o apoio recebido da prefeitura, 50% considerou baixo, 33% inexistente e 17% alto.

As **entidades de classe**, por sua vez, com relação às questões 33 e 34 que versa sobre a formação dos “grupos de interesse”, demonstraram que 67% das entidades apontaram como baixa e 33% como alta. Quando há formação de grupos, para 100% deles são sempre os mesmos atores envolvidos.

Ao contrário dos empresários, quanto à aceitação passiva das decisões polêmicas das entidades de classes (questão 35), 67% das entidades consideraram alta e 33% entende de forma elevada. Esses elementos demonstram uma contradição do ponto de vista das entidades e dos empresários mencionados na pesquisa.

Quanto às questões 36 e 37 que se referem ao apoio recebido pelas entidades e pela prefeitura, para 67% das entidades o apoio é baixo e para 33% inexistente, o que demonstra

que poucos recursos políticos, e mesmo financeiros, por parte das entidades de classe, favorecem a baixa afiliação e a representatividade junto ao setor.

Demonstra-se, assim, que não há um conhecimento por parte das entidades de classe destas ações na cadeia, reforçando que as entidades ainda precisam de mais recursos políticos para que efetivamente se tornem representativas.

As entidades de classe ainda foram questionadas sobre “possuir algum cargo que seja ocupado por presidentes de empresas pertencentes à cadeia produtiva da madeira de Guarapuava ou de outro município”. As respostas foram que em duas delas (FIEP e Sindusmadeira) os presidentes são donos de empresas madeireiras (questão 38).

Para o a **prefeitura**, com relação às questões 29 e 30 que abordam a formação de “grupos de interesse”, a formação é alta e geralmente envolve as mesmas empresas.

Quanto às decisões polêmicas tomadas pela prefeitura (questão 31), estas foram consideradas pelo diretor da prefeitura como alta, assim como o apoio recebido prefeitura, nas esferas federal e estadual (questão 32).

Desta forma, ainda que os laços sejam considerados fracos por parte de algumas empresas, resultado da visão de que não são representadas pelas entidades ou porque nas decisões não se apresentam no grupo de liderança dos empresários, estes (os laços mais fracos) não devem ser desconsiderados.

3.3.7. Distribuição interna dos recursos políticos, econômicos e tecnológicos: o controle da rede

Para a dimensão 7, “*Distribuição interna dos recursos*”, em relação ao descritor, *controle*, com base no seu indicador: *hierarquia*, as respostas analisadas nas questões 40 a 43 (empresários), 39 a 42 (entidades de classe) e 33 a 35 (prefeitura) obtiveram os seguintes resultados:

Para os **empresários**, com relação às questões 40 e 41, que tratam das reuniões nas entidades de classe, 66% considerou alta a importância da participação, 17% considerou elevada e 17% apontou como baixa. Embora os empresários considerem importante, 67% apontou como baixa e, 33% como alta a efetiva participação nas reuniões.

Com relação à questão 42: “É comum em todo ambiente sócio-político-econômico, que os atores tentem fazer prevalecer seus interesses particulares. No caso da cadeia, os interesses particulares atrapalham o desenvolvimento?” As respostas dividiram-se em 66%

dos empresários que considerou que muitas vezes isso atrapalha o desenvolvimento, 17% que apontou como sempre atrapalha e 17% definiu como raramente atrapalha.

Para a questão 43, que considera a avaliação das ações dos atores da cadeia de forma geral, quanto ao item: “treinamento da mão de obra”, 66% apontaram como ruim, 17% como bom e 17% como péssimo; “prestação de serviço de apoio técnico”, 50% considerou como bom e 50% como ruim; “proposição de políticas públicas” e “provisão de infraestrutura às empresas”, 66% apontou como ruim, 17% como bom, e 17% como péssimo; “provisão de informações sobre tecnologia e mercado”, 83% definiu como ruim e 17% como péssimo; “defesa dos interesses do setor”, 50% apontou como bom, 17% como ruim e 33% como péssimo e; por fim, “a satisfação da sua empresa em relação à atuação dos outros atores”, 50% definiu como bom e 50% como ruim. Esses elementos determinam as incertezas das ações na cadeia.

Para as **entidades de classe**, com relação às questões 39 e 40, que abordam a importância das reuniões das entidades, 67% definiram como elevada e 33% apontaram como alta a importância das reuniões para os empresários. Mais otimistas que os empresários, os presidentes e secretários das entidades de classe consideraram, para 67% delas, como alta a participação, sendo que 33% ainda apontaram como elevada.

Com base na questão 41, que versa sobre se os interesses particulares atrapalham o desenvolvimento da cadeia, 67% consideraram que raramente e 33% afirmaram que sempre atrapalham.

Para tanto, foram questionados sobre as ações mais relevantes como contribuição ao desenvolvimento da cadeia a partir dos itens: “treinamento da mão de obra”, 67% avaliaram como bom e 33% como péssimo; “prestação de serviço e apoio técnico”, 67% como bom e 33% como ruim; “planejamento estratégico”, 100% considerou como ruim; “proposição de políticas públicas”, 67% avaliou como péssimo e 33% como ruim; “provisão de infraestrutura às empresas”, 67% definiu como péssimo e 33% como bom; “provisão de informações sobre tecnologia e mercado”, 67% como bom e 33% como péssimo; “defesa dos interesses do setor”, 67% como bom e 33% como péssimo (questão 42).

Mesmo que na rede não se apresente, formalmente, uma hierarquia entre as empresas, as relações manifestam determinadas ações que se apresentam aceitas por parte dos atores. Por exemplo, o Sindusmadeira e a relação com seus membros quanto à representação de interesses é considerável, embora seus recursos políticos sejam avaliados, pela entidade, como baixos.

Para a **prefeitura**, com relação à questão 33, que versa sobre a utilização plena dos recursos, esta considerou muito pouco, diante do que ainda é necessário avançar. Para a prefeitura, com base na questão 34, muitas vezes os interesses particulares atrapalham o desenvolvimento da cadeia.

Questionado ainda, quanto à avaliação das ações relevantes como contribuição ao desenvolvimento da cadeia, demonstrou como bom para os seguintes itens: “treinamento da mão de obra”, “prestação de serviço de apoio técnico”, “planejamento estratégico”, “proposição de políticas públicas”, “provisão de infraestrutura às empresas”, “provisão de informações sobre tecnologia e mercado”, “sensibilização do mercado quanto a importância da cooperação”, “defesa dos interesses do setor” e “satisfação em relação à atuação dos outros atores, de modo geral” (questão 35).

A prefeitura aponta que a mesma como não poderia deixar de ser, de muitos recursos políticos e jurídicos, ainda não permitem uma viabilização concreta de interesses para a cadeia da madeira no município de Guarapuava. As ações, segundo Denardi (2014), ainda são acanhadas para a importância que o setor madeireiro exerce no município. Segundo o representante, iniciativas que angariem recursos políticos para este ator, na cadeia, ainda caminham a passos lentos.

3.3.8. *Inserção Internacional*: o caso das empresas exportadoras de madeira em Guarapuava

Para a dimensão 8, “*Inserção Internacional*”, em relação aos descritores *contatos, parcerias, apoio e recursos*, com base nos seus indicadores: *produção, destino, mercados, acesso a informações e recursos políticos, financeiros, tecnológicos, jurídicos*, as respostas analisadas nas questões 44 a 51 (empresários), 43 e 44 (entidades de classe) e 36 e 37 (prefeitura) obtiveram os seguintes resultados:

Para os **empresários**, com relação às questões 44 a 46, 50% deles afirmou que os contratos e parcerias são constantes e ocorrem de forma elevada e 50% indicou que estes ocorrem de forma ainda tímida (baixa). O percentual equilibrado, de acordo com a análise, está relacionado ao porte da empresa, sendo que, para as grandes empresas, o percentual de exportação é de 100%, ou seja, toda a produção. Quanto aos principais destinos estão os mercados europeus e os Estados Unidos, reafirmando, mais uma vez, a dependência destes países pela madeira, uma vez que são grandes consumidores e pequenos produtores.

Com relação à questão 47, que trata dos mecanismos que impedem ou dificultam as empresas de realizarem a prática das exportações, 50% dos empresários mencionou as questões financeiras, especialmente o câmbio. Por outro lado, quanto à facilidade (questão 50), para a prática das exportações, 83% dos empresários afirmou ser os seus recursos financeiros e tecnológicos que permitiram realizar a atividade. Muitas empresas, em especial às de grande porte, como a Repinho e Guaratu, produzem desde sua fundação na década de 1990 para mercados externos e investem massivamente em tecnologia.

Com base nas questões 48, 49 e 51, que versam sobre as exportações terem facilitado a empresa no seu desenvolvimento, 100% delas considerou que sim, embora para 33% delas as atividades de exportação demoraram a acontecer. Para tanto, 83% dos empresários assinalaram não receber apoio das entidades de classe, prefeitura e mesmo outras empresas para que se inserissem no mercado externo.

Com relação às **entidades de classe**, as questões 43 e 44 procuraram demonstrar as contribuições e incentivos ofertados para os empresários. Neste sentido, 67% dos presidentes e secretários das entidades consideraram baixa e 33% inexistente as contribuições das entidades de classe para as empresas realizarem parcerias ou contratos. Com relação aos tipos de incentivos proporcionados para as empresas, seus representantes mencionaram as informações ou mesmo nenhum apoio.

A **prefeitura**, por sua vez, considerou de forma elevada a contribuição para as empresas se inserirem internacionalmente (questão 36 e 37). Para tanto informou que busca recentemente a elaboração efetiva de políticas públicas voltadas ao setor, como já mencionado, embora não apresente ações que determinem à inserção internacional de empresas de Guarapuava.

Nesse sentido, a percepção dos empresários frente às perspectivas de exportações, o panorama é de opiniões opostas. De um lado estão empresas que exportam, mas dentro de uma baixa relação de contrato e parcerias internacionais e, de outro, grandes empresas que destinam praticamente toda à sua produção/maior parte dela ao mercado internacional, já consolidada neste cenário.

Embora se perceba que o cenário de exportações apresenta-se promissor, a falta de apoio, especialmente por parte da prefeitura, tornou a atividade, mais recentemente, não tão promissora para os empresários, pois as iniciativas para investimentos tornaram-se escassas.

Ainda com relação ao apoio da prefeitura, Denardi (2014) aponta algumas iniciativas, principalmente no que se refere ao incentivo fiscal. Na esfera estadual indica projetos como o Programa Paraná Competitivo, que busca a descentralização industrial no estado, onde o

poder público local permite o diferimento no recolhimento de tributos para a instalação de empresas.

3.4. O cenário da madeira e a rede: o perfil dos atores a partir das *dimensões de análise*

A rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, apresenta particularidades que só se faz efetivamente descrita neste cenário. A partir das *dimensões de análise* apresentadas anteriormente, foi possível considerar algumas proposições.

Com relação à dimensão “atores”, pode-se evidenciar um cenário para a cadeia produtiva da madeira que é percebido pelos empresários e pelos presidentes e secretários das entidades de classe quanto a sua atuação de forma positiva, contrariamente quanto à percepção da prefeitura, que tem atuação tímida. À atuação está extremamente relacionada aos recursos que cada um dos atores dispõe na rede, o que para cada grupo se apresenta de maneira diferenciada, sendo para alguns o político, para outros o financeiro e/ou mesmo o tecnológico.

Nesse sentido, as ações na cadeia ocorrem de maneira muito particular, posto muitas empresas atuarem independentemente das ações das entidades de classe quando desejam efetivar um interesse específico. Assim, o que permite reforçar a existência da independência na rede são os recursos apresentados pelos atores. Para os empresários, os recursos tecnológicos são os que mais carecem de atenção, mas, em contrapartida, para as entidades de classe são os financeiros e, para a prefeitura, os recursos políticos são os indispensáveis. Portanto, para os empresários, ainda são os recursos financeiros que podem dar maior suporte para obter os recursos tecnológicos e, por consequência, rebater nos recursos políticos.

A importância quanto aos recursos tecnológicos é justificada pelo acesso à informações que, no caso das empresas, ocorre de forma amistosa, especialmente tratando-se das médias e grandes, uma vez que estas apresentam mercados consolidados e não dependem de forma significativa da madeira disponível no mercado.

Para as entidades, o acesso reflete ainda em outro elemento, a filiação que, neste caso, é considerada tanto pelas empresas quanto pelas entidades como baixa, resultado das relações entre as empresas que ocorre também de maneira informal, posto a participação nas reuniões ser insignificante.

Para a prefeitura resta ainda desenvolver maiores mecanismos voltados à provisão de políticas públicas destinadas ao setor para estimular a cadeia produtiva da madeira em

Guarapuava, o que consideravelmente aumentaria sua atuação e os recursos políticos solicitados por ela.

Com relação à dimensão “*funções*”, percebe-se que a comunicação e o acúmulo de informações são os principais elementos que facilitam as ligações e os vínculos e, portanto, determinam as decisões dos atores. Para tanto, o acesso às informações envolve outro elemento, a cooperação.

De modo geral, a cooperação apresentou-se de forma muito discreta e apreendida muito mais pela prefeitura do que pelas entidades de classe e empresários, que afirmaram buscar contatos diretos entre as empresas de maneira informal, ou seja, sem necessariamente ocorrer à intervenção das entidades de classe. Essa constatação é reflexo do pequeno número de associados das empresas e do apoio ofertados pelas entidades de classe aos empresários do setor, o que ilustra a ausência de integração política.

A dimensão “*estrutura das relações*”, ancorada em elementos relacionados ainda ao recebimento e facilidade de informações, a partir dos descritores: limites, filiação e centralidade, possibilitou a análise de que a rede da cadeia produtiva da madeira não apresenta limites claros, o acesso não é restrito e a filiação não é obrigatória, o que direciona a pequena institucionalização da rede.

Os descritores permitiram verificar que os limites da mesma extrapolam o município, uma vez que a cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, possui contatos com o seu entorno. A filiação, conforme já mencionado, trata-se mais de uma questão que se apresenta como cultural. E a centralidade, que é marcada pelo caminho percorrido nas relações, demonstra que estes não são expressivamente demarcados.

Este cenário ainda é representado pelos vínculos que, para os três grupos de atores, foi considerado bom, especialmente no sentido de recebimento de informações e facilidades na busca destas. Portanto, delineou-se que, os empresários e as entidades de classe recebem informações de outras empresas de forma irrisória, ainda que para as empresas e a prefeitura, a facilidade em recebê-las ocorra de forma elevada, mas o mesmo não ocorre com as entidades.

A dimensão “*distribuição de poder*” permitiu averiguar que o elemento chave nesta questão envolve a pressão exercida ou sofrida pelos atores na cadeia. Portanto, para os empresários e presidentes e secretários das entidades de classe a pressão exercida pelos atores da rede da madeira é considerada baixa e envolve, para os empresários, os recursos financeiros, e para as entidades de classe os recursos políticos. Para a prefeitura, único ator que considera alta a pressão por parte dos outros atores, os recursos são tanto políticos,

quanto financeiros e tecnológicos. Por isso, considera-se que a pressão exercida pela prefeitura sobre as entidades e empresas é baixa e, assim, envolve recursos de ordem muito mais simbólica.

Observando a dimensão “*estratégia dos atores*” pôde-se verificar que há uma clara dependência quanto aos recursos tecnológicos e financeiros, por parte das empresas, e de recursos políticos que demonstrem a interferência e a efetiva representação política das entidades na defesa de interesses do setor para o desenvolvimento da rede.

Com relação à dimensão “*integração política*” há a constatação de que a formação de grupos de poder, na cadeia produtiva da madeira, é baixa, e mesmo quando ocorre envolve sempre os mesmos atores, o que se justifica pelo baixo apoio recebido das entidades de classe e prefeitura, culminando na baixa aceitação passiva das entidades representantes do setor. Em contrapartida, a aceitação passiva das decisões para a cadeia por parte das entidades e prefeitura é alta. Esses elementos reafirmam o baixo poder representativo das respectivas instituições.

Para a dimensão “*inserção internacional*” pôde-se dimensionar a relação das empresas com as entidades de classe e mesmo prefeitura para a prática de exportação. Nesse sentido, fica evidente que as empresas exportadoras de madeira, no município, são aquelas de grande e médio portes, com a produção destinada quase que exclusivamente para o mercado externo, sendo que suas ações se dão de forma individual e não em cadeia para a realização desta prática. Salienta-se, também, que o apoio à inserção internacional é realizado de forma tímida pelas entidades representativas.

3.5. A análise da rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, e a inserção internacional

A rede política da cadeia produtiva da madeira (figura 5) é marcada a partir dos os vínculos políticos que se mostram presentes mesmo que ainda de forma modesta. Estes vínculos são representados pelos recursos políticos, financeiros e tecnológicos, em manifestações de diferentes intensidades, permitindo-nos afirmar que há um cenário de formação de uma rede política na cadeia produtiva da madeira em Guarapuava, ainda que não no sentido de suas ligações, mas de pontos e nós.

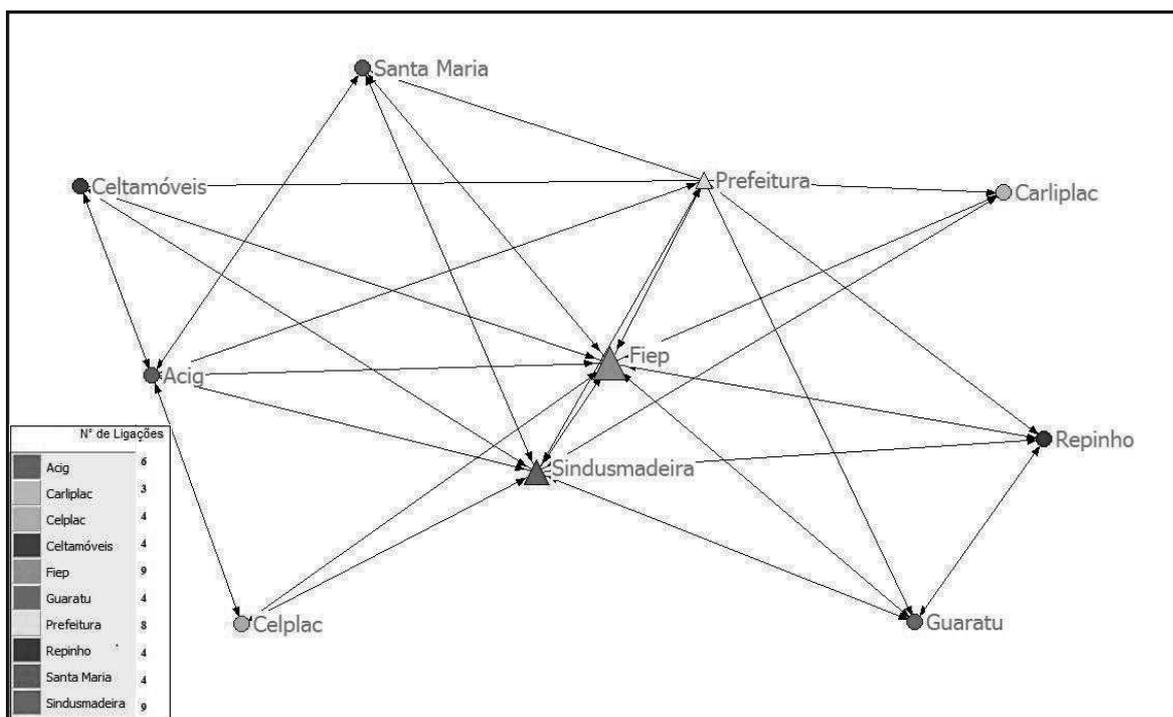


Figura 5: Atores da cadeia produtiva da madeira e suas relações em rede.

Org.: SANTOS, P. (2014).

A figura 5, assim, permite verificar que os atores mais centrais¹⁰ na rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, são o Sindusmadeira e a FIEP. As duas instituições tornam-se o centro tanto em relação ao número de ligações (9), que é maior nestes dois casos, quanto no papel que desempenham frente às outras empresas e ações com relação a madeira no município. Observa-se, ainda, que empresas de menor porte como Celplac e Carliplac representam as empresas menos inseridas na rede (4 e 3 ligações cada uma, respectivamente), no sentido de que o número de ligações com outras empresas é pouco expressivo, salvo com as entidades de classe.

Assim, percebe-se que a rede política da cadeia produtiva da madeira se faz muito mais do ponto de vista de seus nós e pontos do que pelas suas ligações, conforme pode ser verificado na figura 5. Neste sentido, como a cooperação, que é elemento chave na rede, se dá a partir da análise das relações entre os atores, no caso desta rede as relações entre empresas são ínfimas, salvo àquelas de empresas com as instituições que as representam no setor, o que demonstra precariedade da cooperação.

Assim, os atores da rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava são, em grande parte, as empresas, expressivamente as de médio e de grande portes, sendo as que

¹⁰ A contabilização de ligações é feita no programa UCINET 6.109, a partir do banco de dados que insere o número de relações de filiação e contato estabelecidos pelos atores.

exercem influência nas decisões das entidades, especialmente em razão dos recursos político-econômicos que dispõem.

O Sindusmadeira e a FIEP, por exemplo, apresentam o mesmo número de ligações (9), uma vez que estes atores mantêm vínculos com todos os outros atores por se tratar de entidades de classe que representam o setor e que possuem as respectivas empresas (Celtamóveis e Guaratu) entre seus associados.

Cada ator apresenta relações de poder, interesse, confiança e influência que permitem, assim, constituir uma estrutura para a rede. Com relação aos atores mais influentes evidencia-se (figura 5) que o Sindusmadeira é um dos atores mais influentes no processo de decisão, uma vez que representa, politicamente, as empresas junto a outras entidades de classe, como a FIEP. Esta lógica se dá porque o Sindusmadeira tem a função de representar as empresas do setor junto às instituições, nas suas instâncias municipal e estadual, bem como promover ações para o desenvolvimento do setor madeireiro.

O Sistema S (SESI, SESC e SENAI, além da FIEP e IEL) também é considerado um dos atores influentes na rede, o que se deve, pela função de apoio também na representatividade política das indústrias, embora não somente às voltadas ao ramo da madeira, além de atuar na disponibilidade de cursos para a qualificação profissional, bem como no apoio a recursos humano e social. Contribui, ainda, no apoio jurídico às empresas que desejam se inserir internacionalmente a partir de práticas de exportação. Nesse sentido, a FIEP desenvolve um papel de parceria com o Sindusmadeira.

Com relação à prefeitura municipal de Guarapuava, embora apresente em um expressivo número de ligações na rede, estas ligações são consideradas fracas em razão das diminutas ações voltadas ao setor madeireiro, o que torna mais periféricas as relações da prefeitura com o restante da rede, para além das entidades de classe. Desta forma, a FIEP torna-se, conjuntamente com o Sindusmadeira, os atores políticos mais significativos frente às ações da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava.

A Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG), outro ator da rede da cadeia produtiva, apresenta-se com poucos elos junto ao setor madeireiro e, por isso, têm pouca relevância na rede. A ACIG conta com apenas 5 associados que têm na madeira suas principais atividades, o que reforça a pequena representatividade do setor nesta entidade. Mesmo não atuando de forma incisiva com relação às empresas madeireiras, a ACIG considera que ações de desenvolvimento devem ser buscadas para com o setor, de acordo

com Mamcasz (2014)¹¹. Para ele é importante à criação/consolidação de políticas para o setor madeireiro, a exemplo da proposta de criação de núcleos setoriais do SEBRAE, no município, pois este programa possibilita que os setores sejam pensados internamente e com ações voltadas para as necessidades específicas de cada um deles.

Com relação às empresas de forma individual, a que possui o maior número de ligações é a Celta Móveis e a Guaratu, bem como são as que estão de forma mais intimamente ligadas aos atores centrais da rede, Sindusmadeira e FIEP. A empresa Celta Móveis é a empresa do coordenador regional da FIEP, no município de Guarapuava, e a Guaratu é de propriedade do presidente do Sindusmadeira, deixando claras as relações de poder que determinam a configuração do território e indicam controle, conforme apontado por Raffestin (1993).

Outras empresas como Repinho e Santa Maria também aparecem com relevância de recursos na rede, embora não apareçam como centrais na análise. Estas ações são reflexo da representatividade que estas empresas recebem do município, seja por suas tradicionais atividades, pelas estruturas físicas ou mesmo pelo número de empregos que geram. Estas informações demonstram que o poder não se dá somente a partir do viés político ou só por representação deste, mas também a partir do econômico.

Portanto, no caso da rede política, as ligações entre os atores diante da falta de cooperação e dos recursos políticos, elementos essenciais na análise da cadeia produtiva da madeira, não se apresentam com intensidade, pois envolvem outros elementos como os recursos tecnológicos e financeiros.

Por isso, as relações são identificadas como frágeis e de forma muito peculiar, uma vez que os recursos políticos são pouco mencionados e adquiridos, seja por parte das empresas ou por parte das entidades de classe e prefeitura. Assim, a rede política apresentada a partir das empresas exportadoras de madeira, é marcada por um conjunto de conexões de empresas de grande e médio portes, o que demonstra que a *dimensão de análise* “inserção internacional” é somente um dos elementos para definir a rede, pois não possibilita identificar um cenário de empresas com outras extensões na dinâmica da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava.

¹¹ Questionário aplicado com o senhor Eloi Laercio Mamcasz, presidente da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG) em 09/07/2014, às 09 horas, na sede da ACIG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões teórico-conceituais e do levantamento de dados expostos na pesquisa, é possível traçar algumas considerações e analisar a realidade da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava.

Em relação aos estudos/abordagens sobre o conceito de território, estes permitiram entender a dinâmica em que as atividades madeireiras se realizam e as suas possibilidades. Para tanto, foi necessário compreender o território no sentido de seu uso e de suas relações. Conforme as relações de poder reconfiguram o território, os interesses de seus atores também se transformam, ocasionando os conflitos, que levam ao estabelecimento de novas relações de poder.

No território das atividades madeireiras, a rede é uma forma de representação de seu uso que se materializa a partir das relações de poder. Portanto, é pela dinâmica estabelecida pelas empresas exportadoras de madeira, em forma de rede, que o território específico da madeira é construído. São relações de poder entorno de um elemento principal, a madeira. Pode-se afirmar, aliás, que neste caso, o da madeira, as relações apresentadas no território a partir da rede são essencialmente definidas pelas empresas exportadoras que detém poder sobre empresas menores e, por conseguinte, agem de maneira independente na cadeia. Por isso, a rede é o elemento principal para o entendimento das ações compartilhadas, ou não, pelas empresas.

Com relação à rede, a presente pesquisa procurou mostrar que há uma rede política da cadeia produtiva da madeira do ponto de vista de que não são as ligações entre os atores os elementos para considerá-la uma rede, mas sim os pontos e nós estabelecidos pelos seus atores. São as entidades de classe e o seu elo com as empresas madeireiras os pontos de análise para a discussão e apresentação da rede. Nesse sentido, é possível desenhar um cenário para a rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, a partir do aspecto de sua inserção internacional, apresentando as seguintes posições:

- A rede política, do ponto de suas ligações entre atores, acordada pelas relações de cooperação e envolvendo recursos essencialmente políticos, não se apresenta somente a partir das empresas exportadoras do produto, no município, mas envolve outros elementos como os recursos tecnológicos e financeiros para a expressão de suas ações. As relações neste caso, são apresentadas como frágeis e de forma muito peculiar, uma vez que os recursos políticos são pouco mencionados e adquiridos, seja por parte das empresas ou por parte das entidades de classe e prefeitura. Torna-se evidente, ainda, que a rede política apresentada a partir das empresas exportadoras de madeira é marcada por uma rede de empresas de grande e médio

portes, o que demonstra que a *dimensão de análise* “inserção internacional” é somente um dos elementos para definir a rede, pois não possibilita identificar um cenário de empresas com outras proporções na dinâmica da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava.

- A cadeia produtiva da madeira efetivamente não se faz completa no caso do município de Guarapuava, uma vez que suas atividades não compõem todos os segmentos do setor madeireiro, especialmente quanto à existência de empresas-suporte, como as fornecedoras de máquinas e equipamentos para os segmentos processadores de madeira.

- Quanto aos recursos dos atores na rede, cabe afirmar que o principal deles, para a atuação na cadeia, é o constituído pelos recursos tecnológicos e financeiros, sendo o recurso político o menos apontado pelos atores da rede. Isso reafirma a questão de independência das relações de poder no território da madeira. Entidades de classe e prefeitura ainda precisam se tornar mais presentes no sentido de promover ações em prol das atividades madeireiras no município.

- Para melhorar a cadeia, o recurso mais citado pelos atores continua sendo o tecnológico, demonstrando a relação do recurso financeiro para a aquisição de recursos tecnológicos, estando, portanto, intrinsecamente relacionados.

- Verificou-se, ainda, que não há rivalidade entre os atores da rede, bem como também não ocorre pressão (sofrida e exercida) de atores sobre outros, especialmente entre as empresas. No caso delas, a justificativa é que atuam de forma independente, reforçando uma cadeia até certo ponto estagnada, pois a competitividade é o elemento que determina as ações em rede para uma cadeia tornar-se cada vez mais expressiva.

- Com relação à pressão sofrida pelos atores, esta é considerada baixa, havendo, porém, uma pressão de outro porte, ou seja, financeira, para ascensão das empresas. Embora os empresários tenham apresentado, em suas respostas aos questionários, que se mostram positivos na sua atuação em cadeia, demonstra-se tratar de uma estratégia empresarial no sentido da concorrência no cenário internacional, expressos aqui pelas atividades de exportação.

- As estratégias dos atores e os elementos de uma integração política apontam, ainda, que há formação de grupos de interesses que determinam as ações na cadeia, reforçadas, especialmente, pelas empresas exportadoras que se apresentam como as condutoras das atividades madeireiras no município.

- A inserção internacional, considerada a partir das atividades vinculadas à exportação das empresas, ocorre através de um grupo de empresas de médio e grande portes que inserem,

por conta da consolidação de suas atividades madeireiras no município, que se faz há muito tempo.

Portanto, há uma concentração espacial das atividades madeireiras marcada pelas empresas exportadoras que determinam o uso do território e, quando convém, reafirmam o poder perante outras empresas menos expressivas, definindo as ações na cadeia com o apoio das entidades de classe e a prefeitura. Evidencia-se, assim, que o grupo de empresas pesquisado representa uma parcela da cadeia produtiva da madeira, embora seja a de maior significância para o setor madeireiro municipal.

Neste sentido, os pequenos produtores rurais que estão na base da cadeia (setor florestal), ainda que não dependam da matéria prima proveniente deste grupo, buscam alianças com o mesmo, embora não se apresentem inseridos integralmente nesta lógica.

Inquietações tomam forma quanto às possibilidades de estudos que remetam ao conjunto de atores/empresas que não estão pautadas somente no rol de empresas exportadoras de madeira em Guarapuava. As empresas, apresentadas pelas entidades de classe, em sua maioria, são empresas caracterizadas como de pequeno porte e não inseridas na lógica das atividades exportadoras, o que, portanto, pode apontar diferentes dinâmicas para a rede política da cadeia produtiva da madeira.

Outras questões se apresentam, no sentido de entender o poder público local quanto as suas ações para consolidar o setor madeireiro no município, tornando-o efetivamente uma cadeia produtiva ou, ao contrário, desmistificando posições e firmando-se em uma nova dinâmica das atividades madeireiras diante das demandas deste setor no município.

Assim, nos estudos geográficos, as discussões de território procuram avançar no sentido da espacialidade humana. Um entendimento sobre o território relacionando elementos de dimensões econômicas e sociais atreladas ao político para definições mais próximas da dinâmica do mundo atual, ou seja, onde se tece uma trama de relações que ao mesmo tempo se complementa e se abre ao conflito.

A rede política da cadeia produtiva da madeira, a partir da inserção internacional, é marcada pelo cenário de um território que se define por ações tímidas, embora de grande interesse para seus pares, ou seja, as empresas exportadoras que, em meio a relações que se desfazem facilmente, atuam de forma independente na rede.

REFERÊNCIAS

ABRAF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS. *Anuário estatístico da ABRAF 2006 - ano base 2005*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF-2006.pdf>> Acesso em 04 de Abr. de 2014.

ABRAF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS. *Anuário estatístico da ABRAF 2010 - ano base 2009*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF-2006.pdf>> Acesso em 04 de Abr. de 2014.

ABRAF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS. *Cultivos florestais 2013*. DF, 2014. Disponível em: <<http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF-2006.pdf>> Acesso em 05 de Abr. de 2014.

ANDRADE, M. C. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. p. 57-73.

BARRETO, M. I. Inserção internacional de governos: a formação da rede de cidades como atores emergentes no sistema internacional. *Revista Teoria e Debates*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 59, p.13-27, ago./set., 2004.

BASTOS *et al.*, Atuação das pequenas propriedades rurais no contexto da modernização agrária: alternativas em meio ao novo contexto econômico agrário. *Revista Caminhos da Geografia, Uberlândia*, v. 14, n.46, p.28-27, jul/2013.

BORZEL, T. A. “*What's So Special About Policy Networks?*”: An Exploration of the Concept and Its Usefulness in Studying European Governance, *European Integration online Papers (EIoP)*, Vol.1. 1998.

_____. Organizando Babel: rede de políticas públicas. In: DUARTE, Fábio e SOUZA, Queila (Orgs.). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p.217-256.

Borgatti, SP, Everett, MG e Freeman, LC 2002. *Ucinet para Windows: Software para Análise de Redes Sociais*. Harvard, MA: Analytic Technologies.

BRACHA, C. J. C. Análise da evolução do reflorestamento no Brasil. *Rev. Economia Agrícola*, São Paulo, v.55, n. 2, p. 5-24, Jul/Dez, 2008.

BRAVIN, N. J. R. *Arranjo espacial das indústrias de Guarapuava-PR: uma análise a partir dos distritos industriais*. 2011. 192p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Guarapuava, 2011.

BRITO, J. Cooperação Interindustrial e Redes de Empresas. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 2002. p.77-90.

BRITO, C. R de. *Contribuição ao estudo do poder local em Osasco. Um estudo geográfico-político*. 2009. 237p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTILLO, R; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza: Uberlândia*, n. 22, p.461-474, dez/2010.

CASTRO, I. E. de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2005.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Xamã Editora: São Paulo, 1996.

CONSULFOR - *Dados Setor Florestal no Brasil*– CONSULFOR - Janeiro 2009. Disponível em: <<http://www.consulfor.com>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

CRESPO, M. P. Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica. In: ANAIS – III ENCONTRO DE GEOGRAFIA. A geografia e suas vertentes: Reflexões. Instituto Federal Fluminense – RJ, 2010.

DAL-SOTO, F. O Processo de Internacionalização de Empresas Brasileiras do Setor de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos. In: WORKSHOP SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS - *I Mostra Científica dos docentes de Administração*. Universidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em: <<http://www.unicruz.edu.br/site/cursos/administracao/eventos.php>> Acesso em: 10 mai. 2014.

DAVIDOVICH, F. Poder local e município, algumas considerações. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro. v. 27, n.1, p.5-14, jan/mar. 1993.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná. E. de; GOMES, Paulo. C. da; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-67.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - *Como conhecer o mercado de trabalho em uma cadeia produtiva ou em um arranjo produtivo local* / DIEESE. – São Paulo: DIEESE, 2005. 56 p.

DOWLING, K.: "Model or metaphor? A critical review of the policy network approach". *Political Studies*, Oxford: Black Well Publishers, n. XLIII, p.136-158, 1995. In: PAULILLO, L. F. O. *Rede de Relações e Poder de Negociação: Uma Análise do Caso Citrícola Brasileiro*. *Gestão & Produção*, v.8, n.3, dez. 2001. p. 250-270

DRESCH, A. R. *Modelo para planejamento da produção de madeira para secagem de grãos: região de Guarapuava - Paraná*. 2012. 100f. Universidade Federal do Paraná: UFPR. Curitiba, 2012.

DUCHACEK, I. D. *Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations*. Nova York: Oxford University Press, 1990.

ESTEVES, C. J. de O. *Ocupação do litoral paranaense*. In: SCORTEGAGNA, Adalberto, REZENDE, Cláudio J, TRICHES, Rita I. (orgs). *Paraná Espaço e Memória: Diversos olhares históricos-geográficos*. Curitiba: Bagozzi, 2005, p.56-81.

FAO - *Florest Statistics/2010*. Disponível em: <<http://www.faostat.fao.org>> Acesso em: 3 abr. 2014.

FIEP - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. *Publicações 2013-2014*. Disponível em: <<http://www.fiep.org.br>> Acesso em: 5 out. 2014.

_____. *Indústrias no Paraná*, 2011. Disponível em: <<http://www.fiep.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.

FISCHER, T. Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 105-113, out./dez., 1992.

FONTES, A. A. *A cadeia produtiva da madeira para energia*. Tese (Doutorado em Ciência Florestal). 148 f. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1979.

GALVÃO *et al.*, O território e a territorialidade: Contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, M. A. e SOUZA, E. B.C. de (orgs). *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.33-46.

GONÇALVES *et al.*, *Panorama do setor florestal paranaense*. SEAB. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. DEAGRO. Divisão de Cultivos Florestais. Curitiba, Abril de 2011, 17p.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade”*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: _____. *Território, Territórios*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, 2002, p.17-38.

HYMER, S. H. (1979). *The multinational corporation and the international division of labour*. In R. B. Cohen, N. Felton, M. Nkosi, & J. Van Liere (Eds.), *The multinational enterprise: A radical approach*. Papers by Stephen Herbert Hymer. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Guarapuava – Área territorial 2011*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria>> Acesso em: 10 abr. 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa industrial mensal, produção física regional – 2013*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria>> Acesso em: 5 abr. 2014.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Dados de desmatamento na Amazônia. Disponível em: <<http://www.inpe.br>> Acesso em: 08 de Out. de 2014.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Paraná: economia e sociedade*. Curitiba: IPARDES, 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Ramos de atividades 2013*. Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br>> Acesso em: 10 de Mai. De 2014.

KARLING, S. *Viabilidade de Produção de Pinus em áreas ociosas nas propriedades rurais da região centro-sul Paranaense*. 2004. 130f. Dissertação (mestrado em engenharia florestal), setor de Ciências Agrárias da Universidade federal do Paraná UFPR, Curitiba, 2004.

LAZIER, H. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão, GRAFIT, 2003.

LINHARES, T. *Paraná Vivo*. 20 ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

MALAGOLLI, G. A. *Rede política no arranjo produtivo local calçadista de Jaú*. 2010. 250 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos: UFSCar. São Carlos – SP.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Cadeia produtiva da madeira*. Antonio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha (Coords.). Brasília, DF: IICA; MAPA/SPA (Agronegócios; v. 6). 2007. 84 p.

MARSH, D.; RHODES, R. A. W. *Policy Networks in British Government*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

MAZALLI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo: Unesp, 2000.

MDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Sistema Alice - web*. 2010. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

MDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Exportações 2013-2014*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET): Bases Estatísticas RAIS/CAGED*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://sgt.caged.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2010.

_____. *Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET): Bases Estatísticas RAIS/CAGED*. Brasília, 2002. Disponível em: <http://sgt.caged.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2014.

NUNES, E. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. *São Paulo em perspectiva*, v. 10, n. 3, p. 32-39, 1996.

NUNES, P. A. *et al.*, A participação do setor madeireiro na economia das microrregiões geográficas do Paraná – 2009. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)*, v.2, n°1, p.8-20, 2012.

OLIVEIRA, M. A de. O setor de base florestal paranaense e seus segmentos regionais especializados: 2000/2004. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n°115, p.47-78, jul/dez 2008.

PADILHA, V.W. *A capacidade Inovadora e as estratégias competitivas das empresas do setor madeireiro – um estudo da indústria de painéis de Guarapuava – PR*. 2009. 76f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Curitiba: IPARDES: 2006.

PAINEL FLORESTAL. Dados do setor florestal 2013. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/artigos/o-setor-florestal-e-o-crescimento-do-ib-em-2013>> Acesso em 05 de Mai. De 2014.

PAULILLO, L. F. *Redes de Poder e Territórios Produtivos*. São Carlos: Editora da UFSCAr, 2002.

PLEIN *et al.*, Território e territorialidade na perspectiva de Robert Sack. In: SAQUET, M. A. e SOUZA, E. B.C. de (orgs). *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.47-66.

POLZ, *et al.* Cadeia Produtiva do Processamento Mecânico da Madeira - segmento da madeira serrada no estado do Paraná. *Revista Floresta*, Curitiba n° 33, p.127-134, jul./dez. 2003.

PORTER, M. E. “*Competição: estratégias competitivas essenciais*”, Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, 1993.

RIBAS, A. J. F. *A Cadeia Produtiva da Madeira no município de Guarapuava*. 2009. 88p. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento econômico) UFPR – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

RODRIGUES, *et al.* *Tecnologia e exportação: o caso do polo exportador de madeiras serradas e beneficiadas da região de Ponta Grossa-PR*. In: XI SIMPEP, 2004. Bauru – SP. Disponível em: <<http://pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/ebook/2004/66.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2014.

SACK, R. *Human territoriality*. Cambridge: Cambridge University Press. (tradução e fichamento de Rogério Haesbaert), (1986).

SANTOS, A. J. dos; NOGUEIRA, A. S. Evolução da política Florestal Paranaense a partir da década de 90. *Revista Floresta*, Curitiba, PR, v. 37, n.3, p. 419-426, set/dez. 2007.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec. 1996.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Edusp, 1978.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTOS, P. dos. *Mapeamento das áreas remanescentes de vegetação nativa e expansão do reflorestamento no município de Guarapuava-PR*. 2009. 87f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia Bacharelado) Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2009.

SANTOS, M. A. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

SAQUET, M. A. SILVA, S. S. Milton Santos: Concepções de geografia, espaço e território. *Revista do Departamento de Geografia*. GeoUERJ. UERJ. Rio de Janeiro, nº 18, p.24-42, 2008.

SAQUET, M. A. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: _____ RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. *Cultivos florestais 2013*. Disponível: <<http://www.agricultura.pr.gov.br>> Acesso em: 20 de Jun. de 2014.

SELMANY, Y. *Analyse Des Flux Physique De Bois À L'interieur De La Filière-Bois*. Nancy. ENGREF. 1993. 200 p. Tese. Doutorado.

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro – *Plano Básico da Silvicultura Sustentável para as Regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro*. Definição das Cadeias Produtivas. Vol. 3. Rio de Janeiro; SEPLAG, 2011. 201p.

SETOR DE ALVARÁS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA (2014). ALVARÁS EMPRESAS. Dados disponibilizados pela instituição.

SINDUSMADEIRA - Sindicato das indústrias da madeira, Serrarias, Beneficiamentos, Carpintaria e Marcenaria, Tanoarias, Compensados e Laminados, Aglomerados e Embalagens de Guarapuava. 2009. *Empresas madeireiras*. Disponível em: <<http://www.sindusmadeira.com.br>> Acesso em: 3 abr. 2009.

SINDUSMADEIRA - Sindicato das indústrias da madeira, Serrarias, Beneficiamentos, Carpintaria e Marcenaria, Tanoarias, Compensados e Laminados, Aglomerados e Embalagens de Guarapuava. 2014. Dados disponibilizados pela entidade de classe.

SILVA, M. da. *Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná*. Guarapuava: UNICENTRO/Fundação Araucária, 2007.

SNIF - Sistema Nacional de Informações Florestais – 2014. *Dados florestais*. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/snif/producao-florestal/cadeia-produtiva>> Acesso em: 6 mar. 2014.

SILVA, D. C. da. O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da cana-de-açúcar: uma análise a partir de Alagoas. *Revista Campo-Território: revista de geografia agrária*. v.8, n. 16, p.70-96, ago/2013.

SILVA, J. M. P. da. Poder, Governo e Território na Sociedade Contemporânea. In: _____ *Série Estudos e Ensaios*. Flasco – Brasil. 2009, p. 1-14.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato & GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, C. *Constitutional engineering in Brazil: the politics of federalism and decentralization*. London: Macmillan, 1996.

SPOSITO, E. S. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo, 2004.

TUSSIE, D; PAGLIERI, B. *La política comercial en un contexto de federalismo: el caso de Argentina*. Buenos Aires: Cari/BID/Intal, 2004.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro ano XV, n.2, ago-dez, 2001 - ano XVI, n.1, p. 13-32, jan-jul 2001.

VIGEVANI, T; WANDERLEY, Luiz Eduardo; CINTRA, Rodrigo. Ação internacional das cidades no contexto da Globalização. *Cadernos Cedec* (PUC-SP), n° 80, 2006.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 10 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WAARDEN, V. F. *Dimensions and Types of Political Networks*. Netherlands: Kluwer Academic Publisher. *European Journal of Political Research*, v. 21, p. 29-52, 1992.

QUESTIONÁRIOS

SANTOS, J. A. dos. Guarapuava, SINDUSMADEIRA, 11 de Jun. de 2014. Questionário aplicado por Patrícia dos Santos.

CUNHA, C. T. Guarapuava, empresa Celplac, 10 de Jun. de 2014. Questionário aplicado por Patrícia dos Santos.

DENARDI, S. F. Guarapuava, Prefeitura Municipal de Guarapuava/Secretaria da Indústria e Comércio, 01 de Jul. de 2014. Questionário aplicado por Patrícia dos Santos.

AGNER, J. C. P. Guarapuava, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)/ empresa Celtamóveis, 18 de Jun. de 2014. Questionário aplicado por Patrícia dos Santos.

MAMCASZ, E. L. Guarapuava, Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG), 09 de Jul. de 2014. Questionário aplicado por Patrícia dos Santos.

ISHIMOTO, F. CAMPOS, R. Guarapuava, empresa Repinho, 11 de Jul. de 2014. Questionário aplicado por Patrícia dos Santos.

BARBOSA, C. Guarapuava, empresa Guaratu, 11 de Jul. de 2014. Questionário aplicado por Patrícia dos Santos.

APÊNDICE

APÊNDICE 1
Questionário Empresas



Programa de
Pós-Graduação
em Geografia

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO – OESTE
UNICENTRO**

Pesquisador: Patrícia dos Santos

EMPRESAS

I. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Número do questionário: _____

Data de preenchimento: ____/____/____

II. IDENTIFICAÇÃO DO ATOR

Nome: _____

Localização: _____

Contato: tel. _____

e-mail: _____

outro: _____

Nome do entrevistado: _____

Função: _____

1	Qual o porte da empresa de acordo com o número de funcionários?	Grande ()	Média ()	Pequena ()	Micro ()
III. ATORES					
2	Como o Sr.(a) avalia a atuação da empresa na Cadeia Produtiva da Madeira em Guarapuava?	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
3	A que fator principal o Sr.(a) atribui este	Políticos	Financ.	Jurídicos	Tecnológicos

	desempenho?	()	()	()	()
4	O principal diferencial competitivo da empresa é:	Imagem /credibil. ()	Preço competit. ()	Contratos ()	Diferenciação (qualid./inov.) ()
5	A empresa recebe algum tipo de benefício por estar neste tipo de cadeia e não em outro? E que tenha contribuído para a ampliação dos negocio da empresa?	BNDES ()	Bancos Privados ()	Financiac. do Gov. ()	Investidores ()
6	A empresa recebeu algum tipo de aporte de capital nos últimos 3 anos?	Elevado ()	Alto ()	Baixo ()	Inexistente ()
7	Houve um reinvestimento do lucro na empresa nos últimos 3 anos?	Elevado ()	Alto ()	Baixo ()	Inexistente ()
8	Se o Sr.(a) pudesse escolher aumentar um tipo de recurso para a sua empresa, certamente escolheria recursos:	Políticos ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
IV. FUNÇÕES					
9	Como o Sr.(a) classifica o acesso a informações na sua empresa em relação a:				
	a) Inovações tecnológicas no mercado mundial	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	b) Inovações tecnológicas em empresas concorrentes	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	c) Mudanças na preferência do consumidor	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	d) Tendências do consumo	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	e) Debates e decisões de entidades de classes como Associações/ Sindicatos e outras:	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	f) Atividade política local	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	g) Legislação local e específica do mercado madeirense	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()

10	A empresa possui parceria ou outro tipo de relação com outra empresa do mesmo setor? E de outro setor? ()SIM ()NÃO	Elevado ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
11	Com que frequência a sua empresa coopera?	Frequentemente ()		Ocasionalmente ()	
12	A relação de cooperação da empresa junto à cadeia produtiva frequentemente é:	Horizontal ()	Vertical ()	Ambos ()	
13	O contato com outras empresas para cooperação frequentemente envolve recursos:	Políticos ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
V. ESTRUTURA DAS RELAÇÕES					
14	A empresa mantém contato com outras empresas (concorrentes ou fornecedores) fora de Guarapuava?	Elevado ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
15	Em sua opinião, onde estão localizadas outras empresas importantes da cadeia produtiva da Madeira de Guarapuava fora do Município?	_____			
16	Sua empresa é associada ao Sindicato da Madeira?	SIM ()		NÃO ()	
17	Você considera importante a associação de empresas aos sindicatos e outras instituições? No caso de sim, por quê? _____	Essencial ()		Não faz diferença ()	

18	Neste sentido, o Sr.(a) considera que a sua empresa mantém vínculos constantes com quantas empresas da Cadeia?	2 – 4 ()	5 – 8 ()	8 – 10 ()	+ de 8 ()
19	Na prática, a sua empresa sente os resultados destes vínculos como:	Muito bons ()	Bons ()	Ruins ()	Péssimos ()
20	A empresa recebe informações provenientes destas empresas com que intensidade:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
21	Para manter contato com as Entidades de Classes (Associação/Sindicatos) o(a) Sr.(a) considera que a sua empresa tem facilidade	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
22	A empresa recebe informações provenientes destas entidades com que intensidade:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
23	A rivalidade entre as empresas na Cadeia é:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
VI. DISTRIBUIÇÃO DE PODER					
24	O Sr.(a) acredita que algumas empresas exerçam algum tipo de pressão sobre as outras empresas?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
25	Que tipo de pressão?	Política ()	Financ. ()	Tecnológ. ()	Jurídica ()
		Outra. Qual? _____			
26	Neste sentido, quais empresas o Sr.(a)	1. _____			

	considera ser mais influente?	2. _____ 3. _____ 4. _____ 5. _____			
27	Para manter contato constante com estas empresas mais influentes, o(a) Sr.(a) considera que a sua empresa tem facilidade	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
28	O Sr.(a) acredita que as entidades de classes exerçam algum tipo de pressão sobre as outras empresas?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
29	Que tipo de pressão?	Política ()	Financ. ()	Tecnológ. ()	Jurídica ()
		Simból. ()	Organiz. ()	Constituc. ()	Outra. Qual? ()
30	O Sr.(a) considera haver algum tipo de dependência, por parte das empresas, da formação de mão de obra qualificada pelas entidades de formação profissional da cidade?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
31	Além das outras empresas e das entidades, que outro ator exerce algum tipo de influência nas decisões das empresas?	Prefeitura ()	ACIG ()	FIEP ()	SINDUS MADEIRA ()
		Outra. Qual? _____			
VII. ESTRATÉGIA DOS ATORES (complementada por respostas de outras perguntas anteriores)					
32	De um modo geral, a maioria dos recursos financeiros provém de:	Capital próprio ()	Financ. ()	Emprést. ()	Outros. _____
33	A empresa já passou por problemas com contratos com fornecedores e/ou clientes:	Frequent.	Sim	Não	Nunca

		()	()	()	()
34	Na sua opinião, o que falta para que a Cadeia produtiva da Madeira em Guarapuava seja mais eficiente? a) Recursos:	Resp:			
		Políticos ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
		Simból. ()	Organiz. ()	Constituc. ()	Outra. Qual? ()
VIII. INTEGRAÇÃO POLÍTICA (complementada por respostas de outras perguntas anteriores)					
35	Na tentativa de alcançar um objetivo em comum, a formação de “grupos de interesses” entre empresas é considerada:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
36	Caso a resposta seja afirmativa, estes grupos de interesses costumam ser:	Sempre os mesmos ()	Difícil-mente mudam ()	Mudam constantemente ()	Não é possível identificar ()
37	Em caso de decisões polêmicas das entidades de classe, a aceitação passiva destas decisões pelas empresas costuma ser:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
38	O apoio recebido de entidades de classes é:	Elevado ()	Alto ()	Baixo ()	Inexistente ()
39	O apoio recebido do poder público é:	Elevado ()	Alto ()	Baixo ()	Inexistente ()

IX. RECURSOS E DISTRIBUIÇÃO INTERNA DOS RECURSOS**(complementada por respostas de outras perguntas anteriores)**

40	Na sua opinião, a importância das reuniões nas entidades de classes são:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
41	E a participação dos principais empresários nestas reuniões costuma ser:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
42	É comum em todo ambiente sócio-político-econômico, que os atores tentem fazer prevalecer seus interesses particulares. No caso da Cadeia, os interesses particulares atrapalham o desenvolvimento?	Sempre ()	Muitas vezes ()	Raramente ()	Nunca ()
43	As entidades de classe, o governo local, e as empresas do setor, são os principais atores da Cadeia Produtiva da Madeira. Avalie as	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo

	ações relevantes abaixo como contribuição:				
	i) Treinamento da Mão-de-obra	()	()	()	()
	j) Prestação de serviço de apoio técnico	()	()	()	()
	k) Proposição de políticas públicas	()	()	()	()
	l) Provisão de infraestrutura às empresas	()	()	()	()
	m) Provisão de informações sobre tecnologia e mercado	()	()	()	()
	n) Defesa dos interesses do setor	()	()	()	()
	o) A satisfação da sua empresa em relação à atuação dos outros atores, de modo geral:	()	()	()	()
X. INSERÇÃO INTERNACIONAL					
44	A empresa possui contratos e parcerias com outros países?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
45	Quais contratos?	_____			
46	A empresa realiza grande parte da sua produção para exportação? Percentual? _____	Sempre (toda a produção) ()	Frequentemente (parte dela) ()	Esporadicamente (pequena parte) ()	Quase nunca (uma parte, nem toda as vezes) ()
47	Existem mecanismos que burocraticamente impediram a empresa de exportar?	Políticos ()	Financeiros ()	Tecnológicos ()	Outro _____
48	Realizar as exportações ou outros tipos de contatos externos facilitou a empresa no seu desenvolvimento?	SIM ()	NÃO ()		
49	A inserção internacional a partir das exportações demorou a acontecer com a empresa?	SIM ()	NÃO ()		
50	O que facilitou a inserção? Recursos:	Políticos ()	Financeiros ()	Tecnológicos ()	Outro. _____ -
51	As entidades de classe ou governo público ou mesmo outras empresas contribuíram para as exportações ou contratos externos?	SIM	NÃO	Como? _____ _____	

APÊNDICE 2

Questionário Entidades de classe



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

Pesquisador: Patrícia dos Santos

ENTIDADES DE CLASSE

I. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Número do questionário: _____

Data de preenchimento: ____/____/____

II. IDENTIFICAÇÃO DO ATOR

Nome: _____

Localização: _____

Contato: tel. _____

e-mail: _____

outro: _____

Nome do entrevistado: _____

Função: _____

X. ATORES

X. ATORES	
1	Quais são as principais atividades da entidade? _____ _____

2	Como o Sr.(a) avalia a atuação da <u>(entidade)</u> na contribuição para o desenvolvimento da cadeia Produtiva da Madeira em Guarapuava?	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
3	A que fator principal o Sr.(a) atribui este desempenho?	Políticos ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
4	Atualmente a entidade conta com um número de associados: (em relação ao total da cadeia)	0% 25% ()	26-50% ()	51-75% ()	76-100% ()
5	Quantas empresas cadastradas na Cadeia produtiva da Madeira em Guarapuava (trabalham com a madeira?) (para ACIG, SINDUS, FIEP)	Por segmento? (toras, laminados, compensados, celulose, reflorestamento, etc.			
6	Do total de associados, quantos aproximadamente são atuantes nas reuniões de decisões da <u>entidade</u> ?	0% 25% ()	26-50% ()	51-75% ()	76-100% ()
7	Na avaliação do Sr.(a), o que falta para a <u>(entidade)</u> conseguir ainda mais associados?	Político ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
8	O(a) Sr.(a) acredita que a influência das decisões tomadas pela <u>(entidade)</u> tenha um impacto entre as empresas não associadas:	Muito forte ()	Forte ()	Fraco ()	Muito Fraco ()
XI. FUNÇÕES					
9	Como o Sr.(a) classifica o acesso a informações na sua <u>(entidade)</u> em relação a:				
	a) Inovações tecnológicas no mercado mundial	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	b) Inovações tecnológicas em empresas associadas	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	c) Mudanças na preferência do consumidor	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	d) Tendências do consumo	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	e) Debates e decisões com outras entidades de classes como Associações/ Sindicatos e outras:	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	f) Atividade política local	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()

	g) Legislação local e específica do mercado madeireiro	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
10	Há algum tipo de cooperação entre as empresas acordada pela entidade em alguma proposta?	Elevado ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
11	O contato com outras entidades para cooperação frequentemente envolve recursos:	Políticos ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
12	O Sr. Considera que estar localizada em uma região tipicamente madeireira traz vantagens competitivas para as empresas?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
XII. ESTRUTURA DAS RELAÇÕES					
13	A instituição mantém contato com outras empresas/ instituições (concorrentes ou fornecedores) fora de Guarapuava? Quais? _____	Elevado ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
14	O Sr. Considera alguma empresa importante na Cadeia da Madeira de Guarapuava que esteja localizada fora do Município, mas que mantenha contato com esta ou outra instituição de Guarapuava?	_____ _____ _____			
15	Na sua opinião, o que aconteceria com uma empresa recém aberta que não desejasse manter contato com a entidade? O Sr. considera importante a associação? SIM ou NÃO	Cresceria mais ()	Indiferente ()	Teria dificuldades ()	Faliria ()
16	O Sr.(a) considera que a <u>(entidade)</u> facilita o fluxo de informações de forma:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
17	Neste sentido, o Sr.(a) considera que a <u>(entidade)</u> mantém vínculos constantes com quantas empresas?	0%-25% ()	26 – 50% ()	51 – 75% ()	76-100% ()
18	Na prática, a <u>(entidade)</u> sente os resultados destes vínculos como:	Muito bons ()	Bons ()	Ruins ()	Péssimos ()
19	A <u>(entidade)</u> recebe informações proveniente destas empresas com que intensidade:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
20	Para manter contato com as Empresas, o(a) Sr.(a) considera que a <u>(entidade)</u> tem facilidade	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()

21	A <u>(entidade)</u> recebe informações proveniente da <u>(outras entidades)</u> com que intensidade:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
22	A rivalidade entre as empresas é:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
XIII. DISTRIBUIÇÃO DE PODER					
23	O Sr.(a) acredita que algumas empresas exerçam algum tipo de pressão sobre as outras empresas?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
24	Que tipo de pressão?	Política ()	Financ. ()	Tecnológ. ()	Jurídica ()
		Outra. Qual? _____			
25	Neste sentido, quais empresas o Sr.(a) considera ser mais influente em Guarapuava?	1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____ 5. _____			
26	O Sr.(a) acredita que as entidades de classes exerçam algum tipo de pressão sobre as outras empresas?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
27	Que tipo de pressão?	Política ()	Financ. ()	Tecnológ. ()	Jurídica ()
		Simból. ()	Organiz. ()	Constituc. ()	Outra. Qual? ()
28	O Sr.(a) considera haver algum tipo de dependência, por parte das empresas, da formação de mão de obra qualificada pelas entidades de formação profissional da cidade?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
29	Além das outras empresas e das entidades, que outro ator exerce algum tipo de influência nas decisões das empresas?	Prefeitura ()	ACIG ()	FIESP ()	SINDUS ()
		Outra. Qual? _____			

XIV. ESTRATÉGIA DOS ATORES (complementada por respostas de outras perguntas anteriores)					
30	Como a instituição interfere para que as empresas possam ter o acesso ao crédito para ampliação das atividades das empresas?	Elevado ()	Alto ()	Baixo ()	Inexistente ()
31	De um modo geral, a maioria dos recursos financeiros provém de:	Capital próprio ()	Financ. ()	Emprést. ()	Outros. _____
32	Na sua opinião, o que falta para que a cadeia produtiva da madeira se desenvolva?	Resp: _____			
	b) Recursos:	Políticos ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
		Simból. ()	Organiz. ()	Constituc. ()	Outra. Qual? ()
XV. INTEGRAÇÃO POLÍTICA (complementada por respostas de outras perguntas anteriores)					
33	Na tentativa de alcançar um objetivo em comum, a formação de “grupos de interesse” entre empresas é considerada:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
34	Caso a resposta seja afirmativa, estes grupos de interesses costumam ser:	Sempre os mesmos ()	Difícil-mente mudam ()	Mudam constantemente ()	Não é possível identificar ()
35	Em caso de decisões polêmicas das entidades de classe, a aceitação passiva destas decisões pelas empresas costuma ser:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
36	O apoio recebido de entidades de classes é:	Elevado ()	Alto ()	Baixo ()	Inexistente ()
37	O apoio recebido do poder público é:	Elevado ()	Alto ()	Baixo ()	Inexistente ()

38	A entidade possui algum cargo que seja ocupado por líderes ou presidentes de empresas pertencentes a Cadeia Produtiva da Madeira de Guarapuava ou de outro município?	SIM	NÃO	Qual?	
XVI. RECURSOS E DISTRIBUIÇÃO INTERNA DOS RECURSOS (complementada por respostas de outras perguntas anteriores)					
39	Na sua opinião, a importância das reuniões nas entidades de classes são:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
40	E a participação dos principais empresários nestas reuniões costuma ser:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
41	É comum em todo ambiente sócio-político-econômico, que os atores tentem fazer prevalecer seus interesses particulares. O Sr.(a) acredita, os interesses particulares atrapalham o desenvolvimento?	Sempre ()	Muitas vezes ()	Raramente ()	Nunca ()
42					
	As entidades de classe, o poder público, as empresas do setor são os principais atores. Avalie as ações relevantes abaixo como contribuição ao desenvolvimento:	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
	a) Treinamento da Mão-de-obra	()	()	()	()
	b) Prestação de serviço de apoio técnico	()	()	()	()
	c) Planejamento estratégico	()	()	()	()
	d) Proposição de políticas públicas	()	()	()	()
	e) Provisão de infraestrutura às empresas	()	()	()	()
	f) Provisão de informações sobre tecnologia e mercado	()	()	()	()
	g) Defesa dos interesses do setor	()	()	()	()
Inserção Internacional					
43	Há contribuição da entidade de classe para que as empresas realizem outras parcerias e contratos?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
44	Quais os tipos de incentivos que a entidade proporciona para que as empresas se insiram no cenário internacional?	_____			

--	--	--

APÊNDICE 3
Questionário Prefeitura

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-
OESTE – UNICENTRO**

Pesquisador: Patrícia dos Santos

PREFEITURA

III. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Número do questionário: _____

Data de preenchimento: ____/____/____

IV. IDENTIFICAÇÃO DO ATOR

Nome: _____

Localização: _____

Contato: tel. _____

e-mail: _____

outro: _____

Nome do entrevistado: _____

Função: _____

XVII. ATORES

XVII. ATORES					
1	Como são as ações de cooperação da Prefeitura na Cadeia Produtiva da Madeira em Guarapuava?	Muito forte ()	Forte ()	Fraca ()	Muito Fraca ()
2	Neste sentido, na sua avaliação, qual o recurso que a maioria das empresas necessita?	Político ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
3	Se o Sr.(a) pudesse escolher aumentar um tipo de recurso para a <u>prefeitura</u> , certamente escolheria recursos:	Políticos ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()

XVIII. FUNÇÕES					
4	Como o Sr.(a) classifica o acesso a informações na prefeitura em relação a:				
	h) Interesses dos empresários do setor?	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	i) Distinção dos interesses das empresas de acordo com o porte	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	j) Debates e decisões conjuntas com as entidades de classes como Associações/ Sindicatos e outras:	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	k) Oportunidade de ações unilaterais por parte da prefeitura para atender necessidades dos empresários do setor:	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
	l) Legislação local e específica do mercado madeireiro:	Ótima ()	Boa ()	Ruim ()	Péssima ()
5	O Sr.(a) considera que a Cadeia Produtiva no município traz algum tipo de vantagem à prefeitura?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
6	Que tipo de vantagens, predominantemente?	Políticos ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
7	O(a) Sr(a) considera que há algum tipo de cooperação entre as empresas do setor?	Elevado ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
8	Quais os tipo de incentivos dados pela prefeitura à empresas do setor madeireiro?	_____			
XIX. ESTRUTURA DAS RELAÇÕES					
10	A prefeitura mantém contato com outros atores ligados a Cadeia Produtiva fora de Guarapuava?	Elevado ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
11	O Sr.(a) considera que a <u>prefeitura</u> facilita o fluxo de informações de forma:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
12	Neste sentido, o Sr.(a) considera que a <u>prefeitura</u> mantém vínculos <u>constantes</u> com quantas empresas?	0%-25% ()	26 – 50% ()	51 – 75% ()	76-100% ()

13	Na prática, a prefeitura sente os resultados destes vínculos como:	Muito bons ()	Bons ()	Ruins ()	Péssimos ()
14	A <u>prefeitura</u> recebe informações proveniente destas empresas com que intensidade:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
15	Para manter contato com as Empresas, o(a) Sr.(a) considera que a <u>prefeitura</u> tem facilidade	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
16	A <u>prefeitura</u> recebe informações proveniente das <u>entidades de classe</u> com que intensidade:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
17	A rivalidade entre as empresas é:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
XX. DISTRIBUIÇÃO DE PODER					
18	O Sr.(a) acredita que algumas empresas exerçam algum tipo de pressão sobre as outras empresas?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
19	Que tipo de pressão?	Política ()	Financ. ()	Tecnológ. ()	Jurídica ()
		Outra. Qual? _____			
20	Neste sentido, quais empresas o Sr.(a) considera ser mais influente?	6. _____ 7. _____ 8. _____ 9. _____ 10. _____			
21	O Sr.(a) acredita que as entidades de classes exerçam algum tipo de pressão sobre as outras empresas?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
22	Que tipo de pressão?	Política ()	Financ. ()	Tecnológ. ()	Jurídica ()
		Simból. ()	Organiz. ()	Constituc. ()	Outra. Qual? ()
23	O Sr.(a) acredita que a prefeitura exerça algum tipo de pressão sobre as empresas?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()

24	Que tipo de pressão?	Política ()	Financ. ()	Tecnológ. ()	Jurídica ()
		Simból. ()	Organiz. ()	Constituc. ()	Outra. Qual? ()
25	O Sr.(a) considera haver algum tipo de dependência, por parte das empresas, da formação de mão de obra qualificada pelas entidades de formação profissional da cidade?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
26	Além das outras empresas e das entidades, que outro ator exerce algum tipo de influência nas decisões das empresas?	Gov do Estado ()	ACIG ()	FIESP ()	SINDUS ()
		Outra. Qual? _____			
XXI. ESTRATÉGIA DOS ATORES (complementada por respostas de outras perguntas anteriores)					
27	Na sua opinião, o que falta para que a Cadeia se desenvolva? c) Recursos:	Resp: _____			
		Políticos ()	Financ. ()	Jurídicos ()	Tecnológicos ()
		Simból. ()	Organiz. ()	Constituc. ()	Outra. Qual? ()

28	Quais medidas?				
XXII. INTEGRAÇÃO POLÍTICA (complementada por respostas de outras perguntas anteriores)					
29	Na tentativa de alcançar um objetivo em comum, a formação de “grupos de interesse” entre empresas é considerada:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
30	Caso a resposta seja afirmativa, estes grupos de interesses costumam ser:	Sempre os mesmos ()	Difícil-mente mudam ()	Mudam constantemente ()	Não é possível identificar ()
31	Em caso de decisões polêmicas da prefeitura, a aceitação passiva destas decisões pelas empresas costuma ser:	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()
32	O apoio percebido do poder público estadual/federal é:	Elevado ()	Alto ()	Baixo ()	Inexistente ()
XXIII. RECURSOS E DISTRIBUIÇÃO INTERNA DOS RECURSOS (complementada por respostas de outras perguntas anteriores)					
33	E o Sr.(a) considera que a prefeitura, ao longo das diversas gestões, utiliza plenamente estes recursos?	Sim, Plenamente ()	Boa parte ()	Muito pouco ()	Não utilizam ()
34	É comum em todo ambiente sócio-político-econômico, que os atores tentem fazer prevalecer seus interesses particulares. O Sr.(a) acredita que no caso da Cadeia, os interesses particulares atrapalham o desenvolvimento?	Sempre ()	Muitas vezes ()	Raramente ()	Nunca ()

35	As entidades de classe, o poder público, e as empresas são os principais atores da Cadeia Produtiva da Madeira. Avalie as ações relevantes abaixo como contribuição ao desenvolvimento:					
		Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo	
		j) Treinamento da Mão-de-obra	()	()	()	()
		k) Prestação de serviço de apoio técnico	()	()	()	()
		l) Planejamento estratégico	()	()	()	()
		m) Proposição de políticas públicas	()	()	()	()
		n) Provisão de infra-estrutura às empresas	()	()	()	()
		o) Provisão de informações sobre tecnologia e mercado	()	()	()	()
		p) Sensibilização do mercado quanto a importância da cooperação	()	()	()	()
q) Defesa dos interesses do setor	()	()	()	()		
r) A satisfação da sua empresa em relação à atuação dos outros atores, de modo geral:	()	()	()	()		
INSERÇÃO INTERNACIONAL						
36	Há contribuição da entidade de classe para que as empresas realizem outras parcerias e contratos?	Elevada ()	Alta ()	Baixa ()	Inexistente ()	
37	Quais os tipos de incentivos que a entidade proporciona para que as empresas se insiram no cenário internacional?					